

**DANIEL BRUNETTO CARI**

**A COMPANHIA DE JESUS NA CONTEMPORANEIDADE SOB A ÓTICA DA  
MOBILIDADE INSTITUCIONAL: A TRANSFERÊNCIA DO NOVICIADO PAULO  
APÓSTOLO DE PORTO ALEGRE – RS PARA CASCAVEL – PR NO ANO DE 1980.**

DOURADOS - 2013

**DANIEL BRUNETTO CARI**

**A COMPANHIA DE JESUS NA CONTEMPORANEIDADE SOB A ÓTICA DA  
MOBILIDADE INSTITUCIONAL: A TRANSFERÊNCIA DO NOVICIADO PAULO  
APÓSTOLO DE PORTO ALEGRE – RS PARA CASCAVEL – PR NO ANO DE 1980.**

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Professor Drº Antonio Dari Ramos.

DOURADOS - 2013

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

981.62 Cari, Daniel Brunetto.  
C277c

A Companhia de Jesus na contemporaneidade sob a ótica da mobilidade institucional: A transferência do Noviciado Paulo Apóstolo de Porto Alegre - RS para Cascavel - PR no ano de 1980 – Dourados, MS : UFGD, 2013.  
135 f.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Dari Ramos  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.

1. Formação do Jesuíta - Cascavel. 2. Companhia de Jesus. I. Título.

**DANIEL BRUNETTO CARI**

**A COMPANHIA DE JESUS NA CONTEMPORANEIDADE SOB A ÓTICA DA  
MOBILIDADE INSTITUCIONAL: A TRANSFERÊNCIA DO NOVICIADO PAULO  
APÓSTOLO DE PORTO ALEGRE – RS, PARA CASCAVEL – PR, NO ANO DE 1980.**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA:**

Presidente e orientados

Antonio Dari Ramos (Dr.,UFGD) \_\_\_\_\_

1ª Examinadora

Beatriz dos Santos Landa (Dra.,UEMS) \_\_\_\_\_

2º Examinador

Protasio Paulo Langer (Dr.,UFGD) \_\_\_\_\_

*Dedico este trabalho aos meus pais Orisvaldo e Marilene pelo apoio incondicional às decisões que me trouxeram até aqui.*

*A minha esposa Juliana que dividiu comigo as angústias e alegrias proporcionadas por este curso de pós-graduação.*

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho contou com o importante apoio de várias pessoas, cabe aqui agradecê-las. Primeiramente aos meus pais, por minha formação moral, mas especialmente por terem ressaltado desde muito cedo o valor dos estudos. Aos meus irmãos por todos os momentos, da infância à maturidade. A minha esposa Juliana, que soube ser companheira em todos os momentos. A família dos Santos Pereira pela sincera acolhida.

Agradeço a todos os membros da comunidade do noviciado Paulo Apóstolo de Cascavel pela receptividade e acolhida da pessoa e do pesquisador. Destaca-se, nesse caso, o Pe. Inácio Luiz Rhoden, atual mestre de noviços, pela confiança ao ceder à documentação necessária a produção desta pesquisa e pelas conversas muito informativas.

A todos os professores que contribuíram com minha formação intelectual, gostaria de destacar aqui os professores da licenciatura Vladimir de Medeiros e Fausto Alencar Irschilinger pelo compromisso e dedicação. A professora Nauk Maria de Jesus, que no curso de bacharelado muito contribuiu para o desenvolvimento das ideias iniciais deste trabalho. Agradeço ao professor Antonio Dari Ramos que acolheu a orientação dessa pesquisa e com suas ideias participou decisivamente das opções realizadas no decorrer do trabalho. Merece destaque, nesse sentido, a contribuição dos professores Protasio Paulo Langer e Beatriz dos Santos Landa que no exame de qualificação produziram importantes apontamentos que ajudaram na construção da dissertação.

Agradeço de forma geral a Universidade Federal de Grande Dourados e mais especificamente a Faculdade de Ciências Humanas e ao Programa de Pós-graduação em História pela oportunidade de realizar esse trabalho. Agradeço, igualmente, o financiamento da pesquisa pela bolsa de estudos da capes.

## RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise sobre a formação do jesuíta no período do noviciado a partir do cotidiano dos noviços da Companhia de Jesus da Província do Brasil Meridional. Com o estudo do diário do noviciado Paulo Apóstolo e dos Decretos das Congregações Gerais XXXI e XXXII, estabeleceu-se o entendimento de que a formação dos noviços deve ser composta pelas esferas espiritual, intelectual e apostólica, acompanhada de um processo de integração dos noviços ao corpo apostólico da Companhia. Compreender tal formação, mostrou-se fundamental ao passo que propôs-se, como objeto de estudo, a transferência do noviciado Paulo Apóstolo da Companhia de Jesus de Porto Alegre para Cascavel no ano de 1980. No estudo desse episódio da história da Companhia procedeu-se com a análise da documentação produzida naquele contexto, destacando-se o projeto de noviciado em Cascavel, as consultas aos Superiores, a correspondência trocada entre o Pe. Provincial da Província do Brasil Meridional e o Pe. Geral da Companhia e a ata da reunião dos superiores de 13-14 de Setembro de 1978. A partir do estudo da documentação citada e da história da Igreja, chegou-se a compreensão de que a referida transferência não representa um fato isolado, mas uma tentativa de adaptação às novas exigências expressas nas Congregações Gerais XXXI e XXXII da Companhia de Jesus que se deram respectivamente nos anos de 1965 e 1975. Ao analisar essa documentação que contém as regras que orientam a Companhia no mundo todo, tornou-se perceptível que ela mesma se constituía como um esforço de adaptação as novas diretrizes apresentadas pelo Concílio Vaticano II. Analisando a transferência do noviciado para Cascavel, pôde-se observar ainda, como as normativas estabelecidas para a Companhia Universal foram interpretadas num contexto específico e como esse contexto, no caso o latino-americano, interferiu na compreensão de tais normativas. O estudo dos critérios para a escolha da cidade de Cascavel como sede do noviciado da Companhia, produziu a ideia de que a cidade seria o melhor lugar para a iniciação do noviço na vida religiosa da Companhia. A partir desse estudo, pôde-se compreender como a Ordem define seu lugar de atuação e como essa escolha está ligada as características específicas da Companhia em tempos diferentes. A metodologia empreendida na pesquisa é a da variação na escala de análise, proposta característica da micro-história, maneira de pensar a história desenvolvida na década de 1970 e 1980 por historiadores Italianos como Giovanni Levi e Carlo Gizburg.

**Palavras-chave:** Companhia de Jesus – formação do jesuíta – transferência do noviciado.

## ABSTRACT

This work presents an analysis about the formation of Jesuit in the period of noviciate from the everyday of the novices of Society of Jesus from Brazil Meridional province. With the study of the daily-book of Paulo Apostolo noviciate and of the Degrees of General Congregation XXXI and XXXII, was established the understanding that the novices formation must be composed for spiritual, intellectual and apostolic spheres, followed of an integration process of novices to apostolic body of the Society. Understanding this formation, showed fundamental while was proposed as object of study the transference of Paulo Apostolo noviciate of Society of Jesus from Porto Alegre to Cascavel in 1980. The study of this episode of Society history was made with the analysis of the documentation produced on that context, contrasting the noviciate project in Cascavel, the consults with the superiors, the correspondence between the Provincial Priest of the Brazil Meridional Province and the General Priest of the Society and reunion record of the superiors on September 13th – 14th, 1978. From the study of documentation cited and from the church's history, obtained the comprehension that this transference does not represent an isolated fact, but it is an attempt of adaptation to the new exigencies put in the General Congregation XXXI and XXXII of Society of Jesus, that happened in 1965 and 1975 respectively. The analysis of this documentation, which contains the rules that guide the Society in worldwide, became perceptible that itself was constituted like an attempt of adaptation to the new guidelines presented in the Council Vatican II. When is analyzed the transference of the noviciate to Cascavel it is possible to observe how the regulations established for the Universal Society were interpreted in a specific context and how this context, in the Latin American case, interfered in the understanding of these regulations. The studies about the criterion for the choice of Cascavel city to be the headquarter of the noviciate of Society, constructed the idea that Cascavel would be the best place to initiate the novice in the religious life of the Society. Doing this study is possible to understand how the Society chooses its acting place and how this choice is linked with specifics characteristics of the Society in different times. The methodology used in the search is of the variation on the analysis scale, which is a characteristic proposal from micro-history, way to think the history developed on 1970's and 1980's by the Italians historians like Giovanni Levi e Carlo Gizburg.

**Keywords:** Society of Jesus – formation of Jesuit – transference of noviciate.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>CAPÍTULO I</b> <b>DE PORTO ALEGRE A SALVADOR: UM ESTUDO SOBRE AS</b> <b>EXPERIÊNCIAS COTIDIANAS DOS NOVIÇOS EM FORMAÇÃO NA</b> <b>COMPANHIA DE JESUS.....</b>	<b>19</b>
<b>CAPÍTULO II</b> <b>O ENCONTRO DOS NOVICIADOS DO BRASIL EM SALVADOR: ESTUDOS</b> <b>E PRÁTICAS APOSTÓLICAS NA ILHA DE ITAPARICA .....</b>	<b>54</b>
<b>CAPÍTULO III</b> <b>A TRANSFERÊNCIA DO NOVICIADO PAULO APÓSTOLO COMO</b> <b>ESFORÇO DE ADAPTAÇÃO AOS DECRETOS DA CONGREGAÇÃO GERAL</b> <b>XXXII.....</b>	<b>88</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>125</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>130</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>132</b>

## INTRODUÇÃO

O objeto de pesquisa estudado nesse trabalho é a Companhia de Jesus, porém, propôs-se seu estudo a partir de uma realidade específica: a transferência do noviciado Paulo Apóstolo da Companhia, de Porto Alegre para Cascavel no ano de 1980. Optou-se por filiar este trabalho à História Institucional, estabelecendo um diálogo com a História da Igreja Católica no contexto do Concílio Vaticano II.

Não faria sentido estudar tal transferência como um fato isolado, pois ela está ligada a um processo de adequação da atuação dos jesuítas da Província do Brasil Meridional (BRM)<sup>1</sup> às normativas expressas nos Decretos da Congregação Geral (CG) 32 de 1975 que representam as orientações da Companhia para o mundo (Universal). Por esse motivo, a relevância no estudo da transferência do noviciado, nesse sentido, está em sua própria importância dentro da Companhia de Jesus. A transferência acontece num momento tensional no interior da Companhia Universal. Essa tensão se expressa, também, no contexto regional da Província BRM. A transferência representa, dessa forma, o resultado, em escala reduzida, dos processos de adaptação ao Concílio Vaticano II que a Companhia vinha se propondo desde a CG 31 de 1965.

Nesta pesquisa, o noviciado e a formação do noviço são o ponto de partida para a reflexão sobre a Companhia de Jesus na contemporaneidade. Assim, torna-se fundamental apresentar aqui algumas questões introdutórias a respeito. O Noviciado é uma etapa da formação do jesuíta para a vida religiosa, tem duração de dois anos e é realizado em uma residência destinada para isso, com o mesmo nome. Essa etapa é considerada tempo de formação e provação, na qual o noviço realiza estudos a fim de conhecer a Companhia, a si mesmo e a Cristo, e procura provar, por meio de experiências específicas, sua vocação. Toda formação na SJ tem um fim apostólico, ou seja, visa à consecução da missão que a CG 32 determina como a propagação da fé e a promoção da justiça. A propagação da fé é missão da

---

<sup>1</sup> A Companhia divide-se em Províncias e regiões que também podem ser chamadas de missões. As regiões podem ser dependentes de alguma província ou sujeitas diretamente ao Prepósito Geral, sendo chamadas, nesses casos, de independentes. As Constituições da Ordem determinam sobre o governo das Províncias e Regiões que não é interessante que se constituam várias províncias no mesmo território, suas fronteiras devem ser observadas, pois não é permitida a construção de casas de uma Província no território da outra. A questão da identidade também se deve levar em conta, tendo em vista que cada jesuíta pertence à Província na qual foi admitido, e somente o Superior Geral pode transferir alguém definitivamente a outra Província. Uma importante característica da Província é a autonomia, pois, para um território ser declarado como tal, deve ter ao menos cinquenta membros, subsistir-se e exercer suas atividades naquele território sem depender de outro, a questão está relacionada, nesse sentido, a economia financeira bem como a vocacional, ou seja, a Província deve prover-se de recursos materiais e humanos.

Companhia desde sua fundação, em 1540, com a aprovação e confirmação das Fórmulas do Instituto, pelo Papa Paulo III. A promoção da justiça é uma perspectiva que se abre a partir do Concílio Vaticano II, no qual se optou por uma Igreja encarnada no mundo, ligada aos problemas dele.

A formação do jesuíta pretende ser integral e orgânica, ou seja, deveriam unir e articular entre si os elementos que compõem a formação do jesuíta, a saber: intelectual, espiritual e apostólica, de modo que cada um dos elementos não estivesse desvinculado da vivência cotidiana dos *companheiros de Jesus*. Considerou-se interessante compreender, em primeira instância, como se dá essa formação e conhecer algumas experiências proporcionadas aos que estão em formação para que atinjam a idealizada excelência na formação dos religiosos da Companhia para, assim, compreender qual a relação entre a revisão do carisma da SJ, expresso nas CGs 31 e 32 com o processo de transferência do noviciado para Cascavel. Tem-se observado que o lugar é entendido pela Ordem como um dos elementos formadores do jesuíta, por isso deve oferecer-lhe as condições necessárias para a iniciação do noviço na vida religiosa na Companhia. Buscou-se entender assim quais as orientações da Companhia de Jesus fizeram possível desqualificar Porto Alegre como lugar de formação e qualificar Cascavel como tal. Nesse sentido, têm-se como principal objetivo desse trabalho compreender os reais motivos que levaram a transferência do noviciado da Companhia de Porto Alegre para Cascavel no ano de 1979.<sup>2</sup>

Entende-se que a transferência é um fenômeno local que se liga ao universal pela hierarquia característica da Companhia expressa em suas Constituições, em especial na nona parte intitulada *A cabeça e o Governo que dela descende*. Da mesma maneira, essa ligação é observada, nas atas das reuniões dos Superiores que discutiam a melhor forma de cumprir com as “exigências do decreto 4 da CG 32”, bem como nas cartas enviadas ao Pe. Geral da Companhia quanto da permissão para a transferência, visto que nelas contém as motivações que oportunizariam a mudança que passaram pela apreciação de Pedro Arrupe Geral da Companhia no período. Esse processo burocrático está vinculado, evidentemente, não só a importância do fato, mas a manutenção da coesão institucional da Ordem, apresentada nas Constituições como “meios de unir com a cabeça e entre si aqueles que estão dispersos”. A escrita ocupa papel fundamental nesse processo.

Fernando Torres Londoño, em artigo intitulado *Escrevendo Cartas Jesuítas. Escrita e Missão no Século XVI*, aponta para a importância quanto à escrita jesuíta, a partir da análise

---

<sup>2</sup> A transferência do noviciado ocorreu em Dezembro de 1979, porém os noviços bem como seu mestre, Albano Trinks, passaram a viver no noviciado de Cascavel em janeiro de 1980.

da correspondência da Companhia que datam do século XVI. Londoño aponta que “sob a influência de Inácio de Loyola<sup>3</sup> a Companhia, desde os primeiros anos, utilizou a escrita como forma predominante de comunicação e registro”.<sup>4</sup> Contudo, o pesquisador entende que não consegue ver o registro das cartas, considerando referências e maneiras de escrever, só como edificantes. Da mesma forma não compreende que as informações presentes nas cartas tinham unicamente a função de controle ou de informação. Em sua compreensão, entende que elas constituíam-se de textos diferenciados, produzidas como parte de um projeto missionário que estava sendo construído e para o qual o poder sempre foi uma referência fundamental. Compreende-se, nesse sentido, que a escrita jesuítica desempenhava uma diversidade de funções. Londoño exemplifica apontando que Inácio de Loyola “escreveu os Exercícios Espirituais para ensinar e acompanhar, as Constituições para regulamentar, as Instruções aos membros da Companhia para manter a união, e as cartas como forma de agir e comunicar sobre os mais variados assuntos e situações”.<sup>5</sup>

O exercício que se pretende, a partir dos apontamentos de Londoño, é pensar quais as funções que a documentação da Companhia, utilizada como fonte nessa pesquisa, exerceu em seu contexto de produção. O primeiro documento a ser analisado é o diário do noviciado, que proporcionou importantes informações sobre o seu cotidiano. Os relatos do diário descrevem as atividades cotidianas da casa: as orações; a celebração da missa diária; as trocas de experiências; as dinâmicas de estudo; os estudos individuais e em grupo; o apostolado; as tarefas de organização e limpeza da casa; as atividades recreativas; as visitas que chegam a casa, seja de padres irmãos ou leigos; visita de familiares; chegada de novos noviços e partida dos noviços, quando terminam o segundo ano de noviciado; mudança de qualquer membro da comunidade do noviciado; as experiências de provação porque passam os noviços. Também as atividades que ocorrem fora do noviciado são relatadas no diário da casa, como é o caso das descrições sobre a viagem e o encontro interprovincial dos noviciados do Brasil no estado da Bahia, no ano de 1978. Tendo em vista a natureza dos relatos do diário e o fato dele ser produzido pelos próprios noviços da Companhia, entende-se que o diário reveste-se de uma dupla função: registrar e informar sobre os acontecimentos no noviciado e educar os noviços para a escrita.

Em seu trabalho, Londoño aponta que o primeiro Geral da Companhia, Inácio de Loyola, tinha interesse em manter-se informado sobre os acontecimentos das casas de

---

<sup>3</sup> Fundador da Companhia de Jesus.

<sup>4</sup> LONDOÑO, Fernando Torres. *Escrevendo Cartas. Jesuítas Escrita e Missão no Século XVI. Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 43, pp. 11-32 2002, p. 18.

<sup>5</sup> LONDOÑO, Fernando Torres. Op. Cit. 2002, p. 17.

formação, de modo que entende-se que os registros no diário do noviciado representam a possibilidade de acessar, a qualquer momento, as informações concernentes à formação.

Como se trata de uma casa de formação, o santo está interessado no modo de proceder dos estudantes, nos seus estudos e na vida espiritual, quem aproveita mais que outros na doutrina e na graça de pregar, “quiénes estan en disposición de ser imbiados por unas partes e outras ya acabado el curso ordinário de sus estúdios”<sup>6</sup>  
Nas cartas mensais ao superior, o padre geral deseja saber informações concretas, tais como o número dos que estão na casa ou “quienes entran y se salen o se despiden”, como é o cotidiano da formação, quem mostra já sinais de poder ser aproveitado em algum apostolado.<sup>7</sup>

Os Decretos das Congregações Gerais 31 e 32, orientado pela perspectiva de Londoño, podem ser qualificados como textos que têm como função: orientar, normatizar e manter a coesão na Companhia. Essa qualificação se justifica pelo caráter desse documento. Os Decretos das CGs representam o mais importante conjunto de instruções para os jesuítas. Tais Decretos são formulados a partir dos postulados formulados nas Congregações Provinciais (CP) de todas as Províncias do mundo. Postulados são as observações ou pedidos sobre os temas discutidos nas CGs. As CGs são um instrumento de organização e manutenção da Companhia no mundo, ou seja, é um meio pelo qual o poder central da Igreja e da Companhia, representado pela figura do Sumo Pontífice e do Superior Geral, tem de orientar e controlar as ações das províncias e missões da Ordem no mundo todo. As CGs se reúnem, de forma excepcional, para a eleição do Geral em caso de morte do antecessor, ou quando o superior Geral a convoca para tratar de assuntos que considera de alta relevância. O Capítulo pode ser convocado, também, “quando surgirem problemas graves e de grande importância, e os assistentes do Geral, os Provinciais e os Superiores locais julgarem, por maioria de votos, que se deve reunir o Capítulo Geral”.<sup>8</sup>

Outro importante documento que compôs o conjunto de fontes dessa pesquisa é o projeto de noviciado redigido pelo Pe. Albano Trinks, que no contexto da transferência do noviciado era o mestre de noviços. Esse documento apresenta uma série de discussões que estiveram envolvidas no processo de transferência. Entre elas estão os critérios para a escolha de um lugar que oferecesse condições favoráveis à iniciação do noviço na Companhia; o objetivo geral e os específicos da instalação do noviciado na cidade de Cascavel; a apresentação da linha e estratégias de formação adotadas no noviciado. Além disso, o referido projeto procura justificar a escolha da cidade de Cascavel, apresentando de que forma ela

<sup>6</sup> Loyola, 1963, p.766. Apud LONDOÑO, Fernando Torres. Op. cit. 2002, p. 20.

<sup>7</sup> LONDOÑO, Fernando Torres. Op. cit. 2002, p. 20-21.

<sup>8</sup> Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares. Oitava parte, capítulo II.

poderia proporcionar melhores condições para a formação do noviço. A justificativa é produzida a partir da apresentação da situação econômica, social, cultural e religiosa da cidade de Cascavel. Albano Trinks descreve, também, as características do bairro Braz-madeira, onde se instalou o noviciado, e das pessoas que ali viviam. Destaca ainda os pontos positivos e negativos da cidade que receberia o noviciado. Em seu contexto de produção, o projeto de noviciado foi fruto do trabalho de uma comissão de quatro jesuítas nomeada pelo Pe. Provincial Paulo Englert com a função de informar sobre as condições da cidade de Cascavel onde se instalaria o noviciado, pois foi apresentado na reunião de superiores da Província do Brasil Meridional a 19 de junho de 1979. Além disso, o documento procura justificar a escolha da cidade de Cascavel, realçando condições que favoreceriam a escolha da cidade como sede do noviciado de acordo com os critérios estabelecidos para isso.

No que se refere às cartas enviadas pelo Provincial Paulo Englert ao Prepósito Geral da Companhia Pedro Arrupe, pode-se considerar que não tem como função a produção de textos edificantes, pois apresentam conteúdo estritamente administrativo, referente ao pedido de permissão para a mudança do noviciado. As resposta do Pe. Geral, no mesmo sentido, não tem caráter de edificação, tratam de temas como a substituição do mestre de noviços e a necessidade de uma revisão na linha de formação. Nesse sentido, pode-se considerar que tais cartas tinham uma função de governo, expressavam a hierarquia e representavam obediência. Analisando a correspondência da Companhia do século XVI, Londoño aponta que para assuntos urgentes, como o envio de Padres, abertura de residências, nomeação de superiores, entre outros assuntos dessa ordem, deveria se escrever de forma separada, estabelecendo a diferença entre o produzido para que todos pudessem ver e as questões internas, ligadas as novidades do complexo cotidiano das casas. Assim, entende-se que as cartas trocadas entre a Província Sul brasileira e Roma, tendo com tema a transferência do noviciado, não apresentavam conteúdo edificante, pois não eram próprias para isso.

Ainda pensando sobre o *corpus* documental utilizado nessa pesquisa, optou-se por entendê-lo como documento-monumento, fundamentando-se no conceito de Le Goff. Segundo essa perspectiva:

O documento, é antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento que ele traz deve ser em primeiro lugar analisado desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade.

Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. [...] um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos.<sup>9</sup>

Ao analisar a documentação ao longo da pesquisa buscou-se desvendar o contexto de produção dos documentos, ou seja, o foco da análise esteve na elucidação das condições de produção do documento. Compreende-se que os documentos da Companhia de Jesus são monumentos, ao passo que cumprem o papel de criar uma imagem da própria Ordem, como apontou Londoño: por meio das cartas, se produzia a imagem da Companhia para provocar edificação e apoio.

O debate que se propôs em torno da transferência fixa-se no seguinte problema, quais revisões no carisma da instituição produziram a ideia de que o noviciado deveria mudar de lugar? Ou ainda, o que muda na formação do período do noviciado que orienta a transferência? Partir de questões mais amplas como essas, lançou-se os seguintes questionamentos: Qual é a situação da igreja católica, tanto na Região de Porto Alegre, onde estava o noviciado, quanto na cidade de Cascavel, onde se instalou? Em meio a que realidade social estão os jesuítas anterior e posteriormente a transferência? Por que buscar um novo local que “atenda as necessidades da formação do noviço jesuíta segundo a mentalidade da Companhia hoje”, o local onde estava o noviciado não mais atendia essas necessidades? O que mudou? O local onde estava o noviciado ou a “mentalidade da Companhia”? Qual a “mentalidade” da Companhia nesse contexto? Em que o lugar influencia na formação do noviço? O que buscavam os Jesuítas com a transferência? Com base em quais critérios a cidade de Cascavel foi escolhida para sediar o noviciado? Qual o local escolhido pelos Jesuítas para a instalação do noviciado dentro da cidade de Cascavel? Que função desempenhariam os jesuítas dentro da localidade onde se inseriram? Qual a condição de vida das pessoas vizinhas ao noviciado?

As respostas preliminares, produzidas sem análise consistente das fontes, indicam que a mudança do noviciado para Cascavel esteve ligada com um contexto mais amplo, conectada, em especial, ao Concílio Vaticano II. Tem-se, nesse sentido, a compreensão de que a Companhia passava por um processo de adaptação e que a transferência do noviciado era representativa dessa adaptação. A hipótese preponderante, nesse sentido, é a de que o

---

<sup>9</sup> LE GOFF, Jacques. *Documento/ monumento*, Enciclopédia Einaudi, v. 1: Memória – História, /1 (Portugal), Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. Apud: PINSK, Carla Bassanezi e LUCA, Tânia Regina de, (orgs.) *O historiador e suas fontes*, São Paulo, Contexto, 2009.

noviciado da Companhia passou a funcionar em Cascavel para que os noviços tivessem um contato mais íntimo com a pobreza, exigência da referida adaptação. Vinculada a essa hipótese tem aquela que entende que a cidade de Porto Alegre não garantia mais as condições necessárias à iniciação do noviço na vida religiosa na Companhia.

Ao tomar como objeto de estudo a transferência do noviciado, não se está indicando para o isolamento de um fato, mas sim para uma análise em escala reduzida, que busca num acontecimento, os elementos para entender uma série de questões que são essenciais para a compreensão do modo de proceder desta Ordem religiosa nos anos dadécada de 1970. A metodologia desse trabalho, nesse sentido, tende à análise micro-histórica<sup>10</sup> que “nada mais é que uma gama de possíveis respostas que enfatizam a redefinição de conceitos e uma análise aprofundada dos instrumentos e métodos existentes”.<sup>11</sup> Ela é essencialmente baseada na redução de escala de observação, em uma análise microscópica e em estudo intensivo do material documental. A redução da escala é um procedimento analítico, que pode ser aplicado em qualquer lugar, independentemente das dimensões do objeto analisado<sup>12</sup>. “Esse é um procedimento, que toma o particular como seu ponto de partida (um particular que com frequência é altamente específico, e seria impossível descrever como um caso típico) e prossegue, identificando seu significado à luz de seu próprio contexto específico”.<sup>13</sup> Nesse sentido, Revel aponta que na micro-história, o que se propõe “é construir a pluralidade dos contextos que são necessárias à compreensão dos comportamentos observados”.<sup>14</sup> Assim, “a aposta da análise microssocial – e sua opção experimental – é que a experiência mais elementar, a do grupo restrito, e até mesmo do indivíduo, é mais esclarecedora por que é mais complexa e por que se inscreve no maior número de contextos diferentes”.<sup>15</sup> A opção metodológica pela micro-história justifica, nesse sentido, muitas das opções realizadas nessa pesquisa, como é o caso de apresentar os elementos que compõe a formação no período do noviciado, a partir das experiências cotidianas dos noviços nessa etapa da formação. A opção pelo estudo da Companhia de Jesus na Contemporaneidade, a partir da transferência do

---

<sup>10</sup> Sobre a micro-história ver: VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da História: micro-história*. Campus, 2002. OLIVEIRA, Monica Ribeiro de e ALMEIDA Carla Maria Carvalho de (orgs.). *Exercícios de micro-história*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. GINZBUR, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. 6ª edição. São Paulo, Companhia das Letras, 1993. Do mesmo autor: *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das letras, 1990. LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Civilização brasileira, 2006.

<sup>11</sup> LEVI, Giovanni, Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 135.

<sup>12</sup> LEVI, Giovanni, Op. Cit. 1992. p.136-137.

<sup>13</sup> Idem, p. 154

<sup>14</sup> REVEL, Jacques (org). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Microanálise e construção do social. p. 26.

<sup>15</sup> Idem, p. 32.

noviciado Paulo Apóstolo de Porto Alegre para Cascavel, é muito representativo dessa opção metodológica, já que o referido fato foi tomado como ponto de partida para compreensão de um contexto mais amplo que está ligado às mudanças propostas para a Igreja pelo Concílio Vaticano II e pela resposta de adaptação que a Companhia de Jesus promoveu para essas mudanças por meio dos Decretos das Congregações Gerais 31 e 32.

Considerou-se importante apresentar as opções realizadas na pesquisa já que é o historiador, por meio de suas escolhas, que define o resultado final de seu trabalho. O historiador escolhe um objeto, define o espaço e o tempo por meio de um recorte, constrói uma problemática, seleciona as fontes, elabora uma metodologia, analisa as fontes e elabora a argumentação, produzindo um texto como produto de seu trabalho, como aponta Priori:

O problema tem um lugar decisivo na construção da história, a história não se define pelo seu objeto, nem pelos documentos que lhe permitem reencontrar o fato, mas pela pergunta, o problema que é colocado aos documentos. Não há documento sem questão. É a questão que, instaurada pelo historiador, erige os restos do passado em fontes históricas. O documento sozinho, isolado, não existe se não houver intervenção da curiosidade do historiador.<sup>16</sup>

O pequeno número e a característica dos estudos referentes à Companhia de Jesus em tempos recentes constituíram-se como uma das principais dificuldades no desenvolvimento dessa pesquisa, já que boa parte dos que existem são produzidos por historiadores da Companhia, principalmente em momentos de comemoração de datas tidas como marcantes, portanto tem um caráter fortemente memorialístico e apologético. Nesse sentido, pode-se destacar historiadores como Luiz Fernando Klein no livro *Companhia de Jesus: 450 anos a serviço do povo brasileiro*, Bohnen e Ullmann no texto *A atividade dos Jesuítas de São Leopoldo*, Pe. Jhon Padberg que trata das *Congregações Gerais da 1ª a 33ª*, Jorge Alfredo Lutterbech no livro *Jesuítas no Sul do Brasil, capítulos de história da missão e província Sul – brasileira da Companhia de Jesus*, entre outros.

Contudo, o estudo do Jesuíta Alfonso Alvarez Bolado intitulado *La Compañía de Jesús: Misión abierta al futuro*, merece destaque como uma análise crítica a respeito da Companhia de Jesus nas décadas de 1970 e 1980. O Historiador SJ. Willian Bangerte se exime, por sua vez, de uma análise da história da Companhia no século XX, por acreditar que

---

<sup>16</sup> PRIORE, Mary Del, *Fazer história, interrogar documentos e fundar a memória: a importância dos arquivos no cotidiano do historiador*. Territórios e Fronteiras, Programa de pós-graduação em História, UFMT, v.3, n.1, Janeiro/ Junho, 2002, p. 15.

com questões cadentes ainda em causa não seria possível produzir uma história de perspectiva definida e equilibrada.<sup>17</sup>

Tendo este cenário, quanto à produção historiográfica da história recente da Companhia, optou-se por usar as bibliografias para a construção dos contextos que envolveram o objeto estudado, Assim, não será observado nessa pesquisa uma análise fundamentada em bibliografias, mas em material documental. As bibliografias são, nesse sentido, auxiliares na análise das fontes.

Essa dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, intitulado *De Porto Alegre a Salvador: O cotidiano de um noviço em formação na Companhia*, será apresentado o processo de formação no período do noviciado, a partir das determinações das CGs 31 e 32 e das Constituições da Companhia sobre o tema. Porém, a fim de produzir uma redução na escala de análise, serão introduzidos os relatos do diário do noviciado, para que seja possível perceber como as regras universais para a formação eram compreendidas e postas em prática no cotidiano dos noviços da Ordem. Os referidos relatos analisados descrevem uma viagem em que os noviços, partindo de Porto Alegre, passaram pelas cidades de Curitiba, Rio de Janeiro, Salvador e Belo Horizonte onde entraram em contato com uma expressiva diversidade de trabalhos apostólicos realizados por jesuítas. Nesse sentido, compreende-se hipoteticamente, que a viagem representou uma experiência de integração dos noviços ao corpo apostólico da Companhia. A partir da análise das atividades cotidianas de formação, objetiva-se perceber como os elementos que compõe a formação dos sacerdotes da SJ, se expressam nas experiências a eles proporcionadas durante a referida viagem.

O segundo capítulo, intitulado *O encontro dos noviciados do Brasil em Salvador*, será dedicado, ainda, à análise da formação cotidiana dos noviços por meio dos relatos do diário. Nessa etapa da viagem, os noviços de Porto Alegre, reunidos com os demais noviços brasileiros da Companhia, numa casa de retiros na Ilha de Itaparica Próximo a cidade de Salvador na Bahia, receberam uma formação voltada à questão espiritual, intelectual e apostólica. Nesse capítulo, será apresentado o contexto de renovação porque passou a Companhia, sob a influência do Concílio Vaticano II. Apontar-se-á, no mesmo sentido, para a influência da Conferência do Episcopado latino-americano realizada em Medellín no ano de 1968.

---

<sup>17</sup> BANGERT S.J, William. *História da Companhia de Jesus*. Livraria A. I. – Porto e Edições Loyola, São Paulo, 1985. P. 604.

No terceiro capítulo, intitulado *A transferência do Noviciado Paulo Apóstolo como esforço de adaptação aos Decretos da Congregação Geral XXXII*, buscar-se-á apresentar as motivações para a transferência do noviciado de Porto Alegre, por meio das justificativas construídas pelos jesuítas da Província do BRM, favoráveis a transferência. Tais justificativas encontravam-se respaldadas na CG 32, que naquele contexto, representava as instruções mais atualizadas quanto à vida na Companhia e cabia às Províncias encontrar as formas de se adaptar a tais regulamentações. Num segundo momento da redação do capítulo serão apresentados os critérios para a escolha de um lugar que proporcionasse condições favoráveis à formação no período do noviciado. O lugar escolhido para isso fora a cidade de Cascavel, desse modo, expôs-se as características da cidade que a credenciou como sede do noviciado da Companhia. Outra questão que fora destacada no texto refere-se às continuidades e descontinuidades no que tange a linha e estratégias de formação adotadas em Cascavel após a transferência.

O primeiro e segundo capítulos se ligam ao terceiro, ao propor a discussão dos elementos que compõe a formação do noviço na Companhia de Jesus. Compreender tais elementos torna-se representativo tendo em vista que a transferência é justificada a partir da argumentação de que se buscava um lugar que oferecesse condições favoráveis à iniciação do noviço na vida religiosa da Companhia de Jesus. Seria impossível, assim, estudar o processo de transferência do noviciado, sem levar em conta as questões que compõe a “iniciação do noviço na vida religiosa da Companhia”. Qualquer tentativa, dessa forma, esvaziaria o objeto de sentido, transformando-o num fato isolado. O primeiro e segundo capítulos teria, ainda, a função de instrumentalizar o leitor quanto os conceitos mais particulares da temática como apostolado, missão, carisma entre outros. A escolha de desenvolver o estudo a partir da experiência dos noviços na viagem e no encontro dos noviciados do Brasil em Salvador está ligada fundamentalmente à ideia de que ela representa uma tentativa de garantir aos noviços experiências que a cidade de Porto Alegre não lhes proporcionava. Nesse sentido, entende-se que o estudo dessa experiência torna possível apresentar tanto os elementos que compõe a formação do noviço quanto à importância dada ao ambiente em que esses indivíduos são iniciados, o que as liga as discussões sobre a transferência.

## CAPÍTULO I

### DE PORTO ALEGRE A SALVADOR: UM ESTUDO SOBRE AS EXPERIÊNCIAS COTIDIANAS DOS NOVIÇOS EM FORMAÇÃO NA COMPANHIA DE JESUS

Neste capítulo propõe-se a discussão sobre a formação no Noviço na Companhia de Jesus a partir das descrições contidas no diário do Noviciado Paulo Apóstolo entre 27/09 e 14/11 de 1978, bem como dos decretos das 31<sup>o</sup> e 32<sup>o</sup> Congregações Gerais (CGs) da Ordem<sup>18</sup>. Esse *corpus* documental permite analisar as orientações da Companhia para a Ordem mundial em comparação com as experiências da formação em nível local.

O diário relata o período compreendido entre a partida dos noviços, de Porto Alegre, e a chegada deles a Salvador, estado da Bahia. Ao analisar a descrição das experiências proporcionadas aos noviços nessa viagem, em comparação aos decretos das CGs, o que se pretende é investigar os elementos que compõe a formação do jesuíta no período do Noviciado, a fim de entender como a Companhia de Jesus promove a formação espiritual, intelectual, sacerdotal e apostólica de seus integrantes.

Cabe destacar que a formação dos jesuítas é marcada pelas seguintes etapas: noviciado, juniorado, filosofado, teologado e magistério. Cada um desses períodos tem características próprias, mas, neste texto, apresenta-se, de forma específica, a primeira etapa da formação do jesuíta. É importante, porém, saber que antes do noviciado existe a formação dos que pretendem ser jesuítas, chamada de pré-noviciado, etapa que tem duração de um ano, quando os candidatos passam a conhecer a Companhia e as exigências para a vida religiosa, ocorrendo o estudo das Constituições da Ordem, de sua história e a de seu fundador, Inácio de Loyola.

Nesse contexto, todos os candidatos são admitidos primeiramente como noviços e depois de acabadas as provações e estudos, podem ser recebidos definitivamente na SJ (Companhia de Jesus). Esse período, que tem duração de dois anos, é tempo não só de formação, mas também de provação. A ideia de provação está relacionada à capacidade que o candidato tem de adequar-se às diretrizes da Companhia. Nesse sentido, são preparadas experiências que deveriam por os noviços em situações que os levem a mostrar o que são na

---

<sup>18</sup> A primeira reuniu-se de 07/05 a 15/07 de 1965 e 08/09 a 17/11 de 1966, a segunda de 01/12 de 1974 a 07/03 de 1975.

realidade essas situações. Dessa forma, essas situações deveriam por em prova a disposição do noviço em abnegar de tudo aquilo que conheceu anteriormente ao seu ingresso no noviciado. Assim, o que se prova é a capacidade de cada um em assimilar as orientações do dogma cristão característicos da atividade religiosa do jesuíta. No decorrer do texto, as características dessa atividade ficarão mais evidentes. Também é chamado noviciado a casa onde vivem os noviços.

Diante das considerações, nota-se que a viagem pode ser caracterizada como uma experiência de provação bem como de formação. Por isso, sua análise torna-se válida na compreensão do processo de formação do jesuíta no período do noviciado. Não se pode perder o foco, porém, da transferência do Noviciado Paulo Apóstolo da Companhia de Jesus de Porto Alegre para Cascavel no Paraná, no ano de 1980, o que se configura como objeto central da análise proposta neste estudo. Conhecer a formação do noviço na Companhia tem fundamental importância para a compreensão do processo de transferência, pois as justificativas que a legitimaram dão conta da impossibilidade de produzir uma boa formação dos noviços ou uma formação que atendesse aos anseios da Companhia naquele momento, na Cidade de Porto Alegre, ou mesmo em qualquer outra cidade dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Essa impossibilidade está diretamente ligada aos processos de revisão que a SJ está sofrendo na década de 1970. As cidades de Cascavel e Londrina no Paraná e Cuiabá no Mato Grosso foram, num primeiro momento, apresentadas como possibilidade para sediar o noviciado da Província Sul brasileira.

Em 27 de setembro de 1978, os Noviços do primeiro e segundo ano, acompanhados pelo padre Albano Trinks, mestre de noviços do Noviciado Paulo Apóstolo, que naquele momento guardava residência na cidade de Porto Alegre no Rio Grande do Sul, partiram em viagem à Salvador, Estado da Bahia, onde se encontrariam com os demais noviços jesuítas do Brasil. Naquele momento eram três as casas de Noviciado no Brasil, o já citado noviciado de Porto Alegre, pertencente à Província do Brasil Meridional, o de Campinas, localizado na Província do Brasil Centro-Leste e o Nossa Senhora da Graça, da cidade de Feira de Santana, na Bahia, componente da então vice-Província da Bahia.

Cabe lembrar que a Companhia divide-se em Províncias e regiões que também podem ser chamadas de missões. As regiões podem ser dependentes de alguma província ou sujeitas diretamente ao Prepósito Geral, sendo chamadas, nesses casos, de independentes. As Constituições da Ordem<sup>19</sup> determinam sobre o governo das Províncias e Regiões que não é

---

<sup>19</sup> Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares. Edições Loyola, São Paulo, 1997.

interessante que se constituam várias províncias no mesmo território, suas fronteiras devem ser observadas, pois não é permitida a construção de casas de uma Província no território da outra.

A questão da identidade também deve ser considerada, tendo em vista que cada jesuíta pertence à Província na qual foi admitido e somente o Superior Geral pode transferir alguém definitivamente a outra. Uma importante característica da Província é a autonomia, pois para um território ser declarado como tal, deve ter ao menos cinquenta membros, subsistir-se e exercer suas atividades naquele território sem depender de outro, ou seja, a Província deve prover-se de recursos materiais e humanos.

Segundo o noviço Pedro Canísio Schroeder, responsável pela produção dos relatos da viagem registrados no diário do Noviciado, o grupo de noviços composto por Hugo Mentiges, Roque Spies, Augustino Pedro Veit, Inácio Valdir Schaefer, Luiz Neis e o próprio Pedro, além do mestre Albano, fizeram sua primeira “escala” na cidade de Curitiba no Paraná, onde foram alojados na residência da comunidade do Colégio Medianeira. Essa ocasião proporcionou o contato deles com os padres em atividade naquela unidade escolar e de Paróquias da cidade, o que é interessante se notarmos que:

Para a formação tanto espiritual como apostólica, intelectual e afetiva dos noviços será conveniente que, além do mestre, tenham contato com outras pessoas qualificadas, que em determinadas ocasiões os ajudem em seu ofício e lhes ofereçam uma imagem mais rica e universal da vocação inaciana.<sup>20</sup>

Assim, segundo as normas complementares das Constituições da Companhia, o objetivo da formação dos jesuítas é o próprio fim apostólico da Companhia, a saber, “ser capaz de ajudar com o favor de Deus suas almas e as do próximo, este fim deve ser considerado como o princípio orientador de toda a nossa formação”.<sup>21</sup> Nesse sentido, o apostolado ou ação apostólica pode ser entendido como serviço, que está diretamente ligada com aquilo que a Companhia entende como sua missão no mundo, a qual, desde sua fundação, liga-se, segundo a Fórmula do Instituto,<sup>22</sup> à “defesa e propagação da fé e o aperfeiçoamento das almas na vida e na doutrina cristãs”.<sup>23</sup> Liga-se à missão, pois para cumprir essa tarefa é importante uma atuação onde se considere necessária a presença do

---

<sup>20</sup> Idem. Parágrafo 54. P. 280.

<sup>21</sup> Idem. Parágrafo 59, p. 283.

<sup>22</sup> Por Instituto da Companhia entende-se a forma de viver e atuar do jesuíta, bem como os documentos escritos que regulamentam e legitimam este viver. Alguns desses documentos caracterizam-se como verdadeiras leis, outros orientam a espiritualidade e modo de proceder da Companhia.

<sup>23</sup> Fórmula do Instituto da Companhia de Jesus, aprovada e confirmada pelo Sumo Pontífice Júlio III na Carta Apostólica *Exposcit debitum*, de 21 de julho de 1550.

jesuíta. A atuação em favor do cumprimento da missão se caracteriza como apostólica, já que, a salvação das almas estaria fundamentada no evangelho e tal como o fizeram os apóstolos na propagação da doutrina cristã, também deveriam fazer os jesuítas. Podemos definir então que apostolado é toda ação que visa ao *serviço divino de salvação das almas*, assim a própria formação é serviço, pois visaria formar sacerdotes:

(...) ao serviço da Igreja Universal para a defesa e propagação da fé e adiantamento das almas na vida e doutrina cristã devem cooperar com a graça divina para se fazerem capazes, pela vida familiar com Deus, pela inteligência profunda da fé, pelo conhecimento vital dos homens, de ser verdadeiros ministros de Cristo que mostrem a Deus presente ao mundo moderno.<sup>24</sup>

Observam-se vários elementos da formação apostólica do jesuíta nessa citação, tais como a *familiaridade com Deus*, a formação teológica, pois é dessa forma que se entenderia uma *inteligência profunda da fé*. Quando se aponta para o *conhecimento vital dos homens*, faz-se referência aos estudos da área das ditas ciências humanas, utilizadas como instrumento de análise das realidades sociais, econômicas, políticas e culturais de onde se inserem ou pretendem se inserir os jesuítas em suas “atividades missionárias”. Por último, menciona o caráter sacerdotal da vocação jesuítica. Esses elementos que compõem a formação do Jesuíta são o principal objeto analisado nesse capítulo. Essas considerações, portanto são de caráter introdutório.

Referindo-se a conversa entre os noviços e o Padre Dionísio, coordenador geral do Colégio Medianeira, Pedro Canísio aponta que foi possível perceber que a linha de formação adotada no colégio vinha de encontro às exigências expressas pela Companhia no decreto IV da Congregação Geral XXXII, “pois é uma linha que leva a conscientizar e despertar os alunos para a realidade”<sup>25</sup>. É difícil definir exatamente o que ele quer dizer com isso, tendo em vista a amplitude do referido decreto. Contudo, levando em consideração seu caráter geral, é provável que esteja apontando para as definições nele expressas referentes à missão do jesuíta na atualidade, na qual se inclui fundamentalmente o serviço da fé e a promoção da Justiça. “A missão da Companhia de Jesus, hoje, é o serviço da fé, do qual a promoção da justiça é uma exigência absoluta enquanto faz parte da reconciliação dos homens, exigida pela reconciliação dos mesmos com Deus”.<sup>26</sup>

---

<sup>24</sup> XXXI Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1966. Decreto 9, parágrafo 1, p. 76.

<sup>25</sup> Diário do Noviciado Paulo Apóstolo da Companhia de Jesus nº 18. 27 de Setembro de 1978 a 23 de Agosto de 1982.

<sup>26</sup> XXXII Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1975. Decreto 4, Parágrafo 48, p. 37.

Segundo a 32ª CG, as injustiças presentes no mundo de hoje reverberam a ignorância e rejeição ao Evangelho. Seria por meio dele que os homens poderiam ver que a injustiça brota do pecado e se torna mais opressiva quando recai “sobre as instituições econômicas, sociais, políticas, culturais que têm em mira a dominação mundial”.<sup>27</sup> A mesma CG aponta que a predominância da injustiça é um dos principais obstáculos para a fé em Deus que representaria a justiça por ser amor, assim, a CG 32 entende que a injustiça é fruto do não amor para com o outro e a Deus. Isso se expressaria na sociedade quando se observa o fato de que “a simples sobrevivência do gênero humano depende de os homens olharem uns pelos outros e repartirem do que têm entre si”,<sup>28</sup> não fazer tal partilha é representativo ao mesmo tempo do desamor entre os homens e deles para com Deus. Nesse sentido, fica evidente a crítica à atitude individualista do homem numa sociedade marcada pela desigualdade.

Conclui então, a referida CG, que o caminho para a fé e o caminho para a justiça constituem-se inseparáveis e que essa unicidade se apresenta no Evangelho que ensina que “a fé mostra o seu poder através do amor”,<sup>29</sup> por isso, a promoção da fé e da justiça não pode estar separada da ação e da vida dos Jesuítas. Nesse sentido, a Companhia declara por meio do decreto 2 da mesma CG que o serviço da fé e a promoção da justiça deveria ser a prerrogativa de todo trabalho na Companhia e, além disso, fazer parte da vida interior de cada indivíduo e comunidade pertencente a Ordem.

A fim de legitimar a escolha do serviço da fé e a promoção da Justiça como elemento fundamental à identidade da Companhia, a CG buscou apoio no documento fundacional da Ordem,<sup>30</sup> onde se determina que a Companhia de Jesus fora “fundada principalmente para a defesa e propagação da fé, e para prestar todo o serviço na Igreja que seja para a glória de Deus e bem comum”.<sup>31</sup> Essa ideia expressa em certa medida a visão do próprio fundador da Ordem, Inácio de Loyola e por isso justifica a escolha feita pela CG: “Permite-nos determinar qual deve ser a nossa específica contribuição jesuítica para a defesa e propagação da fé e para a promoção da justiça na caridade”.<sup>32</sup> Nessa mesma linha encontra-se o sentido de missão<sup>33</sup> e o jesuíta deve ser, segundo a Companhia, “essencialmente um homem a braços com a

---

<sup>27</sup> Idem, Decreto 2, parágrafo 6, p. 24.

<sup>28</sup> Idem, parágrafo 7, p. 24.

<sup>29</sup> Idem, parágrafo 8, p. 24

<sup>30</sup> O documento que se refere no texto é as Fórmulas do Instituto, aprovadas e confirmadas pelos Sumo Pontífices Paulo III e Júlio III, respectivamente nos anos de 1940 e 1950.

<sup>31</sup> Fórmulas do Instituto, aprovadas e confirmadas pelos Sumo Pontífices Paulo III e Júlio III, respectivamente nos anos de 1940 e 1950. In: XXXII Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1975. Decreto , Parágrafo 19, item B. 11, p. 25.

<sup>32</sup> XXXII Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1975. Decreto , Parágrafo 19, item B. 12, p. 25.

<sup>33</sup> Entende-se por missão o objetivo da Companhia em todas suas atividades.

missão”,<sup>34</sup> recebida da Igreja na figura do Papa e de seus próprios superiores, portanto do próprio Cristo, cuja Igreja representaria.

O decreto 4 da Congregação Geral 32 reafirma a missão da Companhia de serviço da fé e promoção da justiça, afirmando que:

Foi sempre esta a missão da Companhia, embora em modalidades diferentes; mas hoje reveste sentido novo e urgência muito especial, devido às necessidades e aspirações dos homens do nosso tempo. A esta luz queremos considerá-la com um olhar novo. Efetivamente encontramos-nos em presença de uma série de novos desafios.<sup>35</sup>

Os desafios que se abririam nesse mundo<sup>36</sup> referido no documento são: o não conhecimento de Deus, a perda do “sentido de Deus” ocasionada pelo fascínio e domínio do poder da razão humana, o mundo dividido pela injustiça que estaria “encarnada nas instituições e estruturas socioeconômicas e políticas que dominam a vida das pessoas e da comunidade internacional”.<sup>37</sup> Frente a esse mundo, dominado pela descrença e injustiça, o Jesuíta deveria responder calcado na certeza de que só Deus pode converter o coração do homem, além do investimento total<sup>38</sup> do que se possui, ou seja, da ação da Companhia no mundo.

Nesse sentido, a lógica que a Companhia apresenta, com relação a sua atuação frente o mundo que vê, é bastante prática no sentido de que se o mundo em questão lança novos desafios, ao mesmo tempo dispõe de “instrumentos mais adequados para conhecer o homem, a natureza e a sociedade, quer para comunicar pensamentos, imagens e sentimentos, quer para tornar a ação mais eficaz”.<sup>39</sup> A partir disso, considera a necessidade de revisar seus “tradicionais métodos apostólicos”, atitudes e instituições, para a devida adaptação às exigências de um mundo em rápida e constante transformação. Considera-se aqui que a transferência do Noviciado para Cascavel é representativa dessa adaptação institucional da Companhia, assim como a viagem e o encontro dos noviciados do Brasil na Bahia, também expressam esse processo de adaptação da Companhia ao Concílio Vaticano II, apontado como

---

<sup>34</sup> Fórmulas do Instituto, aprovadas e confirmadas pelos Sumo Pontífices Paulo III e Júlio III, respectivamente nos anos de 1940 e 1950. In: XXXII Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1975. Decreto , Parágrafo 19, Item B, 14, p. 25.

<sup>35</sup> Idem, decreto 4, parágrafo 49, p. 37.

<sup>36</sup> Quando se referem ao mundo, os jesuítas estão apontando para a sociedade mundial, ou seja, para as características econômica, política, social e cultural que compõe essa sociedade, tendo em vista que é sobre ela que sua atuação ocorre. Nesse sentido compreender o mundo em que se atua constitui-se como fundamento para o cumprimento do objetivo da Ordem.

<sup>37</sup> Idem, parágrafo 52, p. 38.

<sup>38</sup> “tudo o que somos e temos: as nossas pessoas, as nossas comunidades, as nossas instituições, os nossos recursos e nosso apostolado”. (CG 32. Decreto 4, parágrafo 7.)

<sup>39</sup> XXXII Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1975. Decreto 4, Parágrafo 57, p. 39

necessidade pela 31º e 32º CGs. Os elementos que compõe essa revisão serão apresentados e submetidos à análise num capítulo específico, onde se discutirá os motivos que ocasionaram a transferência do noviciado.

De qualquer forma, o jesuíta deveria ser contemplativo em sua ação, onde a contemplação do mundo é elemento fundamental de sua compreensão, como o apontado pelo decreto 4 da CG 32:

Se queremos manter-nos fiéis à característica própria da nossa vocação, como também a missão recebida do Sumo Pontífice, precisamos de “contemplar” o nosso mundo como Santo Inácio olhava para o seu tempo, a fim de captarmos o chamamento de Cristo que morre e ressuscita de novo, no meio das misérias e aspirações dos homens.<sup>40</sup>

Há nessa citação algo de interessante, a palavra contemplar vem entre aspas, isso significa que ela recobre-se de um sentido não usual. Vieira Leite aponta que a contemplação é a “descoberta da presença divina em todas as coisas e referência de todas as coisas a Deus”.<sup>41</sup> Além disso, o destaque é uma ressalva quanto à própria noção de contemplação que está mais ligada às ordens religiosas monásticas do que as sacerdotais como é o caso da Companhia de Jesus. O decreto 2 da CG 32 aponta que a comunidade jesuítica é “contemplativa, mas não monástica porque é uma *communitas as dispersionem*. É uma comunidade de homens prontos a acorrer aonde quer que forem enviados”.<sup>42</sup>

Nesse sentido, a contemplação do mundo como forma de entendê-lo para agir sobre ele, seria realizada por meio dos Exercícios Espirituais de Inácio de Loyola<sup>43</sup>. Nele, a primeira contemplação é a da encarnação, onde com o uso da imaginação quem se exercita deve ver as pessoas que habitam a terra na sua diversidade de condições, cultura e etnia: “assim em trajés e gestos, uns brancos e outros negros, uns em paz e outros em guerra, uns chorando e outros

---

<sup>40</sup> Idem. Parágrafo 68, p. 43.

<sup>41</sup> LEITE, José Vieira. O sentido do trabalho a luz dos exercícios espirituais de Santo Inácio de Loyola. In: BIENGEMER, M. C., MAC DOWELL, J. A., NEUTZLING, I. (org). **A Globalização e os Jesuítas**, Origens, Histórias e Impactos. Vol. II, São Paulo, Edições Loyola, 2007, p. 41.

<sup>42</sup> XXXII Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1975. Decreto 2, Parágrafo 27, p. 26.

<sup>43</sup> Na formação dos noviços, os Exercícios Espirituais são o experimento principal e fundamental: por isso merecem uma atenção especial. Sejam preparados cuidadosamente, realizados no tempo mais apropriado e propostos com toda força e vigor espiritual. (Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares. Edições Loyola, São Paulo, 1997. Parágrafo 54. P. 280).

Por exercícios espirituais entende-se todo o modo de examinar a consciência, de meditar, de contemplar de orar vocal e mentalmente, e de outras operações espirituais. Porque, assim como passear, caminhar e correr são exercícios corporais, da mesma maneira todo o modo de preparar e dispor a alma, para tirar de si todas as afeições desordenadas e, depois de tiradas, buscar e achar a vontade divina na disposição da sua vida para a salvação da alma se chamam exercícios espirituais. (Exercícios espirituais de Inácio de Loyola. 1491 – 1556. Primeira parte, Anotações orientadoras. p. 1).

rindo, uns sãos e outros enfermos, uns nascendo e outros morrendo, etc.”.<sup>44</sup> Depois devem ouvir o que dizem as pessoas: “como falam umas com as outras, como juram e blasfemam etc.”<sup>45</sup> Deve-se observar também as atitudes delas, “como ferir, matar, ir para o inferno e etc.”<sup>46</sup> No fim de tudo isso, quem se exercita deve refletir para dar sentido de concretude ao que fora desenvolvido no campo da imaginação, tendo em vista que todo o imaginado não é uma invenção sem sentido, mas, percepções do real tanto de quem faz quanto daquele que aplica os exercícios espirituais. Assim, deve observar tudo o que viu com os olhos da imaginação<sup>47</sup> e tirar proveito disso de alguma maneira.

Pode-se considerar, nesse sentido, que a viagem, assim como o encontro dos três noviciados do Brasil, consistem numa experiência de produção de imagens, portanto, na expansão do horizonte imaginativo, fundamental aos Exercícios Espirituais, onde ver com os olhos da imaginação significa recordar o que está presente no conjunto das memórias um dia vivenciadas fisicamente. Nesse sentido, sua descrição torna-se justificável, já que possibilita a compreensão de algumas estratégias na formação dos religiosos jesuítas no período do noviciado e a ação apostólica por eles empreendida.

Quando Pedro Canísio aponta que foi possível perceber que a linha de formação adotada no Colégio Medianeira vem de encontro às exigências expressas pela SJ no decreto IV da Congregação Geral XXXII, por promover o que ele entende como conscientização dos alunos, poderia, também, estar se referindo ao entendimento da Companhia sobre o caráter dos homens que vivem no mundo acima descrito:

O homem hoje pode tornar o mundo mais justo, mas não o quer a sério. O novo domínio do homem sobre o mundo, e até sobre si mesmo, leva-o muitas vezes a exploração dos indivíduos, coletividades e povos, mais que a repartição equitativa dos recursos do nosso planeta; causa roturas e divisões, mais que comunhão e comunicação; desencadeia opressão e domínio, mais que respeito dos direitos individuais e coletivos numa fraternidade mais real entre os homens. As desigualdades e injustiças já não podem ser consideradas como resultado de alguma fatalidade “natural”; são antes obra do homem e do seu egoísmo. Não há, por

---

<sup>44</sup> Exercícios espirituais de Inácio de Loyola, 1491 – 1556. (106)

<sup>45</sup> Idem. (107)

<sup>46</sup> Idem. (108)

<sup>47</sup> Deve-se compreender a imaginação a partir do pensamento aristotélico que entende a imaginação como potência ativa dos conteúdos transmitidos pelos sentidos. A psicologia filosófica aristotélica concebe o funcionamento da imaginação como integrado ao dinamismo psíquico em seu conjunto. Trata-se de um movimento constante, que envolve os cinco sentidos externos, mas também os sentidos internos, a saber: a imaginação, a memória, a fantasia, a parte cognitiva, o senso comum (os cinco sentidos internos). Os dados obtidos pelos sentidos externos são re-apresentados interiormente pelos sentidos internos (pela fantasia, pela imaginação, pela memória, etc.), a seguir atingindo e movendo os afetos, o entendimento e a vontade. A imaginação ocupa um lugar de mediação entre a percepção sensível e o pensamento. No *De Anima* (século IV a.C.), Aristóteles afirma que a imaginação é definida como movimento que ocorre pela percepção sensível. MASSIMI, Marina. *Imagens e imaginação nos saberes do Ocidente na Idade Moderna*. Circumscribere 11, 2012, pp. 33-47, p. 39.

consequente, promoção propriamente cristã da justiça integral, sem um anúncio de Jesus Cristo e do ministério da reconciliação com Ele levou a bom termo.<sup>48</sup>

A segunda compreensão da descrição de Pedro é mais precisa, pois é mais específica e resolve melhor o questionamento sobre a que ele se referia quando apontava para uma conformidade entre a formação oferecida no Medianeira e as prerrogativas expressas na CG. Pedro Canísio aponta que as experiências dos jesuítas no Colégio Medianeira visavam formar indivíduos capazes de perceber seu potencial transformador de um mundo onde os homens estariam mais interessados em explorar, oprimir e dominar do que na construção de uma sociedade mais justa. A formação dos estudantes entraria em conformidade com as normativas da CG na medida em que fossem capazes de perceber que as desigualdades e injustiças são frutos do egoísmo humano.

Ainda em Curitiba, os noviços receberam a notícia da morte do Papa João Paulo I. Isso, contudo, não mudou a programação do dia (19/09/1978) que começou com o Padre José Ten Cate falando aos noviços sobre sua atuação em anos anteriores no Nordeste do País junto aos pobres, enfatizando a possibilidade “de experimentar um pouco da miséria do povo”. Explanou, também, sobre seu trabalho junto aos escoteiros no Colégio Medianeira, por meio do qual acreditava preparar as pessoas para “enfrentar o mundo” de forma mais criativa.

Ainda no dia 19/09/1978 pela manhã, os noviços ouviram a alocação dos Padres Afonso Gessinger e Raimundo Kroht, sobre suas atividades na cidade de Curitiba e no Colégio Medianeira. Kroht, diretor do Medianeira, falou dos aspectos referentes ao ensino no Estado do Paraná, enfatizando a liberdade que a instituição tem frente as diretrizes da educação no Estado. À tarde, o Padre Pedro Sallet Filho falou aos noviços por mais de uma hora sobre seus trabalhos junto aos religiosos e alunos do colégio. Depois das 16 horas os noviços foram visitar uma comunidade de base (CEB) das Irmãs Vicentinas. Segundo o relator do diário:

é uma comunidade de quatro irmãs que moram numa favela da periferia de Curitiba. A linha de atuação e conscientização no meio do povo é muito saudável. Elas ensinam o povo a assumir as coisas que precisam e deixam o paternalismo completamente de lado. Elas são um verdadeiro exemplo para o povo e dão um testemunho de pobreza muito grande para quem chega visitá-las. Já conseguiram formar uma verdadeira comunidade com o povo desta favela.<sup>49</sup>

---

<sup>48</sup> XXXII Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1975. Decreto 4, Parágrafo 76, p. 47.

<sup>49</sup> Diário do Noviciado Paulo Apostolo da Companhia de Jesus nº 18. 27 de Setembro de 1978 a 23 de Agosto de 1982. Dia 29/09/1978.

Independente do que Pedro Canísio Schroeder tenha visto do trabalho das Irmãs Vicentinas, não restam dúvidas que ficou muito impressionado. Essa comunidade, a qual Pedro se refere é uma Comunidade Eclesial de Base (CEB). Leonardo Boff, importante teórico da teologia da libertação, cita que as CEBs são um instrumento de articulação para a libertação dos pobres e marginalizados. Segundo Boff, elas são comunidades abertas ao mundo, à sociedade e se orientam pela leitura e partilha do Evangelho voltado para a atuação social. Nelas ocorrem discussões dos problemas sociais que afligem as pessoas, de tomada de consciência de sua condição social e política a partir de instrumentos de análise sociológica, onde a Igreja exerce sua diaconia<sup>50</sup> informando o povo de seus direitos e denunciando as injustiças. É de seu interior que se busca superar as relações injustas predominantes na sociedade. Essa superação é alcançada por meio da formação ou fortalecimento do movimento popular.

A teologia da libertação, que ganha força na década de 1960, têm em Leonardo Boff um dos intelectuais de maior relevância na construção teórica e prática dessa teologia. Ela parte de dois pressupostos básicos. Primeiramente, trata-se do esforço em aprofundar e sistematizar a experiência espiritual junto dos pobres, onde estaria mais bem definida a imagem de Deus. Essa ideia é reiterada a partir da noção de que Deus se fez pobre por meio de Jesus. A segunda preposição, parte da noção de que somente a partir de uma opção sincera pelos pobres e de libertação deles que se poderia dar corpo a uma teologia verdadeiramente de libertação, sendo que, a compreensão da realidade social deveria estar ligada aos interesses dos pobres, vendo “o mundo a partir deles, defendendo os valores de sua cultura”.<sup>51</sup> A teologia da libertação quer ser um discurso que tenha Deus como o centro, um Deus que estaria presente também nas instâncias históricas, políticas, econômicas e sociais. Nessa teologia enfatiza-se a característica do Deus bíblico, que abominaria toda a injustiça e que teria uma preferência declarada pelos fracos e oprimidos. Jesus, por sua vez, representaria o libertador integral que teria assumido a causa dos pobres e lhes *anunciado sua preferência no Reino*.

---

<sup>50</sup>Em geral, quando se fala de "serviço", "diaconia", faz-se referência ao ministério da Igreja relativo às necessidades humanas materiais, promocionais, de assistência ou de solidariedade. A diaconia seria o serviço da Igreja no campo sócio-político-cultural. Hoje, particularmente, esse ministério poderia resumir-se em três palavras: assistência social, solidariedade, ações de transformação. (SOARES, Sebastião Armando Gameleira. *Diaconia: ênfase bíblico – teológica*. Reflexões nº 02, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Centro de Estudo Anglicanos)

<sup>51</sup>BOFF, Leonardo. E a Igreja se fez povo. *Eclesiologia: a Igreja que nasce da Fé do Povo*. Vozes, Petrópolis, 1985. P.85. Para maiores informações ver do mesmo autor a obra **Igreja, carisma e poder. Ensaios de eclesiologia militante**. Petrópolis: Vozes, 1981.

Como um dos articuladores dessa teologia, Boff<sup>52</sup> aponta que para a libertação integral é necessário combater as causas que produzem a pobreza, desqualificando as ações assistencialistas e paternalistas dos ricos. Ele enfatiza que “são necessárias mudanças estruturais nas relações de trabalho e de convivência”<sup>53</sup> questionando o dualismo social rico-pobre. “Ao invés de ricos e pobres, prevalecerão os cidadão que trabalham juntos na construção de uma história da liberdade, na qual as diferenças não servem de pretexto para estabelecer privilégios, mas são ocasião de enriquecimento coletivo”.<sup>54</sup>

É notório que Pedro Canísio Schroeder refere-se elogiosamente à forma como as irmãs atuavam junto às pessoas da comunidade, difícil é determinar a forma de atuação, já que ele a alude como “muito saudável”, o que pode ter muitos significados. Contudo, partindo do pressuposto que Pedro conhecia a Congregação Geral 32, é possível que ele tenha elogiado os trabalhos das Irmãs tendo em vista que, em certa medida, se aproxima das orientações expressas nos decretos do referido documento. Além disso, é bastante óbvio que a expressão positiva sobre o fato de ensinar o povo a assumir as coisas que precisam sem paternalismos, se deve ao fato de que em algum momento de sua formação, recebeu instruções que o leve a essa opinião. O que ocorre é que o discurso de Pedro está orientado pela formação que vem recebendo na sua breve experiência na Companhia. Nesse sentido, pode-se considerar que a formação dos noviços da Companhia estava influenciada pela teologia da libertação. Tal influência não fora considerada positiva pelo Papa Paulo VI, assim como qualquer influência de característica progressista, como se observa na carta destinada a Pedro Arrupe, Prepósito Geral da Companhia, em 15/09/1973, no contexto da preparação para a CG 32:

É que não ignoramos que nalgumas partes da Companhia de Jesus – à semelhança do que em mais larga escala acontece na vida da Igreja – aparecem estes anos certas tendências de caráter intelectual e disciplinar, que se fossem fecundadas, acarretariam gravíssimas e talvez insanáveis mudanças até no que é essencial à vossa organização.<sup>55</sup>

O Papa pronuncia-se quanto a reunião da 32ª CG, apontando que teria “a incumbência de achar os meios mais idôneos para ela desempenhar a sua missão na Igreja e no mundo dos nossos dias”.<sup>56</sup> Aponta ainda que “não se nos esconde a importância da celebração de tal

---

<sup>52</sup> Cf. SILVA, Bruno Marques. **Fé, razão e conflito: A trajetória intelectual de Leonardo Boff**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

<sup>53</sup> BOFF, Leonardo. *E a Igreja se fez povo*. Eclesiologia: a Igreja que nasce da Fé do Povo. Vozes, Petrópolis, 1985, p.18.

<sup>54</sup> Idem, p. 20.

<sup>55</sup> Carta do Papa Paulo VI ao Prepósito Geral da Companhia de Jesus a 15 de Setembro de 1973. In: XXXII Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1975 p. 192.

<sup>56</sup> Idem, p. 189.

reunião nesta hora que parece como hora decisiva para a mesma Companhia de Jesus, para a sorte dela no futuro, para a fundação dela na Igreja e também das demais Famílias religiosas”.<sup>57</sup> Na mesma carta e ainda sobre a convocação da CG, O Papa Paulo VI expressa-se da seguinte forma: “Certamente esta reunião atesta – de bom grado o asseveramos – o empenho da Companhia de Jesus, para, de modo consentâneo com o fim do seu Instituto, adaptar a sua vida e o seu apostolado às exigências do mundo atual que tão contínua e rapidamente se muda”.<sup>58</sup> Contudo, as reflexões sobre essa adaptação não ocorreram sem atrito entre a Companhia e a Sé Católica.

Sobre a aparente tensão entre a Companhia e o Papa durante a CG 32, um estudo do Pe. Jhon Padberg sobre as Congregações Gerais salienta que a CG 32 foi mais marcada pelas intervenções do Papa do que pelas decisões nela tomadas. O Sumo Pontífice se preocupava com a possibilidade da referida CG estar dando menos importância à renovação da vida espiritual e religiosa e que estivesse colocando o tema da justiça sob os prismas *socio-político-econômico* e não como, de fato, deveria ser abordado por uma Ordem religiosa<sup>59</sup>.

Em outro momento de sua carta ao Prepósito Geral da Companhia de Jesus de 15 de Setembro de 1973, Paulo VI chama a atenção da Ordem que ao se adaptar aos novos tempos, adapte-se de forma correspondente às normas do Concílio Vaticano II.

Contudo, o mesmo Sínodo Universal, ao exigir esta renovação adaptada às necessidades destes tempos, não quis que se empreendesse através de experiências perigosas, desenraizadas como do *humus* próprio de cada família religiosa, e muito menos abandonando os bens primários e fundamentais da vida consagrada a Deus, mas o que pretendeu foi que os elementos comuns e essa vida se fortificassem e incrementassem.<sup>60</sup>

Esses dois fragmentos da Carta do Papa Paulo VI, apresentam sua preocupação com a Companhia de Jesus e com as tendências nela observadas, a que ele se refere como de “caráter intelectual e disciplinar” perigosas à sua identidade. A Identidade do Jesuíta é um dos elementos para o qual o Papa chama a atenção em sua alocução de abertura da 32ª Congregação Geral da Companhia em 03 de Dezembro de 1974:

temos todos de velar por que as adaptações necessárias não se realizem a expensas da identidade fundamental, da essência da figura do Jesuíta, tal como a descreve a Fórmula do Instituto, como o apresentam a história e a espiritualidade própria da

---

<sup>57</sup> Idem, p. 189-190.

<sup>58</sup> Idem, p. 190.

<sup>59</sup> As Congregações Gerais da 1ª a 33ª. Pe. Jhon Padberg. Boletins de informação SJ, Madri, março-abril de 1993, julho-agosto/1994, novembro-dezembro/1994, janeiro-fevereiro/1995 e março-abril/1995. Traduzido do espanhol na Cúria Provincial, BRM – Porto Alegre, RS, Brasil por Pe. Ivo Bersch, SJ.

<sup>60</sup> Idem, p. 190.

Ordem, e como aparece ainda hoje reclamar a interpretação autêntica das necessidades do nosso tempo. Tal imagem não deve ser alterada, não deve ser desfigurada.

Não se deverá chamar necessidade apostólica o que não seria mais do que decadência espiritual [...]. Se a vossa Companhia entrar em crise, se procurar caminhos aventureiros que não são os vossos, virão a sofrer também aqueles que, de um modo ou doutro, devem tanto aos Jesuítas na sua formação cristã.

Ora, vós os sabeis como Nós, hoje nota-se no meio de alguns de vossas fileiras um forte estado de incerteza, mais ainda, certo modo de pensar que põe em dúvida a vossa própria identidade fundamental.<sup>61</sup>

É observável, dessa forma, mais uma advertência a fim de que o jesuíta não deixe seu apostolado social se transformar em decadência espiritual, que não procurem *caminhos aventureiros* em sua missão. Também em relação à questão da identidade do jesuíta o Papa aponta, em sua carta, para os acontecimentos que o leva a reivindicar que a Companhia restabeleça sua identidade voltando-se aos ideais de seu fundador, Inácio de Loyola.

Alguns fatos dolorosos, que põe em discussão a essência mesma do pertencer à Companhia, repetem-se com demasiada frequência, são-nos assinalados de tantas partes, especialmente pelos Pastores das dioceses, e exercem triste influência no clero, nos outros religiosos, e no laicado católico. Estes fatos exigem de Nós e de vós uma expressão de pesar: não, sem dúvida, para insistir neles, mas para buscarmos juntos os remédios, a fim de que a Companhia permaneça, ou volte a ser, aquilo que é necessário que seja, o que ela deve ser para corresponder às intenções do Fundador e às esperanças da Igreja hoje.<sup>62</sup>

De fato, a crítica à Companhia é contundente e está ligada a uma atuação voltada para a promoção da justiça a partir de ação sobre as estruturas sociais. Alfonso Alvarez Bolado aponta em seu texto *La Compañía de Jesús: Misión abierta al futuro* que apesar do Decreto 4 da CG 32 que trata, em especial, da missão da Companhia no mundo contemporâneo, apresentar alguns problemas relacionados ao desequilíbrio quanto à ênfase dada a determinados temas dentro do Decreto, não justifica a resistência em relação a ele observada em alguns setores dentro da Companhia e do Vaticano. Tal resistência, contudo, é explicada pelo temor que:

el ardiente servicio a La fe se disolviera em uma empresa de promoción secular de La justicia, emprendida de manera utópica y sin discernimiento evangélico. O que uma Orden presbiterial, de sacerdotes, usurpando funciones de reforma de las estructuras que correspondem a los laicos, cayera em um nuevo zelotismo Cristiano, como el acachado a los jesuitas Del Paraguay em La significativa obra de

---

<sup>61</sup> Alocução do Papa Paulo VI na abertura da 32ª Congregação Geral da Companhia em 03 de Dezembro de 1974. Ibidem. P. 209.

<sup>62</sup> Idem, p. 210.

Hochwalder, *Así en La tierra como en el cielo*, ao querer acabar utópicamente, poco menos que *manu militari*, com lãs estructuras injustas de La sociedad.<sup>63</sup>

Bolado concorda que a prática de alguns jesuítas, de fato, permitiu que se produzissem interpretações negativas com relação ao trabalho de jesuítas em combate pela promoção da justiça. Porém, segundo o autor, o impacto inicial de tais ideias estaria sendo substituído por uma expectativa verdadeira e coerência na prática do propósito de promover a paz e a justiça.

Muito representativo desses embates entre a Companhia e o Vaticano é o fato de que após a conclusão da XXXII Congregação Geral o Papa exigiu que os decretos fossem a ele apresentados antes de sua publicação. Após apreciação, a resposta do Vaticano quanto os Decretos, expressa na carta do Cardeal Secretário de Estado ao Padre Geral da Companhia, aponta que:

O exame dos Decretos revela que as bem conhecidas vicissitudes por que passou a Congregação Geral não lhe permitiram atingir aquele resultado global que Sua Santidade esperava de tão importante acontecimento, resultado que procura assegurar repetidas vezes e de diversas formas, dando as suas paternais indicações, em particular no discurso-programático de 3 de Dezembro de 1974, dirigido aos Padres congregados. Apesar disso, Sua Santidade mandou-me entregar os Decretos, como disse já, para que sejam postos em execução segundo as necessidades da Companhia.<sup>64</sup>

Nesse sentido, os Decretos foram devolvidos aos jesuítas, contudo, o descontentamento e mesmo a decepção do Papa Paulo VI em relação a eles era evidente. O Papa havia depositado na CG 32 sua confiança, acreditando que ela representaria a equação para a adaptação da vida e do apostolado da Companhia às exigências “do mundo atual”, contudo, a adaptação proposta pela Ordem, extrapolou, na visão do romano Pontífice, de mecanismos religiosos para mecanismos políticos de atuação em relação às desigualdades sociais.

Além do já exposto, a preocupação do Papa, também vinha de encontro à vida do religioso numa sociedade que “põe em crise a nossa mentalidade religiosa, e talvez mesmo a nossa fé: vivemos numa perspectiva fascinante de humanismo profano, unida a uma crítica racionalista e arreligiosa. Por ela, o homem pretende conseguir sua perfeição pessoal e social unicamente com seus próprios esforços”.<sup>65</sup> Nesse sentido, enfatiza que:

---

<sup>63</sup> BOLADO, Afonso Alvarez SJ. *La Compañía de Jesús: Misión abierta al futuro*. Editorial Sal Terrae. España, 1991. p. 22.

<sup>64</sup> Carta do Cardeal Secretário de Estado ao Padre Geral de 02 de Maio de 1975. In: XXXII Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1975. Parte V – Documentos da Santa Sé relativos a Congregação Geral XXII.

<sup>65</sup> Alocução do Papa Paulo VI na abertura da 32ª Congregação Geral da Companhia em 03 de Dezembro de 1974. In: XXXII Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1975. P. 212.

É verdade que hoje se difundiu na Igreja a tentação característica do nosso século: a dúvida sistemática, a crítica exasperada da própria identidade, a ânsia de mudar, a independência e o individualismo. As dificuldades com que vos deparais são as mesmas por que passam hoje os cristãos em geral, perante as profundas mudanças culturais que chegam a afetar a própria ideia de Deus; as vossas dificuldades são as dificuldades dos apóstolos do nosso tempo, os quais, sentido a preocupação de anunciar o Evangelho, sentem também quanto é difícil traduzi-lo em linguagem acessível aos nossos contemporâneos.<sup>66</sup>

É para uma sociedade com essas características que a Igreja convoca a Companhia de Jesus a adaptar-se. Chama a atenção, contudo, para que essa adaptação seja “reta”, sem desvios do caráter que identifica a Companhia: a fidelidade e a caridade. No que se refere à fidelidade, o Papa aponta que ela deve ser viva e fecunda à tradição, à fé, nesse sentido, a fidelidade cobrada é em relação a tradicional Igreja instituição.

Quanto ao fato da formação do jesuíta estar ou não influenciada pela teologia da libertação, deve-se ponderar que qualquer instituição dentro da Igreja Católica, em especial na Igreja latino-americana, no tempo em questão, fugisse a essa lógica. Contudo, não é necessário nem esperado, na pesquisa aqui proposta, que se imponham rótulos à ação e formação apostólica da Companhia. De qualquer forma, é possível observar que a Companhia de Jesus apresenta aspectos que a alinham a essa teologia, como é o caso da opção pela promoção da justiça no plano social, a partir de uma ação sobre as estruturas social, econômica e política. Porém, é importante salientar que não estão expressos nos documentos oficiais da Ordem, críticas a Igreja instituição como ocorre nos trabalhos de Boff. Não, pelo menos, na mesma proporção. Assim, tanto existe elementos que a aproximam quanto que a afastam de tal tendência teológica.

Certo é, contudo, que a Companhia busca emendar-se aos aspectos apresentados pelo Concílio Vaticano II, como apresenta a 31º CG da Companhia:

É necessário que toda a formação dos Escolásticos seja impregnada do Espírito do Concílio Vaticano II, tal qual ele se manifesta nas Constituições e Decretos, nomeadamente nas constituições da Igreja, da Sagrada Liturgia, e nos decretos de formação sacerdotal, da acomodada renovação da vida religiosa e do ecumenismo.<sup>67</sup>

O Concílio Vaticano II estava ainda em sua terceira sessão e já era feita a convocação para a CG 31 e a Companhia não estava alheia a sua influência. O referido *Espírito do Concílio Vaticano II*, que deveria permear a formação dos escolásticos, diz respeito à urgência

---

<sup>66</sup> Idem, p. 208.

<sup>67</sup> XXXI Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1966. Decreto 9, parágrafo 12, p. 79

e à profunda disposição em querer dialogar com o mundo moderno que, segundo Estevão Raschiatti, é o grande pano de fundo e a principal motivação interior do Concílio Vaticano II.<sup>68</sup> Nesse sentido a formação dos escolásticos deveria prepará-los para esse diálogo.

O Sínodo dos Bispos de 1971 sobre a *justiça no mundo* também marca os apontamentos sobre os desafios que se abrem à Companhia a partir das novas necessidades que surgiram no mundo onde todo lugar tornou-se “terras de missão”.<sup>69</sup> O Sínodo toma como tema recorrente a libertação do homem numa sociedade em que os homens estariam envoltos numa rede de “dominações, de opressões e de abusos que sufocam a liberdade e impedem à maior parte do gênero humano de participação no edificar e no desfrutar de um mundo mais equitativo e mais fraterno”.<sup>70</sup>

No fim do dia, “após o Jornal Nacional”, programa jornalístico televisivo, os noviços e o mestre fizeram uma avaliação dos dois dias que passaram na cidade de Curitiba e às 22 horas o padre Albano celebrou missa aos noviços.

No dia 30 de Setembro os noviços partiram para São Paulo, onde foram recebidos pela comunidade vocacional Anchietanum organizada pelos Jesuítas. Pedro descreve que depois de um banho e uma rodada de chimarrão, os noviços participaram de uma reunião com um grupo de jovens do Anchietanum que trabalhavam em diversas atividades apostólicas: “São jovens que estão a procura de uma definição vocacional, já saíram várias pessoas, jovens deste grupo que estão atualmente seguindo a formação para a vida religiosa”.<sup>71</sup> “A Comunidade Vocacional reúne jovens que depois de um tempo de Acompanhamento Vocacional estejam dispostos a fazerem uma experiência de vida comunitária e apostólica discernindo melhor sua vocação à Companhia de Jesus”.<sup>72</sup> É importante ressaltar que apesar das informações contidas no site da Comunidade Vocacional serem bastante atuais, elas não destoam, em primeiro lugar, das informações que Pedro anota no diário e, em segundo, das diretrizes da CG 32 que

---

<sup>68</sup> RASCHIATTI, Estevão. *O CONCÍLIO VATICANO II COMO EVENTO UNIVERSAL E MISSIONÁRIO Memória histórica e considerações teológicas a 40 anos de sua abertura*. RELAMI Rede Ecumênica Latino-Americana de Missiolog@s

<sup>69</sup> Havia antigamente as chamadas “terras de missão”, onde vários dos nossos companheiros, anunciando o Evangelho, se esforçavam por colaborar na criação ou desenvolvimento de novas comunidades cristãs. Esse trabalho de evangelização direta, (...) continua a ser, ainda hoje, essencial, porque nunca houve tantos homens que, de fato, não tenham ouvido a palavra de Jesus Salvador. Por outro lado, nas regiões tradicionalmente cristãs, as obras e movimentos, as casas de Exercícios, as escolas, e os nossos colégios continuam a assegurar um necessário serviço da fé. Mas quantos não podem ser atingidos pelo ministério da Palavra, exercido nessas obras e instituições! Até os países chamados “cristãos” se tornaram “terras de missão”. XXXII Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1975. Decreto, Parágrafo 73 – a, b, p. 45.

<sup>70</sup> Sínodo dos Bispos sobre a Justiça no Mundo. 1974.

<sup>71</sup> Diário do Noviciado Paulo Apostolo da Companhia de Jesus nº 18. 27 de Setembro de 1978 a 23 de Agosto de 1982. Dia 30/09/1978.

<sup>72</sup> Comunidade Vocacional dos Jesuítas. Rua Ricardo Tim, 183 - Ponte Preta 13041-460 – Campinas/ SP. Julho de 2012. Link: <http://www.anchietanum.com.br/site/vocacoes02.phpo>

representa, depois da CG 31, um importante acontecimento que culminaria na CG 34 com uma profunda revisão das regras da Companhia. Nesse sentido, não se observa quanto as diretrizes da Ordem, mudanças substanciais em linhas de formação que caracterizam a um anacronismo o uso das informações contidas no site da Comunidade Vocacional para descrever a referida Comunidade nos anos de 1978.

O Anchietanum, dessa forma, cumpre o papel de preparar o indivíduo para sua entrada na Companhia, ou mesmo, para que ele possa fazer essa escolha de forma mais consciente, ou seja, entendendo quais são as características da vida que terá após o ingresso no noviciado. Isso evidencia-se na informação sobre a comunidade vocacional:

O jovem que sente um chamado à vida religiosa e se identifica com o ideal de Santo Inácio, com o carisma e a espiritualidade inaciana, tem a oportunidade de conhecer-se em profundidade e conviver em comunidade, fazendo um discernimento vocacional aqui na nossa comunidade.<sup>73</sup>

Com isso, é possível considerar a preparação realizada no Anchietanum como uma preparação para o noviciado, tendo em vista que os objetivos dessa comunidade vocacional convergem na preparação para a vida religiosa, especialmente na Companhia. Segundo as normas complementares das Constituições da Companhia, nesse período, a orientação dos candidatos pode ser confiada, de diversas maneiras, a alguns padres e irmãos, capazes de ajudá-los a amadurecer na sua vocação, enquanto preparam sua entrada no noviciado por meio de estudos e experiências apostólicas.<sup>74</sup> Durante o pré-noviciado seria necessário que os candidatos fossem informados sobre a Companhia por meio do estudo sobre sua história e a leitura de seus documentos principais, como se enunciou no início do texto. Nesse período, seria fundamental, da mesma maneira, que os candidatos passassem por um exame pessoal levando-se em conta sua vida, aptidão para a Companhia, suas verdadeiras intenções quanto ao ingresso nela, dos defeitos tanto físicos quanto psicológicos e dos impedimentos legais que impeçam a admissão.<sup>75</sup>

Nesse sentido, Pedro destaca as atividades apostólicas realizadas pelos jovens da comunidade: “É bastante interessante os diferentes tipos de trabalhos que fazem, dois trabalham numa favela, uma moça<sup>76</sup> trabalha com o pessoal da rua, que estão abandonados ou

---

<sup>73</sup> Idem.

<sup>74</sup> Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares. Edições Loyola, São Paulo, 1997. Parágrafo 25. P. 267.

<sup>75</sup> Idem. Parágrafo 26, p. 268.

<sup>76</sup> Como o anchietanum é uma instituição que tem como característica a definição vocacional de jovens e que não prepara somente para a vida religiosa na Companhia, não está nele proibida a participação feminina. Essa é

entregues aos vícios”.<sup>77</sup> Esse tipo de atividade, que os Jesuítas denominam apostolado, vai de encontro ao princípio da promoção da justiça que, para eles, constitui-se não somente um campo apostólico como tantos outros. O apostolado social deve caracterizar-se como uma preocupação de todo o corpo da Ordem, “uma dimensão de todas as nossas tarefas apostólicas”.<sup>78</sup>

Levando em conta a descrição de Pedro, aliado às informações contidas no site da Comunidade Anchieta, fica evidente que a formação dos jovens jesuítas para o trabalho junto aos “mais necessitados” começa antes mesmo de seu ingresso no noviciado. Isso, sem dúvida, é representativo da importância dada ao apostolado social que pretende trazer abundância ou o necessário, para o maior número de pessoas possível, no que se refere aos *bens temporais* e espirituais a fim de promover a dignidade humana.<sup>79</sup> O apostolado social tem por objetivo, dessa maneira, a produção de estruturas sociais mais justas pela caridade, para que todos possam participar, “exercendo a sua iniciativa e responsabilidade em todos os setores da vida social”.<sup>80</sup>

É importante ressaltar, dessa forma, que a CG 31 compreende que os problemas sociais não são causados apenas pela *rivalidade das classes sociais*, mas sim, se expressam de forma global, entre setores da vida econômica, social e cultural. Os problemas que se abrem ao debate, assim, transcendem as questões particulares como salário, condições de trabalho, de segurança familiar e social, para problemas globais como subalimentação, analfabetismo, desemprego e altos níveis de densidade demográfica. A partir disso, a ação social da Companhia deveria primar pelo “desenvolvimento econômico-social progressivo de dimensões verdadeiramente humanas”.<sup>81</sup>

Entende-se, então que a análise que a CG faz a respeito dos problemas sociais do seu tempo - década de 1960 - parece estar mais voltada à negação de conceitos da sociologia marxista, do que propriamente à tentativa de compreensão dos condicionantes que promovem os problemas sociais. Essa ideia é percebida quando o documento determina a necessidade de cautela para não reduzir o apostolado social em atividade política, já que nessa área, muitas vezes, os homens se deixam conduzir por *ideologias unilaterais*. O que se espera dos *Companheiros de Jesus*, pelo contrário, é que tenham por único objetivo em sua atividade

---

uma explicação que deve ser dada tendo em vista que a Companhia de Jesus é uma Ordem religiosa exclusivamente masculina, por seu caráter sacerdotal.

<sup>77</sup> Diário do Noviciado Paulo Apostolo da Companhia de Jesus nº 18. 27 de Setembro de 1978 a 23 de Agosto de 1982. Dia 30/09/1978.

<sup>78</sup> XXXII Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1975. Decreto 4, Parágrafo 96, p. 55

<sup>79</sup> XXXI Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1966. Decreto 32, parágrafo 1º, p. 247

<sup>80</sup> Idem.

<sup>81</sup> Idem, parágrafo 2, p. 147-248.

apostólica a instauração da paz na terra, “fundada na verdade, na justiça, na caridade e na liberdade”.<sup>82</sup> Deve-se levar em conta que aquele período estava marcado pela guerra fria, um conflito em que socialismo e capitalismo, cada ideologia representada por um país, disputavam o controle político e ideológico do mundo. Nesse cenário, os jesuítas deveriam desvincular-se e mesmo negar essas orientações políticas, optando por uma atuação autônoma frente os problemas sociais que deveriam enfrentar e combater. A Primavera de Praga é um bom exemplo entre os movimentos do período que negavam tanto o capitalismo quanto os totalitarismos.

Naquele contexto, a Companhia de Jesus acredita estar especialmente preparada para combater os problemas sociais da época:

Ora, a Companhia de Jesus, pois que vive em qualquer região do mundo parece especialmente preparada para o exercício do apostolado social dentro dessa visão universal ou “católica”, já empenhando-se, na medida de suas forças, em que as regiões e nações do mundo menos adiantadas sejam de “obra e verdade” ajudadas pelas mais progressivas, e que todo o movimento universal de desenvolvimento econômico-social seja imbuído do espírito de Cristo; já contribuindo para a presença da Igreja nos grandes organismos e reuniões nacionais e internacionais destinados à promoção do referido desenvolvimento.<sup>83</sup>

Pode-se dizer, nesse sentido, que o apostolado social caracteriza-se como um importante elemento do carisma da Companhia, ou seja, que integra de maneira importante a forma de ser da Companhia no mundo. A opção pelo trabalho social junto aos pobres é representativa, dessa forma, de uma opção teológica, assim como de uma expressão própria da formação que, no noviciado, se caracteriza pela provação. Assim, o apostolado social tem um duplo sentido: faz parte da opção teológica pelos injustiçados e, ao mesmo tempo, coloca a prova à opção pela pobreza que deve fazer parte da experiência de vida do Jesuíta. Isso está expresso na CG 32 quando determina “que alguma experiência de vida como os pobres seja necessária, em algum momento, a todos, de tal forma que nela encontrem uma ajuda para superar os limites que procedem da origem social de cada um”.<sup>84</sup> “Os Companheiros de Jesus não lograrão ouvir o “clamor dos pobres” se não adquirirem maior experiência pessoal da miséria e angústia dos necessitados”.<sup>85</sup>

Além disso, é perceptível que a formação típica do noviciado é experimentada com antecedência no pré-noviciado, pois nessa fase já existe a preocupação com as dimensões

---

<sup>82</sup> Idem, parágrafo 3, p. 248.

<sup>83</sup> Idem, parágrafo 2, p. 248.

<sup>84</sup> XXXII Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1975. Decreto 6, Parágrafo 142, p. 82.

<sup>85</sup> Idem, decreto 12, parágrafo 261, p. 146.

humanas, que proporcionam o início de um processo de integração e amadurecimento da personalidade, através do autoconhecimento. O amadurecimento da personalidade cristã ajudaria na relação que o noviço deveria estabelecer com Deus, por meio de experiências com os Exercícios Espirituais, bem como do serviço apostólico, adquirindo, dessa maneira, o conhecimento do amor pessoal à pessoa de Cristo e principalmente ao cristianismo, à Igreja e aos outros, bem como no processo de formação como discípulos no serviço a ela. Por último, tal amadurecimento, favoreceria a dimensão vocacional com um maior conhecimento da Companhia de Jesus e das exigências que a consagração a Deus supõe.<sup>86</sup>

Levando em conta o fato de que o candidato a membro da Companhia de Jesus entra no noviciado com um conhecimento bastante amplo sobre o modo de ser e proceder da Ordem, há de se considerar possível uma ampliação da expectativa das palavras de Pedro Canísio Schroeder, ao passo que as considerações por ele produzidas em sua descrição podem estar mais carregadas de sentido produzido em consequência de uma formação mais especializada, conquistada por meio de experiências como os Exercícios Espirituais, o estudo das Constituições e Congregações Gerais e estudos teológicos e filosóficos.

Parte do dia 1º de outubro foi dedicado ao turismo. Pela manhã fizeram visita ao centro de parapsicologia do Padre Oscar Quevedo. Andaram de metrô, foram à cidade universitária, ao instituto Butantã, participaram de uma missa na Catedral Metropolitana de São Paulo, localizada na Praça da Sé. Depois da missa conheceram uma comunidade de Padres jesuítas japoneses que receberam sua formação no Brasil e, na ocasião, trabalhavam na missão japonesa em São Paulo.

É fundamental salientar que conhecer a Companhia e integrar-se ao seu corpo apostólico é um dos objetivos na formação dos noviços, assim levá-los ao contato com tantas obras da Ordem até aqui citadas na descrição, compõe um elemento formador do jovem jesuíta. O turismo também é um elemento dessa formação, conhecer lugares e proporcionar novas experiências aos noviços faz parte da proposta de formação humana e cultural da Companhia. Nesse sentido, todas as atividades propostas aos noviços no período do noviciado têm uma função formadora. A viagem aqui descrita é um instrumento de formação que traz em si o caráter do noviciado, a saber: “O noviciado é simultaneamente tempo de formação e

---

<sup>86</sup> Comunidade Vocacional dos Jesuítas. Rua Ricardo Tim, 183 - Ponte Preta 13041-460 – Campinas/ SP. Julho de 2012. <http://www.anchietanum.com.br/site/vocacoes02.php>

provação;<sup>87</sup> nele a graça da vocação deve ser cultivada e começar a manifestar os seus frutos”.<sup>88</sup>

a formação deve preparar testemunhas e ministros da fé aptos a serem enviados, como membros da Companhia de Jesus, em condições de insegurança, para o maior serviço da Igreja. Deve também tornar os Nossos capazes de iniciar um diálogo com os homens, sobre os problemas da cultura do nosso tempo para entre eles trabalharem de acordo com a tradição da Companhia, servindo ao progresso espiritual da humanidade.<sup>89</sup>

Para que se obtenha sucesso na formação, os jesuítas são trabalhados num processo de integração ao corpo apostólico da Companhia, o que pode ser compreendido como integração da personalidade, ou seja, assimilação pessoal ou da personalidade do jovem à Companhia. Isso significa que cada jesuíta deveria ser a própria expressão da Ordem. Tal processo é responsabilidade de todos os jesuítas seja nas atividades apostólicas ou de formação. Os meios para alcançar essa progressiva integração estão no plano jurídico, por meio das Congregações Provinciais; num plano estruturado, onde deve haver uma orientação aos estudantes para uma missão, um trabalho futuro que se concretize e resulte em frutos; por último, no plano vivencial, ou seja, os estudantes devem estar inseridos numa comunidade onde possam realizar os estudos e ao mesmo tempo desenvolver atividades apostólicas<sup>90</sup>. Esses planos citados aqui são constitutivos da personalidade apostólica e podemos compreendê-los melhor se levarmos em conta o Decreto 9º da XXXII Congregação Geral que está dividido em três tópicos:

- a) O processo de formação apostólica deve favorecer a assimilação pessoal da experiência cristã. Isso exige um conhecimento mais profundo da revelação, fundada sobre a Sagrada Escritura e a tradição viva da Igreja. À luz dessa revelação, é necessário desenvolver a faculdade de refletir, até mesmo para discernir as situações e experiências apostólicas.
- b) Na formação apostólica, tem grande importância a experiência espiritual, pessoal, vital, enraizada na fé, que se alimenta diariamente da oração e da Eucaristia. Assim tornamo-nos aptos para testemunhar o dom da fé aos não crentes, e para cooperar com Deus no progresso espiritual dos fiéis.
- c) Em relação à vida pessoal e comunitária, o modo de vida e o ambiente devem favorecer a formação apostólica. Sejam tais, portanto, que façam com que os jovens jesuítas, vivendo em condições normais, se conheçam a si mesmos, não careçam de responsabilidade, nem caiam na incúria e no individualismo. É necessário, além disso, que o jovem jesuíta não ignore as verdadeiras condições de vida dos homens de sua região. O teor de vida, portanto, seja tal que

<sup>87</sup> A provação será pauta de discussões posteriores.

<sup>88</sup> Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares. Edições Loyola, São Paulo, 1997. Parágrafo 44. P. 278.

<sup>89</sup> XXXII Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1975. Decreto 6, Parágrafo 138, p. 81

<sup>90</sup> XXXII Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1975. Decreto 6, Introdução, p. 77.

possibilite conhecer e compreender as aspirações, os sofrimentos e as deficiências dos homens entre os quais os nossos jovens vivem.<sup>91</sup>

Esses elementos que constituem a personalidade apostólica podem ser percebidos no cotidiano dos noviços. No dia 2 de Outubro eles andaram o dia todo pela cidade de São Paulo, quando visitaram a comunidade de Padres Jesuítas Russos que desenvolvem atividades na Rússia. Pedro ficou muito impressionado com a simplicidade e a pobreza material em que viviam esses padres. Pela segunda vez é possível perceber em Pedro certo entusiasmo, surpresa ou perplexidade com uma situação de vida onde a escassez de recursos materiais é perene. Isso permite pensar que a realidade da vida por Pedro Canísio na Companhia não é essa, o que pode representar uma falha na formação do jovem jesuíta se levar em conta que a XXXII CG adverte sobre a preferência apostólica pelos pobres onde a promoção da justiça apresenta sentido. O Noviciado na cidade de Porto Alegre localizava-se na Casa Padre Jorge junto ao Colégio Anchieta, em bairro considerado nobre.<sup>92</sup> Isso isolava os noviços da realidade da periferia, onde, apesar de realizar seu apostolado social nos finais de semana, não conheciam a realidade cotidiana, pois no restante dela, afastados do subúrbio, se recolhiam nos estudos e orações num ambiente que em nada lembra as mazelas sociais da periferia. “Frequentemente a nossa proveniência e também os nossos estudos e as nossas afinidade ‘protegem-nos’ da pobreza e até da vida simples e das preocupações do dia-a-dia”<sup>93</sup> dirá o texto da CG.

O problema não é o Noviciado em si, mas o espaço, o ambiente em que estava inserido. A questão é que o lugar não permitia o desenvolvimento da formação dos estudantes de acordo com os critérios estabelecidos pelas 31ª e 32ª CGs da Companhia. Bastaria então encontrar uma casa na periferia de Porto Alegre e o problema estaria resolvido? Na verdade não, tendo em vista que em Porto Alegre os jovens escolásticos acabam por conhecer apenas a inserção apostólica intelectual da Companhia junto ao Colégio Anchieta, a UNISINOS, o Cristo Rei, desconhecendo outros campos de atuação apostólica da Ordem na Província do Brasil Meridional e no Brasil.<sup>94</sup>

Pode-se considerar, assim, que a função da viagem foi mostrar aos estudantes a inserção apostólica da Companhia no Brasil, por isso tantas visitas aos mais variados lugares onde existiam jesuítas em atividade, por isso, também, o número de palestras que

---

<sup>91</sup> Idem. Decreto 6, parágrafo 141, p. 81 – 82.

<sup>92</sup> Carta enviada pelo Padre Paulo Englert, SJ, Padre provincial ao Padre Geral da Companhia em Roma, Pedro Arrupe, SJ. em 26 de Agosto de 1978.

<sup>93</sup> XXXII Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1975. Decreto 4, parágrafo 98, p. 55

<sup>94</sup> Carta enviada pelo Padre Paulo Englert, SJ, Padre provincial ao Padre Geral da Companhia em Roma, Pedro Arrupe, SJ. em 26 de Agosto de 1978.

participaram sobre as experiências de jesuítas no trabalho apostólico. A viagem é uma tentativa, por fim, de sanar as deficiências na formação produzidas pela inserção dessa etapa de formação na cidade de Porto Alegre. Uma discussão mais profunda a respeito dessa questão será realizada em outro momento.

A formação que pressupõe a personificação da Companhia em cada estudante poderia ficar comprometida caso os responsáveis por ela não tomassem atitudes como esse projeto de formação interprovincial, tendo em vista que durante a formação os elementos *a, b e c*, acima transcritos, devem unir-se harmonicamente, para que o estudante aceite conscientemente sua missão apostólica e sacerdotal no mundo.<sup>95</sup> A formação, nesse sentido, deve ser entendida e desenvolvida “como um processo de integração progressiva da vida espiritual, do apostolado e dos estudos”, onde a vida espiritual seja fonte de apostolado e este, por sua vez, alavanque os estudos e uma vida espiritual mais profunda.<sup>96</sup> O discernimento espiritual é elemento fundamental na formação apostólica, tendo em vista que prepara o estudante para o desenvolvimento de sua liberdade responsável. A Companhia forma seu sacerdote e religioso para ser enviada em missão evangelizadora, inclusive nos ambientes mais hostis a sua presença.

Ainda no dia 2 de outubro, os noviços visitaram a Editora Loyola; à tarde foram à Frente Nacional do Trabalho (FNT), onde conversaram com alguns dos responsáveis pela organização da “classe operária” paulista. À noite, já em casa, os noviços ouviram uma fala com as considerações do Padre Martinho Lenz sobre as condições reais de vida e a situação política da cidade. A exposição de Lenz se caracteriza numa forma de crítica fundamentada no decreto 4 da CG XXXII: “Em nenhum caso, podemos dispensar uma análise, a mais rigorosa possível, da situação quanto ao aspecto social e político”.<sup>97</sup> Mais a frente se observará a análise que os noviços fizeram sobre as condições sociais da Ilha de Itaparica, no estado da Bahia, onde passaram trinta dias realizando experiências apostólicas juntamente com os demais noviciados do Brasil.

As comunidades Jesuíticas deveriam ajudar a cada um de seus membros a vencer as resistências, temores e apatias, que impedem a compreensão verdadeira dos problemas sociais, econômicos e políticos, que se põe na cidade, na região ou no país, até mesmo a nível internacional. A tomada de consciência de tais problemas ajudará a descobrir a melhor maneira de anunciar o Evangelho, bem como de participar, de modo específico e sem procurar suplantiar outras competências, nos esforços requeridos para uma promoção real da justiça.<sup>98</sup>

<sup>95</sup> XXXII Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1975. Decreto 6, parágrafo 143, p. 83

<sup>96</sup> Idem.

<sup>97</sup> XXXII Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1975. Decreto 4, parágrafo 93, p. 54.

<sup>98</sup> Idem, parágrafo 92, p 53-54.

Ora, fica evidente e reforça a ideia anteriormente construída de que a formação programada para os escolásticos<sup>99</sup> nessa experiência é uma tentativa de conformá-la às tendências mais universais da Companhia do período. Nota-se, também, como os formadores dos jesuítas trabalham no processo de integração da personalidade apostólica dos noviços a Companhia, não só nas palavras do Padre Lenz, mas de todos aqueles que apareceram nos relatos da viagem.

É notável, nesse sentido, a responsabilidade dos formadores que devem ser exemplo de integralidade no que se refere à harmonia entre a vida intelectual, espiritual e apostólica. A CG 32 considera que aos professores<sup>100</sup> foi confiada a parte mais urgente do apostolado intelectual: “Ensinam em nome e em virtude de uma missão da Igreja”. Receberam da Companhia a função de formar na doutrina e na ciência, mas especialmente “para fomentar responsabilmente, ao seu modo, de acordo com o espírito da Companhia, a formação integral dos Nossos, intelectual e espiritual, sacerdotal e apostólica”. Eis aí as esferas da formação do jesuíta. É importante observar as atividades cotidianas dos jovens jesuítas procurando perceber como essas esferas são trabalhadas e desenvolvidas por aqueles envolvidos em sua formação. Para tal percepção segue a descrição da viagem dos Noviços da Província do Brasil Meridional.

No dia seguinte (03/10/1978, terça-feira) os noviços embarcaram rumo ao Rio de Janeiro, aonde chegaram às 16h30min e alojaram-se na residência dos estudantes escolásticos de filosofia da Companhia. Mais tarde, participaram de missa celebrada pelo Padre Libânio, assistiram ao Jornal Nacional e se recolheram para descansar. Em seu primeiro dia completo de atividades na cidade do Rio, o mestre de noviços, Padre Albano Trinks, colocou os noviços para conversar com o Padre Abreu que lhes falou de seu trabalho no IBRADES<sup>101</sup>. Na parte da tarde conheceram pontos turísticos da cidade na companhia do estudante de filosofia José Roberto. À noite, trocaram o costumeiro Jornal Nacional por um filme que segundo Pedro “trata do Nazismo e da Guerra das Cruzadas”.

---

<sup>99</sup> Escolásticos são os jovens jesuítas que se dedicam a formação para o sacerdócio na Companhia de Jesus.

<sup>100</sup> Ao se referir aos professores, a 32ª CG aponta para os jesuítas que se empenham em tal atividade nos colégios e universidades da Companhia.

<sup>101</sup> O CIAS (Centro de Investigação e Ação Social) foi fundado em 1966 no Rio, com o intuito de contribuir com a missão da Companhia de Jesus de “serviço da fé e promoção da justiça”, através de pesquisa, formação e ação social. O IBRADES (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento) nasceu como organismo anexo da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Em 1968 a sua direção foi confiada ao CIAS. Cf. KLAIBER, Jeffrey. *Los Jesuitas en América Latina, 1549-2000: 450 años de inculturación, defensa de los derechos humanos y testimonio profético*. Lima: Universidad Antonio Ruiz de Montoya, p. 364-415, 2007.

Na quinta-feira, os noviços foram ao Corcovado, contudo, não foram agraciados com boa visibilidade da paisagem, fizeram algumas fotos e partiram para conhecer a casa de retiros da Companhia. Antes do almoço, conheceram algumas praias da Barra e almoçaram na residência da Comunidade da Companhia de Jesus da PUC. No período vespertino, os noviços foram guiados em outros passeios pela cidade. A noite promoveu-se um encontro onde o Pe. Libânio apresentou a programação de Puebla aos noviços.

Nos dias que passaram na Cidade do Rio de Janeiro, além da formação cultural, apropriada nos passeios turísticos, os noviços entraram em contato com exemplos novos e diversos de inserção apostólica dos jesuítas. Além disso, é observável que a esfera de formação mais enfatizada é a apostólica, já que, durante a experiência que a cidade do Rio os proporcionou, bem como as demais até aqui, não existiu um espaço para o desenvolvimento intelectual propriamente dito. Isso não significa, contudo, que as práticas até aqui descritas não tenham promovido uma ampliação da intelectualidade dos noviços, pelo contrário, foi apontado para o fato de que não se investiu tempo em estudos teológicos, filosóficos, humanísticos ou científicos, bem como não houve até o presente momento da viagem, nenhum empreendimento com relação aos exercícios espirituais que se caracterizam como o principal elemento da formação espiritual do jesuíta, o que permitiria asseverar que a experiência da viagem não atuou sobre esse princípio formador. Porém, não é o que ocorre, tendo em vista que a proposta de formação do jesuíta deve primar pela integralidade das esferas que a compõe como determina a 31º CG.

Na formação dos Escolásticos *guarde-se a unidade orgânica de tudo o que concorre para ele*. Desde o Noviciado e através de todo Escolasticado haja íntima conexão entre a formação espiritual, o trabalho intelectual e o exercício de apostolado. E todos os que ou no governo ou no ensino se ocupam da formação dos Nossos cooperem com zelo e harmonia para a consecução de tal fim.<sup>102</sup>

Os quatro elementos que compõe a integralidade da formação do jesuíta, relembrando: intelectual, espiritual, sacerdotal e apostólica, tem características distintas, contudo, não podem existir separadamente. Por isso, só podem ser compreendidos cada um em sua particularidade de forma teórica. Na prática, ou seja, nas experiências a que os noviços são submetidos em seu processo de formação, os quatro elementos se encontram entrelaçados. Isso quer dizer que não é possível distinguir uma a uma as esferas da formação do jovem jesuíta a partir das vivências cotidianas expressas na descrição do Diário do Noviciado. Pode-se, contudo, caracterizar esses elementos individualmente a partir de uma atuação mais

---

<sup>102</sup> XXXI Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1966. Decreto 9, parágrafo 2, p. 76-77.

incisiva sobre a fonte. O pesquisador age dessa forma, quando ordena determinados conceitos de modo que possa formular respostas que atendam os objetivos de seu trabalho e isso é o que está se realizando aqui. Sobre a esfera intelectual a 32º CG, como expressão da Companhia, reafirma a opção por uma formação que se propõe profunda nos estudos teológicos, filosóficos, humanísticos e científicos, pois, segundo ela, não há modo mais adequado para o exercício da missão de promover a fé e a justiça. “Na Companhia, os estudos, como toda a nossa formação, têm fim apostólico, pois se destinam a dar aos Escolásticos a amplidão e solidez do saber que para o apostolado se requer”.<sup>103</sup>

A formação intelectual é apresentada em duas partes, a geral e a especial, onde a primeira atende as características necessárias a todos os sacerdotes da Companhia proporcionando uma base de conhecimentos que possibilite a abertura de novos campos de estudos e atividades especiais. A formação especial, por sua vez, é destinada a atender as particularidades apostólicas da missão da Companhia “no meio de um mundo onde é tão difícil fomentar a fé e onde a justiça é tão facilmente violada”.<sup>104</sup>

A 32 CG recomenda aos recomenda que os formadores dêem atenção à formação filosófica dos escolásticos, já que dela deve prover “um contato com os problemas radicais da existência humana e uma reflexão amadurecida sobre as diversas tradições intelectuais da humanidade. Desta forma, ficará integrada com a subsequente ou concomitante reflexão teológica”.<sup>105</sup>

Chame-se a atenção para os numerosos nexos da filosofia com as outras ciências, com os problemas atuais e com a vida presente e futura dos estudantes. Por causa da diversidade de culturas, de ciências, de ideologias e de movimentos sociais, o sacerdote na Companhia deve possuir simultaneamente equilíbrio e profundidade nas suas reflexões e ser capaz de comunicar aos outros, de maneira convincente, o sentido e os valores de que ele próprio está imbuído.<sup>106</sup>

É nesse sentido que toda formação tem um fim apostólico, já que mesmo a formação filosófica deve ser produzida com vistas a esse fim. Assim, a formação intelectual ambiciona preparar indivíduos capazes de transmitir os valores próprios da missão da Companhia que, pela integração da personalidade, tornam-se os dele próprio.

Deve-se ter em conta a 31º Congregação Geral como um importante documento que determina como deve ser o *curso geral dos estudos* dos escolásticos jesuítas, aponta que

---

<sup>103</sup> XXXI Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1966. Decreto 13, p.79.

<sup>104</sup> XXXII Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1975. Decreto 6, parágrafo 153, p. 86.

<sup>105</sup> Idem, parágrafo 156, p. 88.

<sup>106</sup> Idem, parágrafo 157, p.88.

devido ao importante desenvolvimento das ciências e da técnica e sua influência sobre a vida das pessoas<sup>107</sup> faz-se necessário dedicação à *investigação científica* e mesmo ao *ensino das ciências profanas* para que se formem jesuítas capazes de exercer o apostolado científico.

Dada a importância alcançada hoje em dia pelo desenvolvimento das ciências e da técnica e a influência, sempre crescente, das ciências positivas na mentalidade e na própria estrutura da vida do nosso tempo, formem-se em estudos especiais os que se dedicam à investigação científica e ao ensino das ciências profanas, de maneira que sejam capazes de exercer o apostolado científico à altura de sua importância. É mesmo necessário que alguns da Companhia alcancem os mais altos graus universitários e sejam verdadeiramente insígnies.<sup>108</sup>

Com isso, o apostolado científico pode ser entendido como o serviço de docência e pesquisa nas Universidades da Companhia, mas também em outras, realizado, evidentemente por jesuítas.

Observa-se, também, que o apostolado científico tem grande importância dentro da estrutura não só de formação, mas administrativa da Companhia, pois, a CG 31 determina que os que ocupam cargos de administração nas casas, especialmente as de formação, dediquem-se a estudos especiais que os preparem para tal tarefa. “É de maior necessidade esta preparação aos que hão de ser ecônomos das casas grandes e das Províncias”.<sup>109</sup> O parágrafo 33 do Decreto 9 reforça essa questão:

Sendo cada vez mais preciso que não só os destinados ao ensino, mas também os aplicados aos diversos ministérios da Companhia recebam preparação especializada, tratem os provinciais de formar não poucos homens peritos para vários cargos, tomando em consideração tanto as necessidades apostólicas, como as aptidões e as inclinações dos Escolásticos.<sup>110</sup>

No que se refere àqueles *destinados ao ensino* das ciências sagradas ou humanas, seja nos Seminários Maiores ou nas Faculdades da Companhia, a 31ª CG determina que os estudos de suas especialidades sejam feitos com máxima diligência nos Institutos internacionais de Roma ou noutras Universidades para que consigam os necessários graus e diplomas acadêmicos tornando-os aptos ao ofício de professor. Estes são os objetivos que a Companhia busca alcançar por meio da formação intelectual dos jesuítas.

Sabe-se que a formação na SJ pretende ser progressiva e orgânica, assim, também a formação espiritual deveria desenvolver-se em harmonia com a intelectual e apostólica. O

---

<sup>107</sup> Referindo-se aos anos da produção do documento: 1966.

<sup>108</sup> XXXI Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1966. Decreto 9, parágrafo 38, p. 86.

<sup>109</sup> Idem, parágrafo 35, p.85.

<sup>110</sup> Idem, Decreto 9, parágrafo 33, p. 85.

fundamento da vida religiosa na Companhia seria, nesse sentido, buscar em tudo a vontade de Deus, conforme expresso no oitavo decreto da 31º CG.

Segundo a pedagogia dos Exercícios, a formação espiritual há de criar homens com verdadeira liberdade e maturidade de espírito, ou seja, indivíduos capazes de sentirem-se livres pela obediência à vontade de Deus que se expressaria na direção dos Superiores, nos exemplos de outros jesuítas, nas regras da Companhia. Para que o jovem jesuíta pudesse encontrar aí a vontade de Deus, seria importante que ele exercitasse a obediência, o espírito de iniciativa, de responsabilidade além da abnegação. “Donde se segue a necessidade de dar a todos, durante o tempo de formação, ocasião de progredirem na liberdade e na maturidade de espírito”.<sup>111</sup>

Para a Companhia de Jesus da CG 31, “as circunstâncias do mundo moderno” cujas características foram apresentadas no texto, exigiriam da vida espiritual fundamentos mais sólidos que se alcançariam por meio de um “mais profundo conhecimento do mistério de Cristo”.<sup>112</sup> Esse conhecimento se apreenderia na *Sagrada Escritura*, na *Liturgia* e também na *devoção da Companhia ao Coração de Jesus* e na *doutrina da Igreja* e em outras fontes teológicas.

Durante a formação espiritual o jesuíta é educado para a intimidade com Deus na oração, por meio da qual deveria avivar o amor pessoal a Cristo e buscar o trato familiar com Deus em todas as coisas. “Esta familiaridade como Deus pressupõe como condições de abnegação, o recolhimento e a paz de espírito”,<sup>113</sup> que são compreendidos como elementos fundamentais a vida de oração. O mundo como a Ordem o compreende, no entanto, atrapalha a vida de oração, “pois não raro nestes tempos, as circunstâncias da vida geram, mesmo inconscientemente, certa inquietação e ansiedade”, desconfiança com relação ao outro, que deveria, por sua vez, dar lugar ao equilíbrio afetivo, a humilde aceitação de si mesmo, a confiança nos outros, a liberdade de espírito.

A educação para a discreta caridade, por meio da direção espiritual e da obediência, é outro elemento que compõe a formação espiritual do jesuíta e pressupõe a existência entre o Padre Mestre e os Noviços de confiança e liberdade. Para que esses elementos se desenvolvam entre as partes seria interessante que a vida cotidiana no Noviciado não fosse tão rígida, pois assim os noviços poderiam exercitar-se no *discernimento espiritual* e mesmo na obediência.

---

<sup>111</sup> Idem, decreto 8, parágrafo 7, p.59.

<sup>112</sup> Idem, parágrafo 9, p. 59.

<sup>113</sup> Idem, parágrafo 17, p. 63.

A formação na abnegação é outra característica da composição da espiritualidade do Noviço na Companhia. “A abnegação será primeiro exercitada com humildade e simplicidade nas coisas que a nossa vocação exige cada dia”.<sup>114</sup> Assim, seria importante cumprir ofícios, em que se exercitam a humildade e a caridade. “As mortificações particulares, sob a orientação da obediência, far-se-ão conforme o que cada um precisar, as intenções da Igreja e as necessidades do mundo”.<sup>115</sup> As Constituições apontam que para o progresso espiritual de cada um, seria necessário que todos obedecessem inteiramente o superior e reconheça nele o próprio Cristo. A noção de obediência deve ser entendida além do simples cumprimento de uma atividade destinada, o real sentido de obediência está ligado à resignação e abnegação da vontade própria, conformar o seu querer e sentir com o querer e sentir do Superior, por tanto da Companhia e da Igreja.

Nesse sentido, a quarta semana dos Exercícios Espirituais trabalha a conformação da vontade individual à vontade de Cristo, identificada com a vontade da Igreja e da Ordem. Esse processo de conformação é bem exemplificado pelas regras “para o verdadeiro sentido que devemos ter na igreja militante”. A primeira regra estabelece: “Deposto todo juízo próprio, devemos ter o espírito preparado e pronto para obedecer em tudo à verdadeira esposa de Cristo, nosso senhor, que é a nossa santa Mãe a Igreja hierárquica”.<sup>116</sup> Outro interessante exemplo fica por conta da décima regra que determina: “Devemos ser mais prontos para aprovar e louvar tanto as diretrizes e recomendações como o comportamento dos nossos Superiores do que para os criticar”.<sup>117</sup> A décima terceira regra, também se expressa no mesmo sentido enunciado:

Para em tudo acertar, devemos estar sempre dispostos a que o branco, que eu vejo, acreditar que é negro, se a Igreja hierárquica assim o determina. Porque creio que entre Cristo, nosso Senhor, esposo, e a Igreja, sua esposa, não há se não um mesmo Espírito que nos governa e dirige para a salvação das nossas almas, Porque é pelo mesmo espírito e Senhor nosso, que nos deu os dez mandamentos que é dirigida e governada a nossa Santa Mãe Igreja.<sup>118</sup>

Por meio dessas regras é possível observar a profundidade da noção de conformação da vontade individual à vontade da Instituição, por meio da abnegação e resignação do ser, ou seja, dos sentidos e das próprias percepções do indivíduo. Essas noções estão ligadas diretamente a obediência da qual os jesuítas fazem voto. Contudo, é importante ressaltar que a

---

<sup>114</sup> Idem, parágrafo 20, p. 64.

<sup>115</sup> Idem.

<sup>116</sup> Exercícios espirituais de Inácio de Loyola, 1491 – 1556. Parágrafo 353.

<sup>117</sup> Idem, parágrafo 362.

<sup>118</sup> Idem, parágrafo 365.

Companhia não representa uma simples reprodutora das decisões do Vaticano. Nesse sentido, Alvarez Bolado aponta que “su especial vínculo de fidelidad y obediencia com el Romano Pontífice no concierte a La Compañía em uma mera “polea de transmisión” de consignas gubernativas fácticamente prevalentes o de contingentes gustos o modas de los ambientes vaticanos”.<sup>119</sup> Prossegue nesse pensamento, enfatizando que:

desde el mismo comienzo de nuestra Compañía, existe em nuestra característica estructura de obediencia um momento tensional que, si há proporcionado a nuestra Orden momentos de profunda creatividad y eficiencia apostólica, se ha prestato también a agudos conflictos de lealtad.<sup>120</sup>

Para que os noviços possam se exercitar mais na obediência seria necessário não obedecer apenas o Superior da Companhia ou da casa, mas também, os encarregados de serviços baixos e humildes. O que se propõe com isso seria habituá-los “a não olharem que é a pessoa a quem obedecem, mas que é Aquele por que e a quem em todos obedecem que é Cristo Senhor”.<sup>121</sup> “Aprendam os noviços, na teoria e na prática, a ajustar a vida com a sobriedade e austeridade, de maneira que pobres de verdade e vontade sejam aquele sinal hoje tão estimado que a Igreja quer”.<sup>122</sup> Assim deveriam os noviços não apenas saber o que é a pobreza ou a injustiça, mas deveriam sentir um pouco os efeitos delas.

Sentir os efeitos da pobreza pode ser considerado uma provação. Num primeiro olhar, poder-se-ia entender que a viagem, por colocar os noviços em contato com a pobreza (não que isso não pudesse ser realizado em Porto Alegre), representaria tal experiência. Contudo, os noviços não experimentam uma vida de pobreza no percurso da viagem, apenas a assistem, como espectadores. Sabendo que o noviciado tem como característica a provação, é responsabilidade dos formadores garantir experiências que coloquem os noviços a prova. Como o expresso nas Constituições:

A vocação deve ser provada por meio de diversos experimentos que, segundo a mente de Santo Inácio, constitui a nota característica do noviciado, e deve por os noviços em situações que os levem a mostrar o que são na realidade e até que ponto assimilaram as atitudes espirituais próprias de nossa vocação. Devem-se procurar com prudência e audácia novos experimentos que respondam a essa finalidade nas circunstâncias atuais.<sup>123</sup>

---

<sup>119</sup> BOLADO, Afonso Alvarez SJ. Op. Cit. p. 14

<sup>120</sup> Idem. P. 15.

<sup>121</sup> Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares. Edições Loyola, São Paulo, 1997. Parágrafo [286]. p. 111.

<sup>122</sup> Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1966. Decreto 8, parágrafo 20, p. 64.

<sup>123</sup> Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares. Edições Loyola, São Paulo, 1997. Parágrafo 46. p. 278.

Naquele contexto, as experiências que Inácio de Loyola exigia no período de provação eram seis. A primeira consistia em fazer os exercícios espirituais durante um mês, isto é, examinando a própria consciência, tomando as lembranças do passado, confessando seus pecados e contemplando as cenas e os *mistérios da vida, morte, ressurreição e ascensão* de Jesus, e todo o mais previsto nos Exercícios Espirituais. A segunda incide em trabalhar por outro mês em um ou mais hospitais, ajudando e servindo doentes e sãos, “para se abaterem e humilharem, dando assim claro testemunho de terem rompido inteiramente com o mundo e com suas pompas e vaidades”.<sup>124</sup> Na terceira, dever-se-ia experimentar um mês de peregrinação, onde partem sem dinheiro, vivendo de esmolas, pedidas de porta em porta. Segundo o pensamento de Inácio, essa experiência faria com que os jesuítas se habituassem a comer e dormir mal, além disso, perderiam toda confiança no *dinheiro e nas coisas criadas* e depositariam maior fé em Deus. A quarta consiste em exercitar-se na casa em ofícios baixos e humildes. A quinta incide em expor publicamente ou ensinar a doutrina cristã. A sexta versa em, depois de se ter sujeitado às provas, passar a pregar e a confessar, ou a exercitar-se em uma ou outra coisa.<sup>125</sup>

A proposta de Inácio de Loyola quanto às experiências que visam à provação foram executadas pela primeira vez entre 1541 e 1557,<sup>126</sup> por isso, se poderia supor que elas não são mais praticadas na Companhia dos anos de 1970 e 1980, pelo contrário, essas experiências continuam sendo aplicadas até hoje como forma de provação aos Novícios. Um interessante trabalho sobre isso é o do Padre Inácio Luiz Ruim que contou no livro *Cristo sorrindo: experiências de vida e oração, encontros íntimos e pessoais com um Deus amigo e solidário* sua experiência no período de provação, descrevendo sua peregrinação onde passou por 20 municípios e caminhou cerca de 540 quilômetros e o estágio na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre – RS.

A segunda parte da viagem apresentada no capítulo seguinte tem mais características de provação, pelas circunstâncias do apostolado realizado na Ilha de Itaparica, no estado da Bahia, pelos novícios dos três noviciados do Brasil. Porém, se comparado à proposta de Inácio de Loyola, ela é muito sutil e nem um pouco audaciosa.

Tem-se de levar em consideração, contudo, o fato de que a viagem não é uma experiência ordinária à formação do novício, ou seja, tem caráter muito mais extraordinário por não ser corriqueira no processo de formação, por isso muitos dos elementos ordinários da

---

<sup>124</sup> Idem, parágrafo [66], p. 53.

<sup>125</sup> Idem, parágrafos [66, 67, 68, 69, 70], p. 53,53.

<sup>126</sup> JURADO, Manuel Ruiz. *Origenes Del noviciado em La Compañia de Jesus*. Bibliotheca Institutum Historicum S. I. volume XLII. Roma, 1980. p. 15.

formação tais como os exercícios espirituais e o estudo das Constituições e Congregações Gerais, por exemplo, não aparecem com tanta frequência nos relatos da viagem quanto são citados nos registros da vida cotidiana na casa do noviciado em Porto Alegre.

Da mesma forma que é passível de críticas o fato do noviço sair à periferia de Porto Alegre para fazer seu exercício de apostolado, depois regressar ao noviciado, rodeado de confortos e comodidades para realizar sua formação espiritual e trabalho intelectual, também é o fato dele conhecer a pobreza como mero turista, pois, se partirmos para uma crítica mais profunda, em grande parte dos momentos aqui descritos, o noviço é colocado no papel de espectador das mazelas sociais que conheceram e da mesma forma retornariam ao noviciado onde dar-se-ia continuidade ao processo de formação previsto.

É possível considerar que nesse processo de retorno ao noviciado de Porto Alegre a integração da vida apostólica do noviço às esferas espiritual e intelectual ficaria comprometida, tendo em vista a pressuposição de que a integração perpassa a vivência cotidiana das experiências apostólicas, espirituais e intelectuais.

No decurso de toda a nossa formação, esses elementos têm que unir-se necessariamente, de modo harmônico, a fim de possibilitar a aceitação consciente da missão apostólica e sacerdotal no mundo atual. Toda a formação dos nossos deve conceber-se e desenvolver-se como um processo de integração progressiva da vida espiritual, do apostolado e dos estudos, de tal forma que a plenitude da vida espiritual seja uma fonte de apostolado e este, por sua vez, impulsione aos estudos e a uma vida espiritual mais profunda.<sup>127</sup>

Nesse sentido, a viagem pode ser entendida como um esforço empreendido para proporcionar a integralidade da formação do jovem jesuíta. Observando-se o processo de transferência do noviciado Paulo Apóstolo da Companhia de Jesus de Porto Alegre para Cascavel em 1980, têm-se a hipótese de que o lugar exerce um papel importante na formação daquele que está sendo iniciado na vida religiosa da Companhia. Contudo, a importância do ambiente na formação do noviço é um tema que será discutido num momento específico. É de maior interesse nesse capítulo, continuar com argumentação sobre a formação no período do noviciado. Nesse sentido, a CG 32 determina que:

Este processo de unificação começa no noviciado, cujos fins são a formação e a provação, e que pode ser comum tanto para os Escolásticos como para os Irmãos. Desde o noviciado, os membros da Companhia são iniciados, de modo especial no discernimento espiritual. Esse discernimento inaciano é um elemento fundamental da formação apostólica. De fato, as circunstâncias atuais exigem que os membros da Companhia se exercitem, durante sua formação, no discernimento espiritual,

---

<sup>127</sup> XXXII Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1975. Decreto 6, parágrafo 143, p. 83

aplicado a opções concretas, preparadas passo a passo, tal como são exigidas pelo serviço de Cristo e da Igreja. Mediante esse discernimento, vai-se formando o sentido da própria responsabilidade e da verdadeira liberdade.<sup>128</sup>

Entende-se, então, que o jesuíta deve passar por experiências nas diversas esferas da formação na Companhia de Jesus, onde essas experiências são ordenadas num organizado mecanismo de formação que começa no Noviciado, considerado tempo de formação e provação. Como já se discutiu, a formação está voltada para a promoção da integração no corpo apostólico da Companhia, além disso, volta-se como instrumento de renovação contínua de todo o seu corpo apostólico.

O discernimento espiritual, por sua vez, elemento fundamental nesse processo, pressupõe a capacidade de escolher de forma livre e responsável. Partindo desse entendimento, mesmo a obediência às normas do instituto e aos superiores é representativa de liberdade, tendo em vista que as escolhas do noviço devem se orientar por outra precedente, a de ter ingressado na Companhia. Assim, a liberdade de escolha fica determinada por sua condição atual de membro do corpo apostólico da Ordem. O noviço será observado pelos superiores quanto sua capacidade de agir de forma responsável: “Quanto mais os noviços, com prudente e discreta caridade, forem estimulados a arcar com responsabilidades, tanto mais felizmente chegarão a maturidade espiritual e com mais liberdade se apegarão a sua vocação”.<sup>129</sup> A desejada maturidade caracteriza-se pela capacidade de agir de acordo com o carisma da Companhia sem a necessidade de vigilância dos superiores.

Durante o tempo dos estudos tratem os Escolásticos de desenvolver o sentido da real e verdadeira responsabilidade, eliminando toda a forma de imaturidade que os tornaria incapazes de afrontar as dificuldades da vida. Portanto dêem-se-lhes mais freqüentes ocasiões de se exercitarem na responsabilidade, quer na vida espiritual e intelectual procedendo nelas de modo mais ativo e espontâneo, quer tomando dentro de casa algum ofício, que levando virilmente a cabo várias experiências de apostolado.<sup>130</sup>

A viagem pode ser compreendida, nesse sentido, como uma boa oportunidade para observar os noviços quanto sua liberdade responsável, tendo em vista que, apesar do acompanhamento do mestre de noviços Albano Trinks, por vários momentos estiveram em passeios sem a presença do mestre, acompanhados, porém, de estudantes ou religiosos que os acolheram nas respectivas cidades. Assim entendida, a observância dos superiores quanto às

---

<sup>128</sup> Idem. Parágrafo 144, p. 83.

<sup>129</sup> XXXI Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1966. Decreto 8, parágrafo 23, p. 65.

<sup>130</sup> Idem, decreto 9, parágrafo 6, página 77.

atitudes dos noviços durante a viagem pode ser entendida como uma experiência que põe em prova a personalidade do noviço que, como apresentado, deve representar a Companhia.

Tendo em vista as esferas da formação do jesuíta, reveste-se de importância considerar a formação sacerdotal, que é característica da Companhia de Jesus, ou seja, o fim da formação na SJ não é só apostólico ele é também sacerdotal, pois a formação de parte dos jesuítas tem como consequência a ordenação sacerdotal, já que os noviços podem ser admitidos à Companhia para serem sacerdotes ou irmãos. É marca da Companhia, ser uma *associação* religiosa, apostólica e sacerdotal.<sup>131</sup> Assim, a 31ª CG determina que os escolásticos devem ter claro a índole sacerdotal de sua vocação. “Instruam-se os noviços escolásticos, logo de princípio, da natureza sacerdotal de sua vocação, e os noviços coadjutores da índole religiosa e apostólica da sua”.<sup>132</sup> Nesse sentido, os que estudam para tornarem-se sacerdotes são admitidos na Companhia como escolásticos, os que estudam para irmãos entram na Ordem como coadjutores.

Assim, a atividade sacerdotal na Companhia, segundo a fórmula do Instituto e as Constituições, se destinam, principalmente, ao *ministério da palavra de Deus* e à administração dos sacramentos. Outras obras podem ser desenvolvidas na “medida em que forem úteis para a glória de Deus e bem comum”.<sup>133</sup> Os sacerdotes da Companhia são considerados um importante instrumento

para a preparação do Evangelho ou para instaurar ou dilatar a presença da Igreja, por meio da investigação científica e do ensino, sobretudo do das ciências sagradas, por meio de iniciativas, no trabalho social ou nos meios de comunicação social, tal colaboração há de ter-se de forma genuína de apostolado dos sacerdotes da Companhia. Mas importa principalmente ter diante dos olhos aqueles setores, em que corre perigo a pessoa humana toda, como são as ciências humanas e a educação da juventude.<sup>134</sup>

Assim, o ministério do sacerdócio deveria direcionar-se, não só para a pregação do Evangelho, administração dos sacramentos e presença da Igreja, mas, para o trabalho social e de maneira importante junto aos jovens. Nesses trabalhos, a esfera educacional, seja nas ciências humanas ou *sagradas*, deveria ser alvo de preocupação do trabalho apostólico junto aos jovens que se encontrassem numa situação de risco.

---

<sup>131</sup> Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares. Edições Loyola, São Paulo, 1997. Parágrafo 2. p. 257.

<sup>132</sup> XXXI Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1966. Decreto 8, parágrafo 21, p. 64-65.

<sup>133</sup> Fórmula do Instituto, aprovada e confirmada por Júlio III na carata apostólica “Exposcit debitum” dada em 21 de Julho de 1550.

<sup>134</sup> XXXI Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1966. Decreto 23, parágrafo 8, p. 191.

Tem-se apresentado até aqui os elementos que compõem a formação do jesuíta, mas em especial dos escolásticos, ou seja, daqueles que viriam a ser os sacerdotes da Companhia. Nesse sentido, quando se discorreu sobre a formação apostólica, intelectual e espiritual do jesuíta estava-se apontando para a maneira como os sacerdotes dessa Ordem religiosa são preparados para seu trabalho enquanto tal.

Quanto à continuidade da viagem, no dia 08/09/1978, os noviços do primeiro e segundo anos partiram com destino à Salvador onde estava programado, o que se pode intitular de encontro nacional dos noviciados jesuíticos do Brasil. Antes do desembarque em Salvador os noviços trocaram de ônibus na cidade de Vitória, estado de Espírito Santo, onde se encontraram com os noviços do noviciado paulista de Campinas. Provavelmente os noviços de Campinas também não vinham diretamente de seu domicílio. É pouco provável, porém, que esse encontro tenha sido proposital, primeiro pela reação do descritor Pedro Canísio Schroeder: “Ainda em Vitória, com muita surpresa, encontramos-nos com os noviços da província do Centro de Campinas. Viajamos juntos no mesmo ônibus até aqui, Salvador”.<sup>135</sup> Segundo, pelo fato de que no trajeto de Campinas à Salvador não existe a necessidade da passagem por Vitória.

Enfim, as experiências ofertadas aos noviços nessa primeira etapa da viagem devem ser entendidas como uma estratégia para colocar o noviço em contato com as obras da Companhia em lugares, portanto em realidades diversas, bem como uma forma de integrar os mais novos da Companhia de Jesus ao seu corpo apostólico. Visa, além disso, mostrar aos noviços realidades sociais e culturais distintas das que estão habituados, a fim de experimentarem sua percepção e capacidade de agir em ambientes adversos. Coloca os jovens da Companhia em contato com obras da Ordem, mostrando a eles a pluralidade dos trabalhos apostólicos da Companhia, voltados inclusive à questão social.

A reunião dos três noviciados da Companhia na Bahia, por sua vez, marca um novo momento da viagem, onde a formação poderia acontecer de forma mais integral ou com contornos mais bem definidos, por isso decidiu-se dedicar um capítulo específico para sua análise.

---

<sup>135</sup> Diário do Noviciado Paulo Apostolo da Companhia de Jesus nº 18. 27 de Setembro de 1978 a 23 de Agosto de 1982. Dia 08/10/1978.

## CAPÍTULO II

### O ENCONTRO DOS NOVICIADOS DO BRASIL EM SALVADOR: ESTUDOS E PRÁTICAS APOSTÓLICAS NA ILHA DE ITAPARICA

Nesse capítulo propõe-se a discussão sobre as estratégias de formação observadas no retiro dos noviciados jesuíticos do Brasil no ano de 1978. Tal encontro ocorreu na Ilha de Itaparica, próximo a cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia, entre os dias 12/10/1978 e 09/11/1978. A descrição desse encontro, fundamentada nos registros do diário do noviciado, possibilitará observar experiências de formação como ocorriam no cotidiano. Destacar-se-á, nesse caso, elementos da formação que não puderam ser observados no contexto da viagem dos noviços do noviciado Paulo Apóstolo de Porto Alegre até Salvador, trata-se da formação espiritual, intelectual e apostólica. Outra questão que ganhará destaque nesse capítulo é a interpretação quanto à ideia de adaptação expressa em vários momentos do relato de Pedro Canísio. Tal interpretação abrirá um diálogo com a história da Igreja Católica no contexto vivido pelo relator do diário. Estabelecer-se-á, no mesmo sentido, um debate tendo em conta a exigência de adaptação que a própria Companhia estabeleceu por meio da Congregação Geral XXXII aos seus membros.

Os noviços de Porto Alegre chegaram à Ilha de Itaparica no dia 10/10/1978, onde desembarcaram após atravessar de barco, numa viagem de 45 minutos, a Bahia de Todos os Santos. A localidade onde se instalaram na Ilha de Itaparica é denominada Mar Grande, onde, segundo Pedro Canísio, a Companhia possuía uma casa de retiros cujo responsável era o Irmão Luiz Zonta.

Estiveram reunidos nessa atividade o Noviciado de Porto Alegre, o de Campinas, e o de Feira de Santana na Bahia. Participaram, além dos já apresentados noviços de Porto Alegre, o Mestre de noviços do noviciado da Bahia Pe. Adriano Pighetti, os noviços do 1º ano do mesmo noviciado, Andrade José da Silva, Antônias Viana Balbino, Braz José Cogo, Celso Luiz Martins Marques, Clovis Crispiniano do Carma Cabral, Eric Pereira Moraes. Completam o grupo o Mestre de noviços do noviciado de Campinas Pe. José Neto de Oliveira, os noviços do 1º ano Cornélio Lopes Cançado (Nelinho), Luiz Henrique de Araujo Dutra, José Donizete Pinheiro Oliveira, Valderi Ribeiro, Luiz Carlos Sales, Carlos Giovanori Salomão, Francisco Gomes da Silva, João José Zabim.

No segundo dia na Ilha de Itaparica, os noviços, orientados pelo mestre Albano, realizaram atividades em grupo a fim de conhecerem-se e entrosarem-se, pois realizariam trabalhos apostólicos em conjunto nos dias seguintes. As referidas atividades mantiveram os noviços ocupados pela manhã e tarde. Às 18hs fora celebrada a missa onde os noviços puderam expor suas percepções sobre o trabalho do dia.

Após assistirem ao Jornal Nacional, houve a produção de um cronograma de atividades, onde ficou determinado os horários de orações, refeições, estudos individuais e em grupo, missa e tempo livre. Observa-se, nesse sentido, uma sistematização do tempo e das atividades que foram desenvolvidas no período em que os noviços estiveram no encontro. O teor, bem como a dinâmica de aplicação dessas atividades serão conhecidas através da descrição de nosso interlocutor. Assim registrou-se a programação para o encontro:

HORÁRIO	ATIVIDADE A SER DESENVOLVIDA
06h15min	Despertar
06h30min – 07h30min	Oração.
07h30min	Café da manhã.
08h15min – 11h	Estudos em grupo, etc.
11h – 12h15min	Tempo livre (banho de mar)
12h15min – 12h40min	Oração.
12h40min	Almoço.
14h50min – 16h	Estudos ou troca de experiências.
16h – 18h	Tempo livre.
18h	Missa.
19h	Janta
Depois da janta. (horário não definido)	Atividade não definida.

Fonte: Diário do noviciado Paulo Apóstolo da Companhia de Jesus.<sup>136</sup>

Esse cronograma pode ser muito interessante para entender aspectos relevantes sobre o cotidiano dos noviços durante o encontro dos noviciados do Brasil. Tem-se nele elementos que contemplam as esferas espiritual e intelectual, mas, também, de descontração e diversão. A esfera apostólica não está contemplada nesse projeto de ação, ele representa as atividades de caráter mais ordinário na formação do noviço. O apostolado social será observado num cronograma especial que será destinado aos finais de semana.

<sup>136</sup> Tabela produzida a partir do relato registrado no diário do noviciado no dia 11/10/1978.

A tabela apresentada acima, porém, caracteriza-se apenas como projeto, ou seja, algo que deve ou pode ser realizado. Isso a torna, em certa medida, uma incógnita, já que não é possível saber por intermédio dela como ocorreram, ou mesmo se ocorreram as atividades nela propostas, contudo, as descrições contidas no diário do Noviciado apresentam com considerável detalhamento as atividades desenvolvidas na Ilha de Itaparica, o que possibilita visualizar se o planejamento expresso no cronograma de fato fora representativo da realidade cotidiana dos noviços no encontro na Ilha de Itaparica.

É importante ressaltar, contudo, que o programa não possui diferenças substanciais com relação às atividades ordinariamente realizadas nos noviciados. A reunião que o definiu, nesse sentido, tem um caráter mais simbólico que material. Afirma-se isso tendo em vista que a celebração da missa ocorreu às 18hs também nos dias anteriores ao determinado no cronograma. O mesmo se repete ao que tange o horário de despertar, da oração, do café da manhã e do início das atividades em grupo que no dia da reunião de definição do cronograma foi o mesmo do definido nele mais tarde. Isso permite entender que a reunião é mais uma metáfora democrática do que uma necessidade prática. Além disso, a descrição apresentada no diário tem caráter informacional e, mais a fundo, a escrita ocupa um papel importante na formação do jesuíta, como mencionado na introdução deste trabalho. Destaca-se, dessa forma, a importância da escrita nessa formação, como observado a partir das análises de Eliane Cristina Deckmann Fleck em seu artigo intitulado *Nas franjas do texto e do tempo: sensibilidades no espaço das experiências reducionistas*. O trabalho dessa pesquisadora, apesar de lidar com temporalidades bastante recuadas, tem importância nessa pesquisa no que tange à compreensão da estrutura discursiva construída pela Ordem desde Inácio de Loyola. Nesse sentido, entende-se que a escrita continua sendo importante elemento constitutivo do “carisma” Inaciano, o próprio diário do noviciado, compreendido como um exercício de escrita corrobora com essa ideia.

Seguindo os apontamentos de Fleck, pode-se entender que a produção do texto no diário referente à reunião para a definição do cronograma de atividades, representa a noção de horizonte de expectativa, ou seja, de algo que está por vir, que se almeja. O horizonte de expectativa representa ainda aquilo que deveria ser, mas que na prática nem sempre é. O horizonte de expectativa expressa-se na escrita ao passo que ela cumpre o papel de corrigir as imperfeições da prática, da experiência, observadas no cotidiano.

Segundo a descrição do diário, no dia 12/10/1978, teve início à aplicação da programação do encontro dos noviciados do Brasil. A partir daqui será possível observar mais

os elementos ordinários da formação no período do noviciado, como o enunciado anteriormente.

De manhã o Pe. Neto [mestre do noviciado de Campinas] nos deu uma introdução ao decreto 2 da Congregação Geral 32 (CG 32). Primeiramente ele nos apresentou o perfil do Jesuíta de hoje, baseado numa carta do Pe. Geral Pedro Arrupe, formação espiritual do jesuíta, escrita já antes da CG 32. Depois desta introdução nós em grupinhos completamos o assunto da carta com uma pesquisa no decreto 2 da CG 32.<sup>137</sup>

A carta do Pe. Arrupe, não consta no *corpus* documental dessa pesquisa, contudo, acredita-se que seu conteúdo é compatível com o decreto 2 da CG 32, pois o *perfil* do jesuíta de então é um dos temas discutidos em tal decreto, o próprio título do decreto nos aponta nessa direção: *Declaração: O Jesuíta hoje*. O estudo avançou entre as manhãs do dia 12 a 17/10/1978, quando o mestre de noviços Pe. José Neto de Oliveira concluiu os estudos sobre a referida carta. Ao analisar a descrição relatada no diário, pode-se perceber que muito da referida carta tornou-se presente nos decretos da CG 32, já que, além de apresentar o perfil do jesuíta do período, contempla as discussões sobre a formação do jovem jesuíta e da vida comunitária na Companhia, temas presentes no decreto 6 da segunda parte e no decreto 11 da terceira parte da CG 32. Nesse sentido, pode-se acessar, mesmo com todos os problemas do termo, o que fora discutido no estudo proposto para aqueles dias. É interessante apontar, contudo, que após a conclusão desses estudos, os noviços reuniram-se cada um com seu respectivo mestre de noviços para refletirem sobre sua posição enquanto jesuíta e a referida na carta em que estudaram, nas palavras de Pedro: “Das 10 às 11hs cada noviço com seu mestre fizemos um tipo de revisão sobre o noviciado e ver até que ponto estamos enquadrados neste assunto do jovem jesuíta de hoje”.<sup>138</sup> Essa reflexão sobre a experiência representada pela prática de então e o horizonte de expectativa, representado pela carta do Pe. Arrupe é um bom indicativo de que naquela época vivia-se um período de reordenamento das experiências bem como do horizonte de expectativa, ou seja, as CGs 31 e 32 enunciam a mudança em tal horizonte enquanto no campo das experiências enunciam-se necessariamente mudanças.

A questão da transferência do noviciado para Cascavel pode ter entrado na pauta da reunião entre o mestre Albano e os noviços, levando-se em conta que os noviços reuniram-se cada um com seu respectivo mestre, para discutir questões específicas referentes a cada noviciado. Não é possível apontar com certeza que nessa reunião tenha-se colocado em

---

<sup>137</sup> Diário do Noviciado Paulo Apostolo da Companhia de Jesus nº 18. 27 de Setembro de 1978 a 23 de Agosto de 1982. Dia 12/10/1978.

<sup>138</sup> Idem. Dia 14/10/1978

questão a transferência do noviciado, porém, existe a possibilidade ao passo que já em 26 de Agosto de 1978 o Pe. Paulo Englert enviava ao Geral da Companhia, Pe. Pedro Arrupe, a primeira carta que contemplava o assunto da transferência. O assunto também foi pauta da 3ª reunião ordinária dos superiores da Província do Brasil meridional, realizada entre os dias 13 e 14 de setembro de 1978, onde o Pe. Provincial da época expôs as razões para a transferência. Assim, evidencia-se o fato de que a discussão sobre a transferência do noviciado para Cascavel vinha ocorrendo antes mesmo da viagem dos noviços, o que possibilita pensar que eles estivessem inteirados do assunto.

No dia 18/10/1978, antes de iniciar os estudos sobre a história da Companhia no Brasil, os noviços saíram bem cedo para conhecer algumas obras da Companhia na cidade de Salvador. Primeiro visitaram a construção sede da futura casa do noviciado da Bahia. Pedro sugere que a casa seja ampla, pois diz que “pela construção prevê-se mais gente no noviciado para o futuro”,<sup>139</sup> indicando uma perspectiva de crescimento no número de vocações à Companhia. De lá, partiram os noviços para a sede do Centro de Estudos e Assistência Social (CEAS), instituição organizada e dirigida por Jesuítas. Segundo a descrição de Pedro Canísio o CEAS possui “uma linha de atuação muito boa” que se identifica “bastante” com o Decreto 4 da CG 32.

Nesse decreto, intitulado *A nossa missão hoje: diaconia da fé e promoção da justiça* determinou-se como “a prioridade das prioridades” dos temas a serem tratados: os *critérios do nosso serviço apostólico* e a *promoção da justiça*, apontando que é preciso estabelecer:

um conhecimento mais profundo dos homens, das suas aspirações, e modo de sentir, bem como para a necessidade duma real inserção no meio deles, sobretudo entre aqueles que levam uma vida mais simples e pobre e sofrem na sua carne as consequências da injustiça.<sup>140</sup>

O CEAS é uma entidade jurídica, sem fins lucrativos, fundada pela Companhia de Jesus em 1967, inspirada em valores como justiça e solidariedade. Seu objetivo tem proximidade com o que propõe no decreto 4 da CG 32, como se pode observar nas informações contidas em sua página na internet quanto aos objetivos de seu trabalho:

um trabalho político educativo com setores populares, buscando alcançar o público mais desassistido e os extratos da população de renda mais baixa. Procuramos

---

<sup>139</sup> Idem. Dia 18/10/1978.

<sup>140</sup> XXXII Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1975. Decreto 4, Introdução, p. 37

favorecer e incentivar a tomada de iniciativas próprias e autônomas por parte dos grupos populares com os quais trabalhamos.<sup>141</sup>

Tendo o exposto, é possível compreender a compatibilidade observada por Pedro entre o trabalho da entidade e a necessidade observada na referida Congregação Geral. Contudo, é necessário atentar para os nexos temporais que envolvem a questão. O CEAS fora fundado em 1967, a CG 32 esteve reunida entre 1974 e 1975, porém, isso não representa necessariamente um anacronismo, já que em 1965 reunira-se a XXXI Congregação Geral da Ordem que conclamava o fim apostólico da Companhia e a necessidade de adaptação ao “Espírito do Concílio Vaticano II”. Além disso, Pedro Canísio escreve sobre o CEAS de numa temporalidade posterior a 1975, ano da CG 32, portanto, descreve uma entidade que aparentemente estava adaptada às novas normativas da Companhia de Jesus.

Uma questão fundamental que se deve debater com relação à impressão de Pedro sobre o CEAS, está no fato de que o noviço avalia, como se observa em sua descrição sobre o Colégio Medianeira no primeiro capítulo, tendo como parâmetro as normativas da CG 32. É perceptível, nesse sentido, seu desejo em estar de acordo com as normativas do documento, ou seja, Pedro entende e deixa transparecer a necessidade enunciada pelas CG 32 de adaptar-se às condições do tempo em questão, ele mesmo é representante dessa necessidade e isso é um importante exemplo do que representaria a noção sobre a integração ao corpo apostólico da Companhia. Além disso, como narrador, Pedro “suprime alguns aspectos e faz realçar outros, tendo como critério a harmonização do enredo da narrativa com o conjunto de acontecimentos mais amplos”,<sup>142</sup> trata-se, portanto, de enfatizar na descrição os acontecimentos que denotam a adaptação desejada pela Companhia no período.

O período da história da Companhia de Jesus que se estuda nessa pesquisa é um período onde se está vislumbrando mudanças anunciadas como necessidade desde a CG 31 de 1965. Pedro Canísio, juntamente com os demais membros da comunidade jesuítica, de fins da década de 1970, são representantes desse período, nesse sentido, não se pode esperar deles

---

<sup>141</sup> Entrevista de Antônio de Abreu, concedida a Graziela Wolfart, intitulada: **O diálogo do pensamento cristão com o mundo**, na qual Antônio de Abreu relata aspectos da história do CIAS-Ibrades, lembrando que ele nasceu “no serviço à Igreja”, mas acabou se tornando um serviço da Igreja à sociedade. publicada na revista eletrônica do Instituto Humanitas Unisidos (IHU) (<http://www.ihuonline.unisinos.br>). Antônio José Maria de Abreu é superior no CIAS-Ibrades (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento), de Brasília-DF, onde também é pesquisador e professor. É mestre em Economia pela University of Michigan e licenciado em Teologia pela Universidade de Innsbruck. Coordena a biblioteca do CIAS e escreve a história da casa. É coordenador de ministérios em meio popular.

<sup>142</sup> FLECK, Eliane Cristina Deckmann. *Nas franjas do texto e do tempo: sensibilidades no espaço das experiências reducionistas*. Revista de História 156. UNISINOS, São Leopoldo RS. 2007. p.70.

uma atitude dissonante do universo em que vivem, pois, como demonstra François Hartog: “o mundo que se conta encontra-se no mundo em que conta”.<sup>143</sup>

Como se enunciou acima, já a CG 31 conclamava a necessidade de uma revisão para adaptação da Companhia de Jesus as condições da sociedade de sua época. Já no Decreto introdutório da CG 32 fez-se referência a tal adaptação, apontando que, nos últimos dez anos, ou seja, desde a CG 31, os jesuítas se empenharam para por em prática suas determinações, que objetivavam adaptar o Instituto ao que fora estabelecido no Concílio Vaticano II.<sup>144</sup>

Nesse sentido, na CG 31 procurou-se delinear a missão da Companhia e a necessidade de renovação “nesses novos tempos” em que a Companhia, assim como a Igreja de forma geral, sofrem mudanças que, por vezes, não compreende ou conseguem acompanhar. No primeiro decreto, intitulado *missão atual da Companhia de Jesus*, as questões em torno da ideia de adaptação são apresentadas.

Hoje, porém, a nossa Companhia, como aliás a Igreja toda, sente os embates das profundas modificações da história humana. Não se eximem os próprios religiosos às influências “das transformações sociais e culturais” nem às das novas formas de vida, precedentes da socialização, da urbanização, da industrialização e da crescente facilidade da comunicação, entre os homens, nem tão pouco à mudança de mentalidades, sentimentos e apreciação dos valores da vida humana. Sentem também que se tornou mais agudo o sentimento de liberdade e a ânsia cada vez mais universal de vida plena e livre e que ao mesmo tempo se modificaram as condições que afetam a própria vida religiosa.<sup>145</sup>

Assim, definiu-se a necessidade em adaptar e renovar, bem como o “teor de vida e ação”, também o conjunto de leis que refletem o sentido da Companhia, pois eles descrevem as estruturas e ordenam a ação apostólica. Dessa forma, julgou-se que:

todo o regímen da Companhia se havia de adaptar às necessidades e condições de hoje; que se devia reajustar toda a nossa formação espiritual e intelectual; que os nossos ministérios se haviam de submeter a cuidadoso exame, em conformidade com o espírito pastoral do Concílio e o critério de maior e mais universal serviço de Deus no mundo atual; e que o próprio patrimônio espiritual do nosso instituto, constituído por coisas novas e antigas, se havia de aliviar das antiquadas e enriquecer de outras novas, segundo as necessidades dos nossos tempos.<sup>146</sup>

---

<sup>143</sup> HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto*. Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999, p. 372. IN: FLECK, Eliane Cristina Deckmann. *Nas franjas do texto e do tempo: sensibilidades no espaço das experiências reducionistas*. Revista de História 156. UNISINOS, São Leopoldo RS. 2007. p.64.

<sup>144</sup> XXXII Congregação Geral da Companhia de Jesus de 1975. Decreto Introdutório, parágrafo 1, p. 15.

<sup>145</sup> XXXI Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1966. Decreto 1, p. 22.

<sup>146</sup> Idem. Decreto 2, p.26.

As adaptações previstas pela CG 31 expressam-se no decreto sobre a *Conservação e renovação no Instituto*, o qual abriu caminho para a produção das normas complementares das Constituições, ocorridas na CG 34 no ano de 1995. Tais normas representam, assim, a anunciada necessidade de renovar o conjunto de leis que regem a Companhia.

Este decreto, ao atingir as perspectivas mais fundamentais no nosso direito, mostra até que ponto a Congregação Geral se decidiu, fiel as diretrizes da Igreja, a rever toda a estrutura do Instituto. Até agora falava-se quase só em “conservação do Instituto”, em atitude de defesa contra os impugnadores de fora e os “perturbadores” de dentro. Agora a Congregação Geral usando da confiança que Santo Inácio depôs em seus filhos, depois de 4 séculos de defesa, toma pela primeira vez, neste ponto uma atitude confiante, profunda e humilde de “renovação do Instituto”. [...] e as Congregações Provinciais gozarão para o futuro duma amplitude de estudo e discussão como nunca tinha tido até ao presente.<sup>147</sup>

Definiu-se no decreto, dessa forma, que o considerado substancial para o Instituto está na Fórmula de Júlio III de 1950, pois nela se apresenta a estrutura fundamental da Companhia. A Congregação Geral tem o direito, portanto, de determinar o que é substancial no Instituto, porém, não tem poder de alterá-lo. Outras determinações consideradas substanciais fora da Fórmula poderiam ser extintas caso a CG entenda terem perdido o sentido, tendo como ponto de orientação a referida Fórmula. Naquilo que não se considera substancial, a CG pode modificar as Constituições, porém, tais mudanças devem ser realizadas após exaustivo estudo teórico e experimental. Por último determina-se que os decretos das Congregações Gerais, assim como Regras e Ordenações promulgadas pelos Prepósitos Gerais anteriores, podem ser mudadas, mas devem, em especial, ser ajustadas “às exigências dos tempos”. Abre-se nesse sentido, a possibilidade de um alinhamento jurídico da Companhia com a *Igreja Universal* expresso nos documentos do Concílio Vaticano II, o que é essencialmente uma prerrogativa da CG 31.

Ocorreu, da mesma maneira, uma revisão da legislação sobre os irmãos Coadjuutores que historicamente possuem uma formação menos especializada, devido ao caráter não sacerdotal de sua vocação. Contudo, a CG 31 determinou que

todos da Companhia, mudando se for necessário sua mentalidade, terão realmente um só coração e uma só alma e todos juntamente ao beneficiarem como beneficiam da mesma vocação, excetuado o sacerdócio, poderão segundo o espírito de seu Fundador consagrar-se totalmente à missão que lhes confia a Igreja.<sup>148</sup>

---

<sup>147</sup> Idem. Decreto 4, Introdução, p. 37.

<sup>148</sup> Idem. Decreto 7, parágrafo 1, p. 49.

O referido decreto entende que para a integração dos irmãos coadjutores na vida comunitária seria necessário evitar distinção social entre eles e os escolásticos, fazer com que todos participem das atividades da casa, atribuir-lhes participação nas consultas, bem como nas Congregações. Nesse sentido, para que os Irmãos pudessem desempenhar com competência suas atividades, propôs-se uma formação espiritual, doutrinal e técnica, confirmada por diplomas, que os preparasse para elas. Os ofícios e cargos que os Irmãos têm praticado e ocupado caracterizam-se, segundo o decreto 7 da CG 31, como apostolado, já que, depende deles a possibilidade dos escolásticos dedicarem-se exclusivamente aos estudos e “sobretudo à mobilidade e à liberdade dos Sacerdotes nos ministérios”.<sup>149</sup>

Com relação à formação espiritual dos jovens o Decreto 8 da CG 31 atentou-se, em especial, para a adaptação dos meios para sua realização, como se apresentou largamente no primeiro capítulo da dissertação. Também a formação dos escolásticos nos estudos, tema do decreto 9 da mesma CG, fora densamente apresentado no capítulo anterior, onde se definiu o caráter apostólico como elemento identitário da Companhia.

Além das adaptações que os decretos de 1965 propuseram, já assinaladas aqui, é fundamental apontar que a missão definida pelo Papa Paulo VI para a Companhia fora a “resistência ao ateísmo”. Assim, definiu-se como prioridade apostólica o combate ao ateísmo. Tal escolha é justificada pela Companhia no decreto 3 da CG 31, pela percepção de que:

A negação de Deus já não é, como em séculos passados, um fato singular; propaga-se entre muita gente e até na quase totalidade de alguns agrupamentos sociais ou nações. Nalgumas destas o ateísmo é difundido sistematicamente pelas autoridades públicas, lesando os direitos do homem à livre investigação da verdade e à prática da religião. A negação de Deus ou a indiferença religiosa, afeta muito mais largamente ainda, direta ou indiretamente, a vida cultura e social.<sup>150</sup>

Pode-se observar aqui que a Congregação Geral entendeu que ateísmo é basicamente a negação de Deus ou a indiferença religiosa. É notável, além disso, a crítica a Estados ateus que se formavam naquele período, nos quais se proibiram manifestações religiosas. Certamente, uma dessas nações é a URSS que produzira uma larga campanha ateísta e em alguns momentos de sua história promovera perseguições a cristãos. Torna-se evidente, nesse sentido, que o socialismo real era uma preocupação da Companhia, já que era um importante difusor do ateísmo no mundo. Essa relação entre ateísmo e socialismo fica expressa na documentação ao apontar que no combate ao ateísmo seria essencial conhecer suas causas, entendendo

---

<sup>149</sup> XXXII Congregação Geral da Companhia de Jesus de 1975. Decreto 7, parágrafo 3, p. 49.

<sup>150</sup> XXXI Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1966. Decreto 3, p. 29

tanto a relação que em nossos dias tem a negação de Deus com toda a espécie de mutação das condições materiais e sociais; como as causas “implicadas e múltiplas” que “na mente dos ateus” se podem encontrar, de modo que se tenha a devida prudência em os julgar, como ainda as injustiças sociais que de modo especial nas regiões em desenvolvimento, predispõem muitos para as doutrinas ateias conexas com os programas da revolução social.<sup>151</sup>

Nesse sentido, a Congregação Geral entende que as promessas de melhoria das condições econômicas e sociais apresentadas pela ideologia socialista, representariam um elemento de atração daqueles em condição de pobreza material ao socialismo e consequentemente ao ateísmo. Contudo, mesmo entendendo que existiam condicionantes políticos em torno do ateísmo a SJ aponta que o combate contra o ateísmo deveria se dar de forma “exclusivamente apostólica e de nenhum modo política”.<sup>152</sup> Isso indica para a estratégia de atuação da Ordem no embate contra o ateísmo, em que se definiu a necessidade de “conhecer profundamente o ateísmo e a indiferença religiosa”,<sup>153</sup> adaptar a formação dos jovens para esse fim, investir no apostolado social e universitário, a fim de manter os que crêem e dedicar-se mais intensamente aos não crentes desenvolvendo métodos para aproximar-se de grupos de ateus “quer se trate de agrupamentos de gente sem recursos, que de um escola de personalidades mais cultas”.<sup>154</sup>

Outra condição representante da ideologia socialista posta em prática nos anos da década de 1960 que é apontada pela CG 31 faz referência a atitude de exaltar

tantas vezes a legítima aspiração à autonomia das ciências ou da atividade humana, que se faz dela base para objeções contra o conhecimento de Deus, ou pior ainda, como não falta quem apresente o afastamento da religião como caminho para a libertação do homem, esforcemo-nos todos por que a fé informe e ilumine toda a fé concreta, para se tornar patente que a vida cristã não condena o justo apreço das realidades terrenas.<sup>155</sup>

Nessa citação, a Companhia se expressa sobre a ideia de incompatibilidade entre ciência e religião, apontando que tal incompatibilidade não existe. Ressalta ainda como legítima a autonomia das ciências e do homem, porém, critica as teorias sociais que afastam a religião dos movimentos de transformação social. Evidentemente, trata-se de mais uma crítica a alguns modelos socialistas de sociedade que por vezes fizeram uso político da religião como forma de se aproximar de determinados grupos sociais religiosos, mas, que em outras oportunidades negaram completamente a religião e perseguiram religiosos por acreditar que

<sup>151</sup> Idem. Decreto 3, parágrafo 3, p. 30

<sup>152</sup> Idem. Parágrafo 4, p. 31.

<sup>153</sup> Idem. Parágrafo 2 p.30.

<sup>154</sup> Idem. Parágrafo 11, p. 33.

<sup>155</sup> Idem, parágrafo 7, p. 31

representavam uma ameaça à construção de seu modelo de sociedade. Assim, têm-se um panorama bastante evidente dos nexos entre a missão da Companhia determinada na CG de 1965 e o contexto histórico mundial daquele período.

Os decretos de 1975 também se expressam com relação à necessidade de adaptação ao contexto de sua época, como é observável na introdução do decreto 2, onde ocorreram postulados que “manifestavam a necessidade de conjugar a fidelidade ao instituto com a renovação da nossa vida e do nosso apostolado”.<sup>156</sup> São representativos dessa renovação na CG 32: a definição da identidade do jesuíta, a redefinição da missão da Companhia, a revisão em alguns aspectos da formação dos jovens e de algumas adaptações do conceito de pobreza. Nesse sentido, o parágrafo 1 do decreto 6º da CG 32 aponta que:

Após a Congregação Geral XXXI muitas coisas mudaram, não só no mundo, mas na formação dos Nossos, tanto dos Escolásticos como dos Irmãos. Entre essas mudanças, permite-nos enumerar: a evolução das estruturas, das instituições e das mentalidades em muitas nações, bem como um maior sentimento de identidade e de autonomia das diversas culturas; uma renovação profunda da Igreja, durante estes últimos dez anos; as novas condições em que, em muitas províncias se desenvolve o estudo dos Nossos, pois frequentemente eles são realizados em institutos que não pertencem a companhia ou nos quais o regime acadêmico é diverso do religioso; as novas estruturas das comunidades, localizadas atualmente em centros urbanos; alguns valores novos da cultura, que exercem seu influxo sobre os nossos jovens; novas aspirações dos jovens jesuítas; a sua sensibilidade para com o mundo atual e os problemas sociais, junto com o desejo de ficarem mais próximos de seus contemporâneos; a dificuldade – semelhante à sentida por muitos jovens de nossa época – de permanecerem por longo tempo no estado de estudantes, junta com o desejo de participarem na verdadeira vida e ação da Companhia.<sup>157</sup>

Conscientes das mudanças sociais e culturais, observadas no contexto da CG de 1975, os jesuítas propõe as adaptação que consideram necessárias. Quanto à formação,<sup>158</sup> aponta-se que é necessária uma adaptação contínua devido às constantes transformações observadas na sociedade, produzindo, dessa maneira, uma “perspectiva de formação adaptada ao nosso tempo”.<sup>159</sup>

Com relação à pobreza, a CG 32 procurou discutir os problemas referentes à “prática da pobreza por parte dos indivíduos das comunidades e das obras”<sup>160</sup> da Companhia. Nesse sentido, esta Congregação Geral estabelece que “as comunidades devem levar uma vida simples e frugal”,<sup>161</sup> sendo proibido acumular capitais. Os excedentes devem ser distribuídos, tendo-se em conta, as necessidades de outras comunidades, do apostolado e dos pobres. Além

<sup>156</sup> Idem. Decreto 2, Introdução, p. 21.

<sup>157</sup> XXXII Congregação Geral da Companhia de Jesus de 1975. Decreto 6, parágrafo 1, p. 78-79.

<sup>158</sup> Com relação as orientações sobre tal formação observar no capítulo 1.

<sup>159</sup> XXXII Congregação Geral da Companhia de Jesus de 1975. Decreto 6, parágrafo 3, p. 80.

<sup>160</sup> Idem. Decreto 12, parágrafo, 12, p. 151.

<sup>161</sup> Idem.

da pobreza material, o documento apresenta a noção de pobreza religiosa, segundo a qual o seguimento de Cristo pobre caracteriza-se como o elemento fundamental. Contudo “hoje a importância da pobreza coloca-se não só na perfeição ascético-moral da imitação de Cristo pobre, mas também e mais ainda no valor apostólico com o qual cada um imita Cristo, no serviço generoso e eficaz de todos os abandonados, como o esquecimento de si mesmo”.<sup>162</sup>

Tendo em vista a renovação expressa nas CGs 31 e 32, é importante apontar, que existe uma tangência entre a resistência ao ateísmo, o serviço da fé e a promoção da justiça. Primeiro, o serviço da fé é a marca distintiva da Companhia desde sua fundação em 1540, isso fora determinada nas fórmulas do Instituto e não mudou até hoje. Nesse sentido, tanto o combate ao ateísmo como a promoção da justiça são complementares ao serviço da fé e representam as necessidades de diferentes períodos da história. O fundamental, contudo, é que, apesar de na CG 32 ter-se determinado que a promoção da justiça é elemento constitutivo da missão, o combate ao ateísmo não se tornara um tema obsoleto, ele continua a ser mencionado na CG 32, como se pode observar em seu decreto 4 da CG 32:

A injustiça que reina no nosso mundo sob diversas formas, negando a dignidade e os direitos do homem, imagem de Deus e irmão de Cristo, constitui ateísmo prático, uma negação de Deus. O culto do dinheiro, do progresso, do prestígio e do poder, tem como fruto esse pecado da injustiça institucionalizada, (...) que conduz à escravidão até mesmo do opressor.<sup>163</sup>

O Decreto 6 da mesma CG reforça a questão:

A opção feita pela Congregação Geral XXXII, sobre a missão da Companhia no mundo atual impulsiona-nos a dar um novo vigor à formação apostólica, que já fora claramente afirmada pela Congregação Geral XXXI. Portanto, toda a formação dos Nossos, quer dos Escolásticos quer dos Irmãos deve responder aos requisitos de um mundo marcado sobretudo pelo ateísmo e pela injustiça.<sup>164</sup>

Com isso, pode-se apontar que o tema justiça se torna missão, devido à compreensão produzida pela SJ quanto ao contexto histórico da CG de 1975. Em última análise, a Companhia de Jesus é fundamentalmente uma instituição histórica que busca compreender os homens e o tempo em que vive. Essa é uma característica que desperta em muitos pesquisadores o interesse em estudar a SJ, no passado e no presente.

Com relação à adaptação, o parágrafo 1 do Decreto introdutório da CG 32 aponta que “Frutos maduros já se notam, tanto na atividade apostólica e comunitária, como na vida de

---

<sup>162</sup> Idem, parágrafo 4, p. 146.

<sup>163</sup> Idem, Decreto 4, parágrafo 29, p. 48-49.

<sup>164</sup> Idem, Decreto 6, parágrafo 5, p. 80-81.

oração e de fé, frutos que certamente se devem atribuir à divina liberdade e simultaneamente ao sério esforço empregado e à sincera busca de renovação”.<sup>165</sup> Contudo, não esconde que os progressos, em relação à adaptação, não foram uniformes.

Com efeito, alguns dos Nossos, opuseram-se a renovação e publicamente murmuraram da 31ª Congregação geral, como se ela, de alguma maneira, se tivesse afastado do genuíno espírito inaciano. Outros, pelo contrário, levados por certa impaciência de adaptar, quanto antes, as suas próprias pessoas e a sua atividade apostólica às atuais necessidades do mundo, exageraram as novas orientações para além dos devidos limites; e, enquanto desejavam superar uma interpretação demasiadamente exclusiva da transcendência do cristianismo divorciada da experiência do mundo, caíram em certo imanentismo contrário ao evangelho.<sup>166</sup>

De qualquer maneira, todo o empenho de adaptação expresso na documentação, está ligado a um fenômeno universal representativo do contexto de transformações da Igreja Católica, trata-se do Concílio Vaticano II.<sup>167</sup> Cabe apontar, nesse sentido, que mudanças foram essas.

Estevão Raschietti propõe algumas chaves de leitura para o concílio a partir de uma perspectiva hermenêutica onde desenvolve a compreensão dele como evento, ligado a seu contexto de produção, ou seja, sua gestação, seus bastidores, o diálogo com seus protagonistas e as temáticas de sua agenda<sup>168</sup>. Segundo esse pesquisador, o Papa João XXIII permanecia atento a questões daquele tempo em que estavam envoltas a humanidade e entendia que se tratava de novos tempos, “épocas de renovação”.

João Batista Libanio apresenta uma importante análise acerca do contexto socioeconômico, político e cultural do período do Concílio,<sup>169</sup> apontando para as mudanças impulsionadas pelo capitalismo como o êxodo rural que inseriu o homem tradicionalmente religioso do campo no ambiente urbano, deslocando, assim, sua consciência de dependência da natureza para a de controle dela por meio da mecanização e do crescente desenvolvimento tecnológico. As novas relações de trabalho, praticadas no meio industrial, foram importantes para a formação de uma classe de trabalhadores. Nesse sentido, a economia capitalista teria

---

<sup>165</sup> XXXII Congregação Geral da Companhia de Jesus de 1975. Decreto Introdutório, parágrafo 1, p. 15.

<sup>166</sup> Idem.

<sup>167</sup> Cf. ALBERIGO, Giuseppe (coord.) História do Concílio Vaticano II, Vol. I., tr. J. R. Costa. Petrópolis: Vozes, 1995.

<sup>168</sup> RASCHIETTI, Estevão. O CONCÍLIO VATICANO II COMO EVENTO UNIVERSAL E MISSIONÁRIO Memória histórica e considerações teológicas a 40 anos de sua abertura. RELAMI Rede Ecumênica Latino-Americana de Missiolog@s. p. 3.

<sup>169</sup> LIBANIO, J. B. O Concílio Vaticano II, em busca de uma primeira compreensão. Edições Loyola, São Paulo, 2005. p. 49 - 53.

modificado rapidamente o cotidiano das pessoas, já que, quando no campo, viviam à parte desse modelo econômico, mas na cidade logo tiveram de se adaptar a ele, mudando também seu comportamento. Segundo Libanio é esse “sujeito moderno que rondava o Concílio na década de 1960”, otimista “por causa da maravilhosa façanha do neocapitalismo do pós-guerra”. Para o autor, o modelo de estado do bem estar social, que ele chama neocapitalismo, apresentou uma pujança econômica de onde surgiu a ideia de *milagre econômico*. Esse estado que apresentara alguns avanços no campo do social, chamou a atenção dos padres conciliares que se expressaram de maneira otimista com o *mundo moderno*. O referido sujeito moderno permeava o concílio como símbolo de indivíduo autônomo e criador. Para Libanio essas mudanças econômicas repercutiram na vida política. O modelo democrático constituía-se por meio da participação popular livre nos partidos políticos, caracterizando um Estado de Direito.

Quanto aos apontamentos sobre a perspectiva cultural, o autor enfatiza que o sujeito moderno leva mais em conta sua individualidade, deixando para trás muitas tradições transmitidas pelas instituições tradicionais da sociedade como a família, a escola e mesmo a igreja. Libanio aponta que o indivíduo moderno passou a olhar com desconfiança para as tradições ao passá-las pelo crivo de sua própria experiência, ou seja, por sua subjetividade, promovendo uma desvalorização de valores tradicionais que não faziam mais sentido na sua vivência. Nessa perspectiva, segundo o pesquisador, esse deslocamento da percepção do sujeito moderno definiu a tônica das discussões conciliares.

Todas essas transformações na sociedade daquele tempo incidiram de alguma forma na Igreja. O Concílio Vaticano II expressa uma resposta a essa incidência. Nesse sentido, se pode questionar: quais as propostas do concílio para adaptar-se aos “novos tempos”? Adaptar-se significaria voltar-se ao sujeito moderno, na perspectiva de Libanio, entendendo-o como indivíduo protagonista, participativo e dotado de saberes que a Igreja não poderia mais negligenciar ou oprimir. Com isso, torna-se fundamental para a instituição abrir-se à participação desses indivíduos. Segundo Batista Libanio, com muitos conflitos, o Concílio inseriu um novo capítulo ao texto da Encíclica *Lumen Gentiun* que antecedeu à questão da hierarquia e dos leigos, partindo da noção de que “todos batizados fazem parte igualmente do povo de Deus”,<sup>170</sup> colocando-os, assim, como figura central, entendendo que esse povo seria a razão do serviço da Igreja. Estabeleceu-se, com isso, segundo o autor, a prioridade conjunto dos católicos em relação à hierarquia. Isso é representativo do que Libanio chama de inversão

---

<sup>170</sup> Idem, p. 110.

eclesiológica,<sup>171</sup> ou seja, a Igreja voltou-se para fora rompendo com o imaginário religioso clerical de que ela é formada unicamente pelo corpo de sacerdotes, a partir do Concílio surge a noção de “Igreja Povo de Deus”, onde se leva em conta os fiéis como membros da instituição.

Partindo dos apontamentos de Raschiatti, pode-se entender que existem dois eixos que orientarem os trabalhos conciliares. O primeiro, *ad intra*, de caráter dogmático, sobre a natureza da Igreja. O segundo, *ad extra*, de caráter pastoral, diz respeito à missão da Igreja diante das necessidades mais objetivas das sociedades. No que se refere ao eixo *ad intra*, o papa João XXIII, lança a expressão *aggiornamento*, designando não uma reforma da Igreja, mas uma nova postura de busca e de abertura em contínua transformação entre a tradição e a novidade.<sup>172</sup> Segundo Raschiatti, o *aggiornamento* promove a compreensão de que o Vaticano II caracteriza-se como concílio eclesiológico, “um marco identitário, [...] numa linha de abertura ao mundo e de reconhecimento dos outros”,<sup>173</sup> ou seja, uma Igreja aberta ao mundo contemporâneo, aos cristãos não-católicos e ao mundo dos pobres.

Ligado ao eixo *ad intra* tem-se o *ad extra* que, segundo o autor, caracteriza o evento conciliar por outra dimensão fundamental dele, trata-se da pastoralidade. Para o papa que convocou o Concílio a questão pastoral era fundamental, enfatizando a necessidade de apresentar à doutrina de uma maneira adequada as necessidades dos fiéis. Considerou prioridade, nesse sentido, a relação da história com o Evangelho e a doutrina cristã. Nesse ensejo, cabem os apontamentos de Ruggieri ao demonstrar que a reformulação da forma de apresentar a doutrina representa “um imperativo histórico sempre novo, [...] Insira-se assim a conotação pastoral no próprio âmago da dimensão doutrinal do cristianismo, como exigência inerente à doutrina para que se leve em conta a sua substância no tempo: pastoral como hermenêutica histórica da verdade cristã”.<sup>174</sup> Dessa forma, Kloppenburg salienta que o Concílio caracteriza-se mais pelo espírito que pelas novas explicações doutrinárias, assim, o que há de novo nele faz-se presente “na sua atitude pastoral, ecumênica e missionária perante o mundo de hoje”.<sup>175</sup>

Segundo Raschiatti, uma terceira instância que caracterizou o Concílio é o ecumenismo que teve um significado de união dos cristãos em torno da Sé Apostólica. Levando em consideração a dimensão ecumênica do concílio, representantes de outras igrejas

---

<sup>171</sup> Idem, p. 109

<sup>172</sup> RASCHIETTI, Estevão. *Op. Cit.* p. 6.

<sup>173</sup> Idem. P. 7.

<sup>174</sup> RUGGIERI, G. Proposta de uma hermenêutica para o Vaticano II. *Concilium*, p. 16-17. Apud: RASCHIETTI, Estevão. *Op. Cit.* p. 8.

<sup>175</sup> KLOPPENBURG, B. A eclesiologia do Vaticano II, p. 16-17. Apud: RASCHIETTI, Estevão. *Op. Cit.* p. 8.

foram convidados a participar como observadores do Vaticano II. Os representantes das igrejas convidadas puderam se manifestar por meio do Secretariado para a União dos Cristãos, criado em 1960 pelo papa Roncalli. Com a morte de João XXIII, Paulo VI deu ao ecumenismo o caráter de universalidade da fé e não de união dos cristãos.<sup>176</sup>

Raschietti entende que a instância mais significativa do Concílio Vaticano II é, porém o desejo da Igreja Católica em dialogar com o mundo moderno. Flávio Luís Alves aponta que, a noção de diálogo é uma dimensão fundamental do concílio por levar em conta a história e a subjetividade na missão salvífica da Igreja.<sup>177</sup> Valendo-se dos apontamentos do teólogo Mario de França Miranda quanto à centralidade do termo diálogo na compreensão do Concílio, Alves aponta que a referida noção compreende uma questão intimamente ligada e mesmo necessária à pastoralidade, já que:

O diálogo rompe com a ideia de uma Igreja voltada para si mesma, bastando-se a si mesma, identificando a verdade revelada com seus pronunciamentos e normas, sem ter em conta a origem histórica e contextualizada deles. O diálogo recoloca em primeiro plano o sentido último da instituição eclesial como sacramento da salvação para o mundo, fazendo-a entrar seriamente no desenrolar histórico da humanidade, participar da aventura humana, conviver em sociedade e construir o futuro. O diálogo com os de fora ganha credibilidade por meio do diálogo no interior da própria Igreja, pois também em seu seio a subjetividade, a historicidade e a comunidade devem poder emergir e plasmar sua própria fisionomia.<sup>178</sup>

Raschietti, por sua vez, entende que a questão central no que diz respeito ao diálogo com o mundo moderno proposta pelo Concílio é a expressão “sinais dos tempos”. Segundo o autor, ela tem um sentido positivo e de esperança em relação ao mundo moderno, chama a atenção para o limiar de uma nova época onde:

As conquistas no campo técnico e científico prometem “um grande progresso material ao qual não corresponde um igual avanço em campo moral”. Mas isso leva as pessoas a “tornarem-se pensativas, mais cientes de seus limites, desejosas de paz, atentas à importância dos valores espirituais”, e acelera “aquele processo de estrita colaboração e recíproca interação entre indivíduos, classes e nações [...] Tudo isso facilita sem dúvidas o apostolado da Igreja”.<sup>179</sup>

Assim, o Concílio Vaticano II tem na questão social, caracterizada pelo desejo de paz e justiça, o grande tema da agenda conciliar e o compromisso apostólico da Igreja. Nesse

---

<sup>176</sup> RASCHIETTI, Estevão. *Op. Cit.* p. 11.

<sup>177</sup> ALVES, Luis Flávio. *A eclesiologia Latino-americana como acolhimento criativo do Vaticano II: Um caminho par uma nova recepção da herança conciliar*. Departamento de Teologia da PUC-Rio, 2011, p. 16.

<sup>178</sup> MIRANDA, Mario de França. A Igreja numa sociedade fragmentada. *Escritos Eclesiológicos*. São Paulo: Loyola, 2006, p. 17-18. *Apud*: ALVES, Luis Flávio. *Op. Cit.* p. 17

<sup>179</sup> ENCHIRIDION VATICANUM. 1. Documenti ufficiali Del Concilio Vaticano II 1962-1965. Bologna: EDB, 1981. *Apud*: RASCHIETTI, Estevão. *Op Cit.* p. 11.

sentido, as mudanças econômicas, sociais e culturais caracterizam-se como os sinais dos tempos.

Porém, o Concílio não é isento de críticas, tendo em vista o apontado por Raschietti quanto ao seu caráter essencialmente ocidental, de otimismo ingênuo e paternalista, por priorizar o confronto entre sujeitos muito amplos como a Igreja e o mundo, sem levar em conta os sujeitos locais portadores de expressões particulares. Nesse sentido, a Igreja Latino-americana, por meio do documento produzido na reunião de seus bispos em Medellín, na Colômbia, no ano de 1968, buscou adaptar o Concílio Vaticano II as particularidades da América Latina.

Entendendo dessa forma é importante produzir algumas considerações, buscando compreender como os bispos expressaram-se na produção de um documento que previa a adaptação do Concílio ao contexto latino-americano. Analisar essa questão é fundamental para os objetivos dessa pesquisa, tendo em vista que o Concílio Vaticano II representa um conjunto de orientações que leva mais em conta a realidade europeia. Nesse sentido, o documento de Medellín, por apresentar aspectos específicos da realidade latino-americana, representa uma escala de análise que privilegia a proposta desse trabalho. Desse modo, pode-se entender que ao estudar a Conferência em Medellín está-se produzindo uma redução na escala de análise.

Quanto à temporalidade de Medellín, o ano de 1968 é muito representativo para o Noviciado Paulo Apóstolo, já que esse foi o último ano que ele esteve instalado na cidade de Pareci Novo no Rio Grande do Sul, onde foi fundado no ano de 1920. Apesar da transferência do noviciado de Pareci Novo para Porto Alegre não ser o objeto dessa análise, é indispensável pensá-la como elemento que, de alguma forma, liga-se a transferência de 1980. Tem-se de levar em conta que o olhar do historiador é sempre retrospectivo e que as motivações de um acontecimento não se encontram nele mesmo, mas num tempo longo ou curto, com continuidades e descontinuidades. Pelo olhar retrospectivo, o historiador pode encontrar as continuidades, ou mesmo produzi-las, atribuindo sentido histórico aos fatos. Assim, ao levar-se em conta o Concílio Vaticano II, a Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín, Colômbia, ou mesmo os Decretos das CGs da Companhia, está-se apontando para acontecimentos que de alguma forma compõe-se num processo que inegavelmente estão ligados à transferência do noviciado para Cascavel.

Segundo Paulo Fernando Carneiro de Andrade, em seu texto, *Fé e eficácia: o uso da sociologia na teologia da libertação*, a II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano teve como intuito promover a aplicação do Concílio Vaticano II à realidade latino-americana.

Contudo, segundo a referência, Medellín representou um direcionamento da Igreja Latino-americana a um compromisso social transformador.

O documento final da Conferência de Medellín, intitulado *A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio* é composto por dezesseis documentos, mas o que ganhou destaque com Andrade é o que trata da Paz. Justifica sua escolha por entender que esse “é o mais característico da nova perspectiva adotada”. Prossegue em sua análise apontado que:

O documento inicialmente descreve a situação latino-americana interpretando-a a partir do esquema da dependência-libertação e da categoria setores dominantes-setores oprimidos. Ressaltam-se os aspectos econômicos e políticos que impedem a paz, cujo novo nome é desenvolvimento. Em seguida faz-se uma reflexão doutrinal onde se articula o tema da paz com o da justiça e onde se condena a passividades e omissão da realidade latino-americana interpretada como fundamentalmente injusta. No final tiram-se as conclusões pastorais, em que os bispos se propõem a “defender, segundo o mandato evangélico, os direitos dos pobres e oprimidos”, a trabalhar pela conscientização e propugnam a colaboração com aqueles que pertencem “às diversas confissões e comunidades cristãs e não cristãs” na luta pela justiça.<sup>180</sup>

Andrade, nesse sentido, aponta para aquilo que considera essencial no documento final de Medellín, a saber, a luta pela paz e justiça ao lado dos pobres. Essa visão é construída, segundo o autor, pelo método *Ver, Julgar e Agir*, proposto por D. Cardjin, sendo que, a novidade desse método está no uso das categorias sociológicas que salientam o conflito no momento do *Ver*. Esse método que vinha em processo de desenvolvimento na Igreja latino-americana tornou-se, nos anos de 1970, uma das principais características da Teologia da Libertação. Leonardo Boff salienta o momento do ver como mediação sócio-analítica, ou seja, de conhecer a realidade conflitiva onde está a maioria pobre. Na etapa do ver, o teólogo, se vale dos conhecimentos das ciências que tem a sociedade e o homem, enquanto objeto de estudo, para compreender os mecanismos geradores de opressão e pobreza. Boff aponta que a teologia da libertação deu preferência a tendência dialética na análise do social, pois ela leva a compreensão de “que a pobreza é produto de certo tipo de desenvolvimento desigual, em que os benefícios vão para as minorias ricas e os encargos maléficis para as minorias empobrecidas”.<sup>181</sup>

De qualquer forma, a luta pela justiça configura-se como importante elemento das conclusões que chegou o episcopado latino-americano em Medellín no ano de 1968. É interessante notar, nesse sentido, que o tema justiça fosse uma discussão ligada à realidade da

---

<sup>180</sup> ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro de. *Fé e eficácia: o uso da sociologia na teologia da libertação*. Loyola, São Paulo, 1991. P. 55-56. Sobre esse tema ver: DUSSEL, Enrique. *De Medellín a Puebla: uma Década de Sangue*. São Paulo: Loyola 1982.

<sup>181</sup> BOFF, Leonardo. Op. Cit. p.103.

América Latina e que mais tarde, no ano de 1975 fora tomada como missão pela Companhia de Jesus segundo o exposto nos decretos da CG 32. Isso evidencia o fato de que a discussão sobre a promoção da justiça tenha ganhado espaço nos anos subsequentes ao Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín. Tendo como referência Beozzo, pode-se apontar que o tema justiça, no sentido de justiça social ou justiça aos pobres, é fruto mais direto da Conferência de Medellín do que do Vaticano II. Segundo o autor, os bispos latino-americanos fracassaram no Concílio ao tentar colocar os pobres como centro das preocupações da Igreja, contudo, em Medellín alcançaram plenamente esse objetivo que resultou no documento conclusivo intitulado *Pobreza da Igreja*, por meio do qual o Episcopado latino-americano declarou que não poderia “ficar indiferente ante as tremendas injustiças sociais existentes na América Latina, que mantêm a maioria de nossos povos numa dolorosa pobreza, que em muitos casos chega a ser miséria desumana”.<sup>182</sup>

Entende-se, nesse sentido, que as ideias dos documentos de Medellín, que influenciaram decisivamente os rumos da Igreja latino-americana na década de 1970 tenham entusiasmado outras partes da Igreja ao ponto de aparecerem numa documentação de caráter universal da Companhia de Jesus como é o caso da XXXII Congregação Geral. No primeiro capítulo dessa dissertação se apontou para o fato de que a teologia da libertação poderia ter exercido algum tipo de influência sobre a Companhia, devido à proximidade de uma série de questões características dessa teologia com o exposto na CG 32. Tendo em conta que a Conferência de Medellín representa um dos acontecimentos que fundamentaram o desenvolvimento da teologia da libertação e a consonância de ideias entre seus documentos conclusivos e os decretos da CG 32, tem-se mais um indício que a teologia da libertação havia rompido, já em meados da década de 1970, as fronteiras da América Latina e exercia influência fora dela. Contudo, também a Doutrina Social da Igreja, composta pelas encíclicas papais: *Rerum Novarum* de Leão XIII, *Quadragesimo Anno* de Pio XI, *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris* de João XXIII, *Gaudium et Spes* do Concílio Vaticano II, *Populorum Progressio* de Paulo VI e *Octogesima Advenies* de Paulo VI, influenciaram a Companhia, na opção pela promoção da justiça e trabalho junto aos pobres.

Ao analisar esses acontecimentos da história da Igreja, na segunda metade dos anos de 1960, percebe-se de onde vêm ou a que está ligado à fala de Pedro Caníso sobre a adaptação aos decretos da CG 32. A Congregação é produto de um contexto histórico específico que se

---

<sup>182</sup> *Presença da Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II. Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, Medellín, Colômbia, 1968, documento 14. A pobreza da Igreja.* p. 73.

procurou demonstrar aqui. O noviço responsável pelos registros no diário do noviciado também é produto desse contexto, já que, ele mesmo considera positivas as situações em que percebe equidade entre os decretos da CG 32 e as obras da Companhia que ele passa a conhecer na viagem.

Referindo-se a viagem, no dia 19/10/1978, os noviços iniciaram o estudo sobre a história da Companhia no Brasil. O Padre Geraldo Coelho foi o responsável por esse aspecto da formação no encontro na Ilha de Itaparica. No primeiro dia de estudos sobre o tema, o Pe. Geraldo realizou alguns apontamentos de caráter introdutório sobre o tema. Num segundo momento ele dividiu os noviços em seis grupos aos quais distribuiu seis temas a serem apresentados no decorrer dos estudos. Ainda no dia 19 dois grupos apresentaram elementos da história sob o ponto de vista da doutrina, da catequese e das dificuldades enfrentadas pelos jesuítas em seu trabalho no território brasileiro. No dia seguinte, continuaram os estudos sobre a história da Companhia no Brasil, o trabalho direcionou-se para o aspecto da formação, ensino nos colégios e seminários, e assim se encerrou os estudos referentes ao tema.

Segundo a descrição de Pedro, na manhã dia 24/10/1978 os noviços iniciaram com o Pe. Albano Trinks um estudo sobre a *Formação dos Nossos* fundamentado no decreto 6 da CG 32 que recebe essa nomenclatura, bem como do capítulo 8 da CG 31 intitulado *Formação Espiritual dos Nossos*. Esses decretos foram amplamente apresentados e analisados no primeiro capítulo desse trabalho, porém, o interesse aqui é apresentar a maneira como ocorrem os estudos e as matérias estudadas durante a formação no período do noviciado, nesse caso, em específico, no encontro dos noviciados jesuítas do Brasil na Ilha de Itaparica. É interessante notar que em sua orientação nos estudos, o mestre Albano divide os noviços em grupos para estudarem e apresentarem as normas gerais para a formação expressas no referido capítulo da CG 31. Na parte da tarde ocorreu um debate em plenário sobre os assuntos estudados em grupos, acompanhado por uma reflexão a partir da percepção dos noviços. No dia seguinte, pela manhã, continuaram os estudos sobre a temática.

No primeiro capítulo do trabalho apontou-se para o fato de que a formação espiritual no período do noviciado não pode ser percebida durante a primeira parte da viagem, pois se tratava de uma experiência de caráter extraordinário e que seria possível perceber melhor essa questão durante o encontro dos noviciados na Ilha de Itaparica, já que ai a formação fora mais ordinária. Nesse sentido, parte da tarde do dia 25 o mestre dos noviços de Porto Alegre organizou uma troca de experiências entre os noviços dos três noviciados reunidos, sobre o retiro de 30 dias de Exercícios Espirituais. Segundo o relato do diário a experiência “foi muito

interessante e positiva, pois conseguimos lembrar bons momentos e pontos altos do retiro”.<sup>183</sup> A troca de experiências ocorreu em pequenos grupos e depois todos em plenário. Após assistirem ao telejornal, teve continuidade a atividade, porém, como partilha das experiências que cada um teve durante os exercícios. Apesar de não se tratar propriamente dos exercícios espirituais, a atividade de troca de experiência sobre os exercícios de 30 dias é representativa da formação espiritual dos noviços, pois se refere ao testemunho de sua vocação. A importância de tal testemunho é atestada no capítulo 8 da CG 31:

Na formação dos Noviços é de necessidade que tenham o primeiro lugar os Exercícios Espirituais, pois são de todas as provas a mais importante e fundamental. Sejam estes portanto, bem preparados, feitos no tempo mais conveniente e dados com toda a sua força e vigor espiritual. Pois, por meio deles, os Noviços são levados ao centro e ao coração da sua vocação, de cujo carisma vão tomar tal compreensão que ficam à altura de poderem já dar testemunho dele.<sup>184</sup>

Nesse sentido, se pode entender que a troca de experiências entre os noviços constituiu-se de uma série de testemunhos individuais que, sistematizados nos grupos, foram expostos para a coletividade em plenário, onde os noviços provavelmente destacaram os benefícios dos Exercícios em sua *familiaridade com Deus* por meio da oração, sua *abnegação, recolhimento, liberdade, paz e maturidade de espírito*, elementos de exigência na vida espiritual do jesuíta.

Outra questão que não se pode passar despercebida, no que se refere à atividade proposta pelo mestre Albano aos noviços, é que ela não está desvinculada dos estudos que vinham realizando nos dias 24 e 25 pela manhã. Ao estudar a formação na Companhia, fundando-se no capítulo 8, que coloca como questão central para a formação espiritual do jesuíta a prática de uma pedagogia alicerçada nos Exercícios Espirituais, o Pe. Albano estabelece uma relação entre a teoria, representada pelos estudos, e a prática, representada pelas trocas de experiências entre os noviços.

No dia 26 de Outubro, pela manhã, os noviços orientados pelo Pe. Albano Trinks deram continuidade aos estudos sobre a formação, porém, Pedro Canísio dá ênfase para a reflexão que o mestre havia lhes oferecido sobre “a realidade das atuais estruturas sociais e governamentais”. O interlocutor assim conclui sobre o tema: “Foi um assunto muito interessante para um conhecimento e critérios de consciência pessoal”.<sup>185</sup> É impossível deixar

---

<sup>183</sup> Diário do Noviciado Paulo Apostolo da Companhia de Jesus nº 18. 27 de Setembro de 1978 a 23 de Agosto de 1982. Dia 25/10/1978.

<sup>184</sup> XXXI Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1966. Decreto 3, capítulo 8. p. 62.

<sup>185</sup> Diário do Noviciado Paulo Apostolo da Companhia de Jesus nº 18. 27 de Setembro de 1978 a 23 de Agosto de 1982. Dia 26/10/1978.

de pensar sobre a tendência analítica utilizada na análise do Pe. Albano. A partir do que se tem argumentado aqui, entende-se que a Companhia, ao menos a que as fontes permitem analisar, está ligada à teologia da libertação no contexto em questão. Nesse sentido, é certo que a análise do mestre Albano tenha se orientado pelas teorias estruturalistas do marxismo, fundada na oposição dominante/dominado, opressor/oprimido.

Ao analisar a formação da teologia da libertação, Andrade em seu já referido texto, aponta que é de Gustavo Gutiérrez<sup>186</sup> a responsabilidade de ter apresentado a primeira proposta sistematizada de uma Teologia da Libertação. Contudo, interessa mais para essa pesquisa, entender as mediações teóricas utilizadas por ele para a interpretação da questão social. Segundo Andrade, tal interpretação do social se dá sob a perspectiva liberacionista, na qual tem-se a leitura de que a situação social exige uma mudança radical. Como elemento de exigência dessa mudança está a compreensão do protagonismo do homem na história, nesse sentido, Gutiérrez enfatiza o uso da ciência histórica de perspectiva marxista.<sup>187</sup> Concluindo essa questão Andrade aponta:

Em resumo, pode-se dizer que Gutiérrez lança as bases de um novo método teológico no qual o ponto de partida é a realidade social que se apresenta à fé com suas interrogações. A fé interpreta esta realidade e a influencia. Para que este processo tenha eficiência (no sentido de domínio e racionalidade no agir) a fé deve lançar mão na sua relação com o social de uma ciência histórica. Tal ciência é identificada com ciência de origem marxista, ainda que se rejeite uma interpretação dogmática e mecanicista da história. Assim por “ciência da história” fundada por Marx entende-se aquela na qual a perspectiva é econômica em oposição a qualquer outra de caráter idealista, na qual o cultural ou a consciência sejam apresentados como perspectiva fundamental.<sup>188</sup>

Nesse sentido, pode-se entender que a análise social exposta aos noviços pelo Padre Albano tenha se orientado por uma perspectiva econômica, por meio da qual se apresentou as contradições sociais produzidas pelo sistema de produção capitalista. A crítica ao capitalismo é construída pela compreensão de que a desigualdade social ou a injustiça social é elemento constitutivo desse sistema. A CG apresenta essa ideia, mas não usa a palavra capitalismo, expressa-se a partir da noção de estrutura que é uma produção dele: “Num mundo em que hoje se conhece a força das estruturas sociais, econômicas e políticas, em que se conhecem também seus mecanismos e leis, nele não podem o serviço evangélico deixar de exercer ação

---

<sup>186</sup> Cf. LIBANIO, J. B. *Gustavo Gutiérrez*, São Paulo:Edições Loyola, 2004; Almeida, J.C. *Teologia da Solidariedade: uma Abordagem da Obra de Gustavo Gutiérrez*, São Paulo: Edições Loyola, 2005.

<sup>187</sup> ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro de. Op. Cit. p. 59.

<sup>188</sup> Idem, p. 59-60.

adequada sobre tais estruturas”.<sup>189</sup> Nesse sentido, a mesma Congregação Geral estabelece como muito necessário o trabalho na promoção da justiça e na libertação do homem no plano social e das estruturas. Porém, destaca que esse não deve ser o único foco, pois “a injustiça deve ser atacada por nós nas suas raízes, que estão no coração do homem. Precisamos portanto de trabalhar na mudança das atitudes e tendências que geram injustiça e alimentam estruturas de opressão”.<sup>190</sup> Com isso, se observa que o combate às estruturas que geram as desigualdades começa pela construção de um pensamento diferente daquele acusado de gerar o cenário de injustiça. Assim, se entende que o foco da ação é o homem em sua forma de pensar e agir.

No dia 27 de Outubro pela manhã os noviços concluíram os estudos sobre a formação na Companhia tendo como base os decretos das Congregações Gerais 31 e 32 referentes ao tema.

Na terça feira, dia 30, os noviços voltaram a estudar a história da Companhia, desta vez o enfoque foi a Província do Brasil Meridional, iniciando o estudo sobre as Reduções dos Sete Povos das Missões, segundo Pedro, mais tarde puderam ver algumas imagens das ruínas de São Miguel Arcanjo, uma das reduções jesuíticas do século XVII localizada no atual estado do Rio Grande do Sul. No dia 31 pela manhã os noviços continuaram o estudo sobre as reduções atentando para os aspectos gerais da Companhia no Sul após a restauração da Ordem até a fundação da Província. Bem como a atuação dos jesuítas na administração de paróquias, colégios e seminários. Observa-se, dessa forma, que o estudo da história da Companhia é um dos temas de relevância no processo de formação no período do Noviciado. A CG 32 aponta, nesse sentido, para a necessidade de garantir na formação dos jesuítas, uma “familiaridade com as fontes da Igreja e da Companhia, com a sua história e as suas tradições”.<sup>191</sup>

No dia 3 de Novembro os noviços retomaram o estudo sobre a formação sob a orientação do Pe. Adriano. Os textos que fundamentaram o estudo fora as 3º e 4º partes das Constituições. A terceira parte trata da *conservação e progresso dos que estão em provação*, ou seja, dos que estão no período do noviciado. Ela está dividida em dois capítulos; o primeiro legisla sobre a *conservação quanto à alma e ao progresso nas virtudes*; o segundo quanto a *conservação do corpo*.

No que se refere à conservação da alma, as Constituições determinam que se deveria afastar os noviços “de toda a imperfeição e de qualquer obstáculo ao seu maior progresso

---

<sup>189</sup> XXXII Congregação Geral da Companhia de Jesus de 1975. Decreto 4, parágrafo 31, p. 49.

<sup>190</sup> Idem, parágrafo 32, p. 50.

<sup>191</sup> Idem, decreto 6, parágrafo 32, p. 91-92.

espiritual” para isso é recomendado que eles se relacionem apenas com pessoas e sobre assuntos que os ajudem a realizar o *divino serviço* na Companhia.<sup>192</sup> No cuidado com as relações dos noviços existem regras para sair de casa e para o convívio entre eles. Exige-se também um especial cuidado no controle dos sentidos: visão, audição e fala, por meio do silêncio, da “ponderação e edificação das palavras, na modéstia do rosto, gravidade no andar e em todos os gestos, sem sinal algum de impaciência ou soberba”.

Em tudo procurem e desejem dar preferência aos outros, estimando-os a todos interiormente como se lhes fossem superiores, e tratando-os exteriormente com o respeito e deferência que pede o estado de cada um, com naturalidade e simplicidade religiosa.<sup>193</sup>

Quanto à alimentação, recomenda-se “a temperança, a modéstia e a decência interior e exterior”. Todos devem manter-se ocupados, evitando a ociosidade entendida pelas constituições como “a origem de todos os males”. Para se exercitarem na pobreza, tem-se como fundamento o uso das coisas como se não lhes pertencesse. Nesse sentido, nada podem emprestar, tomar ou dispor da casa sem que isso seja informado e aprovado pelo superior.

Segundo as Constituições é, ainda, dever dos noviços examinar sua consciência, confessar-se e comungar no mínimo a cada oito dias, não é obrigatório que se confesse com um único confessor, porém não se recomenda que sejam muitos e que a confissão ocorra com alguém a quem o noviço tenha a *consciência totalmente* aberta.

Este capítulo, também aponta para a necessidade de prevenção das tentações, aplicando um exercício inversamente proporcional a tentação, por exemplo, quando alguém é propenso à soberba deve ser exercitado em ofícios humildes. Nesse sentido, aconselha-se que as mulheres não entrem nas casas e colégios, a menos que, em casos específicos, o superior conceda autorização para isso.

Nas regras de que se está tratando, estabelece-se ainda, que se deve tirar proveito até mesmo de suas doenças, como instrumento de edificação de si e dos outros, demonstrando paciência e obediência aos que o tratam, mostrando aceitar a doença como um dom não menor do que a saúde. Além disso, evidencia-se o fato de que não se deve admitir diferenças de doutrina.

Não se deve admitir doutrinas novas. Se houver opiniões em desacordo com aquilo que a Igreja e os seis doutores comumente sustentam, devem ser submetidas ao que for decidido na Companhia. Mesmo em pontos sobre os quais os Doutores católicos

---

<sup>192</sup> Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares, Edições Loyola, São Paulo, 1997. Terceira parte, Capítulo I, nº 244, p. 101.

<sup>193</sup> Idem, nº 250, p. 103

defendem opiniões divergentes ou opostas deve procurar-se a conformidade na Companhia.<sup>194</sup>

As Constituições entendem que a diversidade doutrinal “costuma ser mãe da discórdia e inimiga da união das vontades”. Para evitar os desviantes é aconselhado que todas as semanas seja ensinada a doutrina cristã. Considera-se intolerável a existência entre as pessoas da casa, de paixão ou aversão um pelo outro. As constituições procuram incentivar o exercício da pregação dentro de casa, por meio da qual se deve expressar a abnegação de si mesmo, as virtudes e toda a perfeição, e exortando-se a tudo isso, especialmente à união e à caridade fraterna. Incentiva-se também o cumprimento de ofícios que exercitam mais a humildade e a caridade, é parte integrante dessas virtudes a obediência que se considerou no primeiro capítulo desse trabalho. Outra normativa que visa o progresso das almas orienta para que, todos amem a pobreza como mãe, sendo importante, por vezes, sentirem alguns efeitos dela.

Por fim, as Constituições estabelecem que essas normativas aqui expostas ou outras que as equivalham, como os decretos das Congregações Gerais, sejam lembradas ao e pelos noviços semanalmente ou, no máximo, quinzenalmente. Recomenda-se que todos, várias vezes ao ano, peçam perdão ao Superior que lhes deve impor penitências pelas faltas na observância das regras, já que, assim mostrar-se-ão empenhados em progredir na sua espiritualidade.

Apontou-se que a conservação do corpo também é fonte de preocupação na Companhia. Tal preocupação é tema do capítulo II da terceira parte das Constituições. Nessa parte aponta-se para o fato de que não se deve haver exageros nos cuidados com o corpo, mas que eles são fundamentais para a conservação da saúde e forças físicas. Assim, “quando sintam que alguma coisa lhes faz mal, ou que outra lhes é necessário quanto a alimento, vestuário, habitação, ofício ou trabalho, bem como qualquer outra coisa devem avisar o superior ou quem ele para isso designar”.<sup>195</sup> Porém, antes de ser considerado necessário, o noviço deverá recolher-se em oração para discernir quanto à necessidade para depois fazer o pedido ao superior. Independentemente da decisão do superior de conceder ou não o solicitado, o que expõe aquilo de que precisa não deve discutir ou insistir quanto à decisão.

Para *conservação do corpo* as Constituições determinam que haja uniformidade entre as horas das refeições, do sono e do despertar. Recomenda-se que não falte o necessário para a conservação das forças físicas, fundamentais ao *serviço e louvor*, porém “no uso das roupas

---

<sup>194</sup> Idem, nº 275, p. 108

<sup>195</sup> Idem, nº292, p. 113.

tenha-se o fim dela que é defender do frio e da indecência. De resto, os que estão em provação é bom que na maneira de se vestir se ajudem a mortificar-se e abnegar-se a si mesmos”.<sup>196</sup>

Quanto ao trabalho na casa recomenda-se não sobrecarregar ninguém com trabalhos físicos, mas considera-se positivo algum exercício corporal, considerando-se importante:

por uma hora ou duas depois das refeições, sobretudo no verão, não deve permitir-se, na medida do possível, exercícios violentos de corpo ou espírito. Mas poderão durante esse tempo ocupar-se em outros trabalhos fáceis. E mesmo fora dessas horas, não convém prolongar demasiado o trabalho sem alguma interrupção ou conveniente recreação.<sup>197</sup>

O mesmo cuidado se deve ter quanto às abstinências e vigílias e outras penitências e fadigas exteriores. A saúde também é causa de preocupação, dessa forma entende-se como necessário que haja alguém na casa, como um enfermeiro, por exemplo, que possa ajudar com aqueles a que a saúde requer cuidados especiais.

No que se refere à Terceira Parte das Constituições, esses foram os temas que os noviços estudaram sob a orientação do Pe. Adriano. Quanto à Quarta Parte das Constituições, por se tratar da formação intelectual na Companhia, tema que fora apresentado no primeiro capítulo, ela não será apresentada aqui. Após o fim de semana de apostolado, no dia 06/11 deu-se continuidade, no período da manhã, os estudos das referidas partes das Constituições que foram concluídos no dia 07/11/ 1978.

Na parte da tarde do dia 6, os noviços separados, cada qual com sua província, promoveram uma reflexão acerca das experiências realizadas em Mar Grande levando em conta os seguintes aspectos: vida de oração, estudo, pastoral, reflexão, lazer, vida comunitária e vivência pessoal. É notável o fato de que Pedro Canísio, responsável pelas anotações no diário, tenha salientado que a reflexão se tratou de “uma revisão sobre os pontos positivos e aplicações práticas para o noviciado sobre a experiência aqui em Mar Grande”. A noção de aplicação prática refere-se à formação que os noviços vinham tendo nessa experiência em específico e que eles deveriam levar por toda sua formação e vida religiosa na Companhia. Assim, essa “revisão”, parece mais uma avaliação do que os noviços interiorizaram ao longo das atividades, assim, nessas ocasiões, o mestre poderia, a partir da exposição dos noviços, adequar o significado da experiência em consonância com o que se pede na Companhia, ou seja, a reflexão proposta pelo mestre visa adequar nos noviços o significado ideal da experiência segundo as diretrizes da Companhia.

---

<sup>196</sup> Idem, n°297, p. 114.

<sup>197</sup> Idem, n° 299, p. 114.

No dia 7 de Novembro, na parte da tarde, os noviços produziram uma avaliação da realidade econômica e social do povo de Itaparica em comparação com a brasileira. Essa avaliação foi produzida a partir da confrontação dos dados recolhidos pelos noviços durante seu apostolado com dados da realidade econômica e social do Brasil. Essa análise comparativa fora produzida por um ecônomo da Companhia de Salvador chamado Gabriel. Segundo Pedro, ele além de ecônomo era envolvido em movimentos de bairros e operários. Pedro não traz nenhuma consideração acerca das conclusões a que chegaram com a confrontação dos dados, mas chama a atenção para a inserção do ecônomo Gabriel em meio a movimentos populares, o que permite compreender que esse tipo de ação, como foi apontado várias vezes, representa um ideal para Pedro.

Os dados recolhidos pelos noviços ao longo de seu apostolado na Ilha de Itaparica foram entregues a D. Tomaz, bispo auxiliar do Cardeal D. Avelar Brandão, da arquidiocese a qual pertence Ilha de Itaparica, em um encontro que contou com a presença do vigário da Paróquia de Vera Cruz o Pe. Polito. Segundo Pedro Canísio,

O objetivo desse encontro com o bispo e o vigário foi para trocarmos algumas experiências sobre o nosso trabalho como o povo da ilha e também entregarmos um relatório de dados concretos da realidade do povo e sugestões para o vigário de como trabalhar. Eles ficaram muito satisfeitos com o encontro e debate.<sup>198</sup>

É notável, nesse sentido, o fato de que Pedro ressalta a importância dos trabalhos realizados por eles na Ilha de Itaparica e que ele se sente figura importante nessa produção. Além disso, observa-se o fato de que ele coloca os que trabalharam na produção dos dados, incluindo ele, como, de certa forma, uma voz autorizada para falar sobre a forma de lidar na ação junto às pessoas daquela localidade. Com isso, observa-se a importância reconhecida por Pedro quanto à análise do lugar ou como na metodologia da teologia da libertação, no momento do ver. A Companhia percebe a importância da análise do lugar ao apontar por meio da CG 32:

Em nenhum caso podemos dispensar uma análise, a mais rigorosa possível, da situação quanto ao aspecto social e político. É preciso aplicar nessa análise as ciências tanto sagradas como profanas e as diversas disciplinas especulativas ou práticas. Tudo isso requer estudos profundos e especializados. Nada poderá dispensar também um discernimento sério sob o ponto de vista pastoral e apostólico.<sup>199</sup>

---

<sup>198</sup> Diário do Noviciado Paulo Apostolo da Companhia de Jesus nº 18. 27 de Setembro de 1978 a 23 de Agosto de 1982. Dia 30/10/1978.

<sup>199</sup> XXXII Congregação Geral da Companhia de Jesus de 1975. Decreto 4, parágrafo 44, p. 54.

Fundamentado nisso, provavelmente tem-se a ideia de voz autorizada, quer dizer, somente quem conhece a realidade poderia agir sobre ela, trabalhando para a libertação, tanto espiritual como material do homem, e isso, como se apontou, representa aquilo que Pedro entende como primordial. Enfim, a partir da análise das condições sociais e econômicas do lugar, os jesuítas ali reunidos produziram algumas considerações, inclusive de como deveria ser a ação evangelizadora. Contudo, se quiser pensar a partir dos três passos da metodologia da teologia da libertação: ver, julgar e agir, os noviços em formação na Ilha de Itaparica teriam parado na primeira etapa já que logo no dia 9 de Novembro foram para Salvador, de onde partiram para Belo Horizonte. Contudo, em nenhum momento se tem explicitado na documentação que o método de trabalho apostólico posto em prática pelos noviços tenha sido esse.

Apesar da crítica, observa-se uma organicidade na formação dos noviços nessa etapa da formação, tendo em vista que no dia 7, na parte da noite, os noviços individualmente elaboraram uma revisão do mês que permaneceram na Bahia, essa revisão teve como ponto de partida os objetivos propostos no início do encontro. Nesse sentido, essa revisão também teve um caráter avaliativo, pois parte de uma expectativa, representada pelos objetivos e finda nas conclusões sobre o encontro, ou como se escolheu ao pensar com Fleck, parte de um horizonte de expectativa para o horizonte de experiência ou realidade. No dia 8 pela manhã, também individualmente, os noviços elaboraram o perfil do jesuíta baseando-se nos estudos realizados durante o encontro. Com isso, observa-se a referida organicidade, levando-se em conta que os noviços realizaram conclusões a cerca do encontro quanto aos diferentes elementos que compõe sua formação, a saber: intelectual, espiritual e apostólico.

Outro tema que enunciamos discutir nesse capítulo faz referência às experiências apostólicas que os noviços desenvolveram nos finais de semana. No primeiro capítulo da dissertação apresentaram-se os elementos teóricos ou de horizonte de expectativa sobre a noção de apostolado, aqui propõe-se analisar o exercício prático expresso no cotidiano. Apesar de a escrita jesuítica caracterizar-se mais como expectativa do que como experiência, tem-se a intenção de perceber como o apostolado se dá na prática, a partir dos relatos do diário do noviciado.

A atividade apostólica programada para o período do encontro dos noviciados do Brasil seguiu um cronograma diferente das atividades de estudo e oração, pois elas ocorreram nos finais de semana. No dia 13/10/1978 no período da tarde, os noviços receberam a visita do Pe. Polito, então vigário da paróquia de Vera Cruz, da Ir. Luiza que, segundo Pedro Canízio, trabalha com o povo de Mar Grande e da professora Nice. Essas pessoas estavam ali

para, de acordo com a descrição, “dar algumas orientações sobre os costumes, o tipo do povo que mora aqui na ilha”.<sup>200</sup> Os indivíduos que ali estavam imbuídos de falar sobre as pessoas do lugar, todos os três ocupam um lugar dentro da cultura letrada daquela localidade, haja vista estar-se tratando de dois religiosos e uma professora.

Quanto à necessidade de conhecer a cultura da sociedade em que se está inserido, a Companhia depreende algumas reflexões na CG 32 apontando que:

A inserção apostólica toma já agora formas diversas segundo as regiões. Quaisquer que sejam essas formas, elas supõe sempre em nós a formação sólida, forte coesão comunitária e consciência bem clara da nossa identidade. Em toda a parte elas devem também ter em conta a aculturação<sup>201</sup>, necessária em qualquer lugar para a proclamação do evangelho e para a aceitação de Jesus Cristo, segundo a variedade das nações, dos grupos ou classes, e dos meios.<sup>202</sup>

A citação evidencia o fato de que a inserção apostólica exige que o jesuíta reconheça e entenda sua identidade. Ligando essa afirmação ao contexto de formação específico que se está analisando, entende-se que o noviço deveria identificar-se como um companheiro de Jesus, alistado sob o estandarte da Cruz numa batalha, cujo combate é feito em nome da fé e da justiça. Nesse sentido, tudo o que se tem apontado com relação a Pedro Canísio, no que diz respeito as suas reações e ênfases quando colocado em contato com uma situação de pobreza ou ação social, reveste-se de sentido. Assim, pode-se apontar que o escritor do diário compreende e até mesmo deseja participar do combate contra as injustiças, porém, tendo em vista o estudo realizado até aqui, compreende-se que o noviciado caracteriza-se mais por uma formação que visa à preparação para o serviço, do que propriamente um serviço, quer dizer, os exercícios apostólicos, se aproximam mais de uma experiência de aprendizado, que de uma ação para transformar as estruturas sociais “em vista da libertação tanto espiritual como material do homem” que está estreitamente ligada à obra da evangelização “embora isso não nos dispense nunca de trabalhar diretamente com as mesmas pessoas, que são vítimas da injustiça das estruturas e também com as que nestas têm alguma responsabilidade ou influência”.<sup>203</sup>

---

<sup>200</sup> Diário do Noviciado Paulo Apostolo da Companhia de Jesus nº 18. 27 de Setembro de 1978 a 23 de Agosto de 1982. Dia 13/10/1978

<sup>201</sup> A Companhia intitula aculturação o processo de adentrar na cultura do outro. Sobre o tema ver: AZEVEDO, Marcelo de Carvalho. **Comunidades Eclesiais de Base e a inculturação da fé: a realidade das CEBs e sua tematização teórica na perspectiva de uma evangelização inculturada**. São Paulo: Loyola, 1986. Do mesmo autor ver também: **Modernidade e Cristianismo: o desafio da inculturação em enfoque antropológico cultural**. São Paulo: Loyola, 1981.

<sup>202</sup> XXXII Congregação Geral da Companhia de Jesus de 1975. Decreto 4, parágrafo 36, p. 51.

<sup>203</sup> Idem. Decreto 4, parágrafo 40, p. 53.

Outro decreto da CG 32 que ilustra também a importância quanto ao conhecimento das questões sociais, econômicas e políticas para a ação em vista da promoção da justiça, aponta que:

As comunidades jesuíticas deveriam ajudar cada um dos seus membros a vencer as resistências, temores e apatias, que impedem a compreensão verdadeira dos problemas sociais, econômicos e políticos que se põem na cidade, na região ou no país, até mesmo a nível internacional. A tomada de consciência de tais problemas ajudará a descobrir como se há de anunciar melhor o Evangelho e como se há de participar, de modo específico e sem procurar suplantando outras competências, nos esforços requeridos para uma promoção real da justiça.<sup>204</sup>

Já se apontou para o fato de que os trabalhos apostólicos na Ilha de Itaparica resultaram na produção de dados quanto a realidade sócio-econômica de seus moradores. A partir desses dados se construiu um relatório, apontando qual seria a melhor forma de atuar naquela comunidade. Nesse sentido, pode-se considerar que a necessária adaptação da formação às normas da CG 32, anunciadas por Pedro, tem aí um ponto nodal: A atividade apostólica desempenha sua função levando em conta as indicações apresentadas pela XXXII Congregação Geral da Companhia de Jesus, por tanto, a referida adaptação pode ser percebida na formação dos noviços no encontro dos noviciados jesuíticos do Brasil em 1978.

Depois da visita do Pe. Polito, da Ir. Luiza e da professora Nice, na parte da noite, os noviços, em grupos, traçaram um planejamento fundamentado, evidentemente, nas impressões produzidas a partir da fala de seus consultores para os trabalhos de apostolado de sábado e domingo. Formaram-se quatro grupos, sendo que cada um fora destinado a uma localidade específica para desenvolver o apostolado. Os povoados em questão são: Mar Grande, Gamboa, Gameleira e Barra do Gil, todos pertencentes à Paróquia de Vera Cruz. Os grupos foram formados mesclando os jovens jesuítas dos três noviciados.

É importante ressaltar que Pedro Canísio, por ser o redator do diário, ficou no grupo que desenvolveu o apostolado em Mar Grande, a única localidade que permitia o retorno dos noviços para casa, tanto no horário do almoço quanto no fim do dia. Nos demais povoados, devido à distância, os noviços saíam no sábado pela manhã e retornavam no domingo à tarde. Isso é importante quanto à representatividade da fonte, tendo em vista que, com exceção, das trocas de experiências entre os noviços, não haveria outra forma de Pedro saber como se dava o apostolado nas demais regiões, assim, tem-se a consciência da limitação dessa fonte enquanto mecanismo de conhecimento de todas as atividades desenvolvidas pelos noviços

---

<sup>204</sup> Idem. Decreto 4, parágrafo 43, p. 53.

naquele contexto. Outra questão limitadora do acesso às experiências apostólicas dos noviços é o pequeno espaço dedicado à descrição dessas atividades no diário da casa. De qualquer maneira, o diário do noviciado traz interessantes informações que demonstram a diversidade da prática apostólica desenvolvida durante o encontro dos noviciados do Brasil.

Os noviços foram divididos em quatro grupos, de acordo com o número de povoados. Na formação dos grupos mesclaram-se os noviços das diferentes províncias reunidos na Ilha de Itaparica. No sábado, dia 14/10/1978, os noviços tiveram seu primeiro contato com os moradores da paróquia de Vera Cruz. Os noviços que estavam nos povoados distantes regressaram no domingo para o jantar às 19hs e 30min. Segundo Pedro, foram muitos os comentários entusiasmados dos noviços com relação à atividade apostólica. Isso é representativo da importância dada ao apostolado, é possível perceber um maior entusiasmo nas descrições de Pedro com relação ao apostolado que em relação aos estudos. Tem-se, nesse sentido, a expressão da importância dada ao apostolado na formação dos noviços e na experiência que aqui se analisa, dada ao apostolado social. Observando as CGs 31 e 32 percebeu-se que a ênfase dada ao apostolado social compreende o processo de adaptação ao expresso no Concílio Vaticano II quanto à pastoralidade.

Na sexta-feira, dia 20 de Outubro, após assistirem ao telejornal, os grupos de apostolado reuniram-se para organizar seus trabalhos pastorais para o final de semana. Pedro descreve que o grupo de apostolado de Mar Grande fez, no sábado à tarde, uma reunião com os jovens de Riachinho, que é uma comunidade de Mar Grande. À noite prepararam a missa de domingo que foi celebrada pelo Pe. Albano no Terreiro de Candomblé do Pai de Santo Sr, Jaime. Ao relatar o resultado da missa, Pedro aponta: “a missa no Terreiro do Sr. Jaime foi um sucesso, veio tanta gente que encheu o terreiro e ainda muita gente ficou fora, mas mesmo assim todos participaram ativamente”.<sup>205</sup>

O grupo do povoado de Gamboa também preparou a missa de domingo que foi realizada à tarde. No domingo pela manhã, além da missa no terreiro, outras atividades movimentaram o grupo de Mar Grande. Os noviços Francisco e Pedro foram acompanhados das Irmãs religiosas Luiza e Clara para a Juerana, que pertence ao povoado de Mar Grande. Pedro e Francisco visitaram as famílias coletando os dados que, como se viu, mais tarde seriam analisados, as Ir. Clara e Luiza deram catequese para as crianças. Nessa mesma ocasião programou-se uma procissão e missa para o domingo seguinte.

---

<sup>205</sup> Diário do Noviciado Paulo Apostolo da Companhia de Jesus nº 18. 27 de Setembro de 1978 a 23 de Agosto de 1982. Dia 22/10/1978

Ainda no domingo, dia 22 de Outubro, na parte da tarde os noviços que compunham o grupo de Mar Grande participaram da inauguração de um campo de futebol em Riachinho. Segundo Pedro, “jogaram os casados contra os solteiros, os jogadores eram todos do Riachinho. O juiz do primeiro tempo foi o Pe. Albano”.

Essas informações dizem muito sobre o caráter da atividade apostólica promovida pelos noviços da Companhia. Já se sabe que a visita às famílias tinha como objetivo a produção de dados sobre a realidade socioeconômica dos moradores da Ilha de Itaparica. Contudo, a participação da inauguração de um campo de futebol representa mais o interesse de inserção na comunidade, a partir dos interesses das pessoas que a compõe, ou seja, participar da inauguração do campo é representativo da necessidade de estar entre aqueles que interessam para a Igreja naquele momento histórico em específico, compartilhando daquilo que faz sentido pra eles. Pode-se entender com isso, que a Companhia procura promover a aproximação entre o clero e o povo, buscando até mesmo promover o que entendiam ser *Igreja-povo de Deus*.

No decorrer dos últimos anos, preocupou-se a Igreja exprimir mais plenamente sua catolicidade, prestando mais a atenção à diversidade dos seus membros. Mais que no passado, preocupa-se ela hoje por assumir a identidade de grupos e nações, as suas aspirações tanto a um desenvolvimento sócio-econômico como a uma inteligência do ministério cristão que estejam de acordo com a sua história e tradições próprias.<sup>206</sup>

A Companhia intitula aculturação o processo de adentrar na cultura do outro, levando-se em conta que o trabalho deveria ser “orientado para a encarnação da fé e da vida eclesial na diversidade das tradições e culturas próprias dos grupos que deseja servir, e orientado ao mesmo tempo para a comunhão de todos os cristãos na unidade da mesma fé”.<sup>207</sup> A missa no terreiro, por sua vez, marca essa noção expressa na CG 32, pois representa uma tentativa de apropriar-se da realidade religiosa local como ponto de partida para o anúncio do Evangelho.

A “encarnação” do Evangelho na vida da Igreja exige que Cristo seja anunciado e encontrado de maneiras diferentes, segundo a diversidade dos países e dos ambientes, tendo em conta as riquezas próprias. Além disso, em várias comunidades cristãs, especialmente na África e na Ásia, está “economia da encarnação” requer diálogo mais profundo com os herdeiros de grandes tradições religiosas não-cristãs. Os jesuítas que trabalham nesses países devem-no ter em conta. Em certas nações do Ocidente que parecem já não poder usar o nome de cristão, a linguagem da teologia e da oração tem de ser renovada. Por fim, nos países onde reinam ideologias abertamente ateias, a pregação renovada do Evangelho reveste importância especial. Em toda a parte, o anúncio da Boa Nova, para ser efetivamente acolhido, exige não

<sup>206</sup> XXXII Congregação Geral da Companhia de Jesus de 1975. Decreto 4, parágrafo 53, p. 57.

<sup>207</sup> Idem, parágrafo 55, p. 58.

só que as nossas vidas sejam marcadas pelo testemunho de justiça a que Cristo nos chama, mas também que as estruturas da reflexão teológica, da catequese, da liturgia e da ação pastoral sejam adaptadas às necessidades que a experiência real do meio tenha manifestado.<sup>208</sup>

Não é possível determinar se de fato a missa no Terreiro de Candomblé tenha tomado características diferentes do ritual católico tradicional. Porém, o fato de ter incorporado o templo não cristão ao ritual Cristão da missa, pode ser entendida como um esforço em dialogar com uma tradição não cristã ou como uma tentativa de levar a *Boa Nova* àqueles que ainda não a conhecem. A missa no terreiro pode ainda representar uma experiência de pregação renovada do Evangelho. De qualquer forma, essa celebração marca o esforço de adaptação da Igreja, representada nesse caso pelos jesuítas, com relação à cultura religiosa local.

Além do que se apontou aqui, a descrição das atividades apostólicas dos noviços demonstram qual o teor de seu trabalho: visitam famílias, organizam missas e procissões, catequizam crianças, reúnem-se com jovens, participam da vida na comunidade de forma geral.

Como de costume, na sexta-feira, dia 27/10/1978, na parte da noite, teve início a preparação para o apostolado, na qual os noviços em seus respectivos grupos organizavam o dia de trabalho, a partir de atividades previstas para o fim de semana. No sábado, depois de passar o dia em apostolado, os grupos de Mar Grande e Gameleira foram assistir a uma sessão de Candomblé no terreiro onde havia ocorrido a missa na semana anterior. A ida dos noviços à sessão conclui em favor da ideia de que existiu de fato um diálogo entre essas tradições religiosas, não é possível, contudo, analisar as tensões que permearam tal diálogo. No domingo os noviços continuaram seu apostolado. Como programado o Pe. Albano celebrou missa em Juerana.

No dia 03 de Novembro, os noviços iniciaram a preparação para seu último fim de semana de apostolado na Ilha de Itaparica, no qual ocorrerá celebração de encerramento do encontro dos Noviciados do Brasil. No sábado, a equipe de Mar Grande iniciou os preparativos para o que Pedro chamou “de grande concentração na praça da Igreja matriz das delegações de Mar Grande, Gambôa, Gameleira e Barra do Gil”.<sup>209</sup>

---

<sup>208</sup> Idem. Decreto 4, parágrafo 54, p. 57-58.

<sup>209</sup> Diário do Noviciado Paulo Apostolo da Companhia de Jesus nº 18. 27 de Setembro de 1978 a 23 de Agosto de 1982. Dia 04/11/1978

Quanto ao dia de domingo, Pedro descreve: “Realizou-se hoje a concentração do povo desta paróquia de Vera Cruz para finalizarmos nossa missão com o povo desta ilha”.<sup>210</sup> Segundo Pedro, “o povo veio em forma de procissão com um Santo de cada povoado. Ao todo chegaram seis Santos, um de Barra do Gil, Bamboa, Gameleira, Ilhota, fonte da Prata e Riachinho”.<sup>211</sup> Após a missa, que terminou às 17hs e 30min, ocorreram algumas apresentações teatrais e musicais, organizadas pelos jovens de alguns povoados. Por fim o dia terminou com o oferecimento de um coquetel aos noviciados por parte da Ir. Luiza e Dona Otília.

É importante notar que Pedro entende suas atividades apostólicas como uma missão. A idéia de missão é mesmo muito latente na Companhia, como o jesuíta é um *homem de braços dados com a missão*, toda ação é entendida como missionária. A própria definição da identidade do Jesuíta confunde-se com a missão da Companhia, o que explica a referida compreensão de Pedro Canísio Schroeder.

Nesse capítulo, buscou-se apresentar, a partir das atividades cotidianas dos noviços em formação na Companhia de Jesus, os elementos que integram sua formação na prática. Nesse sentido, pode-se observar como ocorreu a formação espiritual, com as trocas de experiências sobre o retiro de Exercícios Espirituais, a formação apostólica com as atividades realizadas nos finais de semana e a formação intelectual que caracterizou-se pelo estudo da história da Companhia, bem como, das normas das Constituições e de decretos da CG 32, além disso, produziram um esforço intelectual na produção da análise da realidade socioeconômica dos habitantes da Ilha.

---

<sup>210</sup> Idem, dia 05/11/2012.

<sup>211</sup> Idem.

### CAPÍTULO III

#### A TRANSFERÊNCIA DO NOVICIADO PAULO APÓSTOLO COMO ESFORÇO DE ADAPTAÇÃO AOS DECRETOS DA CONGREGAÇÃO GERAL XXXII

Nesse capítulo será apresentado o debate quanto aos motivos que levaram à mudança do noviciado de Porto Alegre para Cascavel e como esses motivos se articulam com as transformações ocasionadas pela revisão do carisma da Companhia, promovidas em especial pela CG 31 no ano de 1965 e pela CG 32 de 1975. Os argumentos utilizados para legitimar a transferência encontram-se num documento intitulado *Projeto de Noviciado*. Nesse sentido, propõem-se um diálogo entre as fontes a fim de entender a relação entre a transferência do noviciado e a proposta de adaptação aos decretos da CG 32. Para apoiar as considerações no que se refere à realidade de Porto Alegre no período que antecedeu a transferência, tem-se o apoio das consultas realizadas na reunião dos superiores da Província do Brasil Meridional, bem como das cartas enviadas ao Prepósito Geral da Companhia em Roma, por meio das quais foi feito o pedido de permissão para a realização da transferência e discutidas as questões referentes ao tema. Outro documento a ser analisado é a ata da reunião dos superiores realizada entre os dias 13 e 14 de Setembro de 1978, nela fora apresentada pela primeira vez a ideia da transferência.

Inicialmente será desenvolvida a apresentação e análise da referida ata, na qual têm-se evidenciado que a adaptação ao decreto 4º da CG 32<sup>212</sup> estava sendo discutida na Província do Brasil Meridional.

Às 8hs e 30min do 1º dia foram iniciados os trabalhos previstos na agenda, com uma celebração eucarística, presidida pelo Pe. Inácio Justen. Em seguida, houve a reunião do grande grupo para a introdução ao assunto, coordenada pelo Pe. Provincial. Este distribuiu os participantes em três grupos de seis, para verificar quais as exigências do Decreto 4º da CG 32 que obtiveram no levantamento prévio, realizados nas

---

<sup>212</sup> Intitulado a nossa missão nos dias de hoje: diaconia da fé e promoção da justiça, o 4º decreto da CG 32, estabelece como missão da Companhia o serviço da fé, do qual a promoção da justiça constituiria uma exigência. Definiu-se, além disso, que seria necessário retomar dar atenção especial ao sentido de corpo apostólico, de comunidade apostólica e de obediência para a missão, e que se deveria ainda renovar a função do Superior no discernimento apostólico individual e comunitário. O decreto aponta, também, para a necessidade de desenvolver um conhecimento mais profundo dos homens, das suas aspirações e modo de sentir, bem como para a necessidade de uma real inserção no meio deles, sobretudo entre os que vivem em condição de pobreza e injustiça. Por fim o decreto “convida” os jesuítas a examinar seu estilo de vida e de sua capacidade de transmitir suas convicções aos que não compartilham da mesma fé que eles.

comunidades da Província, a nota mais alta e a nota mais baixa, conforme a escala indicada no roteiro.<sup>213</sup>

A partir dessa análise estabeleceu-se a pauta dos trabalhos para o segundo dia da reunião, ocasião em que foram desenvolvidos “projetos concretos de ação”, a fim de definir estratégias de execução em função de exigências consideradas prioritárias em nível de setor e de província. Reuniram-se os grupos para desenvolver os projetos que foram apresentados para debate em plenário. Segundo a documentação, todos os projetos foram aprovados de imediato, com exceção dos números 6 e 8, que passaram por debates mais longos antes de serem votados. Tendo em vista que esses projetos visam definir estratégias de ação para a adaptação ao Decreto 4º da CG 32, entende-se como fundamental a apresentação deles uma a uma:

1. *Retiros comunitários para os que trabalham no setor paroquial.* O objetivo desse projeto era de proporcionar uma constante revitalização do serviço da fé e promoção da justiça nos trabalhos do setor paroquial. Incluíram-se, assim, os retiros no planejamento das comunidades.
2. *Atendimento justo aos funcionários.* Por meio desse projeto, decidiu-se dar prioridade aos funcionários da Companhia na promoção da justiça observando, a partir de uma linha de formação humana, religiosa e profissional, as condições de trabalho e de remuneração.
3. *Inserção na Igreja Local.* Esse projeto salientou que as paróquias e capelas deveriam se inserir na pastoral de conjunto das Dioceses e Regionais.
4. *Paróquias de periferia.* Tal projeto enfatizou o dever em manter e assumir as paróquias de periferia.
5. *Solidariedade com os pobres.* O objetivo desse projeto era influenciar os que trabalhavam nas dioceses para que assumissem a causa dos pobres. O meio para produzir tal influência, seria desenvolvendo um assessoramento e acompanhamento dos vigários e coadjutores, por meio de indicações de bibliografias que, segundo o projeto, adequaria a ação deles, bem como pela racionalização da administração das paróquias.
6. *Dinamização de cursos sobre a realidade em que se situa o Decreto 4º.* Esse projeto exigiria um intenso envolvimento dos participantes por regiões, já que seria a realidade que se vivia em cada uma delas que dá sentido aos cursos. Nesse

---

<sup>213</sup> Ata da reunião dos superiores de 13-14/09/1978. Cúria Provincial, C. P. 2446, p. 1.

sentido, os temas estudados nos cursos deveriam fornecer os elementos de análise para questões sociais, econômicas e políticas. Esse foi um dos projetos que não foi aceito imediatamente pelo plenário. Alguns discordaram por acreditar que havia uma saturação de cursos nas ocasiões de engajamento concreto de todos em paróquias de periferia no período das férias ou em experiências de estágio. Em oposição, por sua vez, apresentou-se a ideia de que o problema central na prática da compreensão do social e da promoção da justiça estaria na vinculação entre a realidade e a fé. Daí deriva a compreensão dos superiores de que se tornaria necessário refletir sobre a realidade concreta, em que cada um dos participantes de tais cursos vivia.

7. *Ação social do setor educacional*. Propôs “vincular as atividades educacionais na dimensão da formação social, engajando obra educacional e comunidade em obras especializadas no atendimento social”, Segundo a documentação, essa ação atenderia a exigência do Decreto 4º da CG 32 quanto à colaboração com os outros na promoção da justiça.
8. *Consecução do nº 49 do Decreto 4º e do nº 7 do Decreto 12*. Nesse caso é importante citar na íntegra os decretos a que se refere o projeto proposto. O nº 49 do Decreto 4º determina:

Frequentemente a nossa proveniência e também os nossos estudos e as nossas afinidades, “protegem-nos” da pobreza e até da vida simples e das preocupações do dia a dia. Temos acesso a certos saberes e a certos poderes, coisas de que a maior parte da gente não goza. Será, portanto, necessário que um maior número dos Nossos partilhe, mais de perto, a sorte das famílias de rendimento modesto: daqueles que, em todos os países, constituem a maioria, muitas vezes pobre e oprimida. E será necessário que, graças a solidariedade que nos vincula todos ao mesmo corpo da Companhia, e graças à comunicação e permuta fraterna, nos tornemos todos sensíveis às dificuldades e às aspirações dos mais desprotegidos por meio dos Nossos que as vivem mais de perto. Assim aprenderemos a fazer nossos os seus cuidados, preocupações e esperanças. Só por este preço, é que, pouco a pouco, a nossa apregoada solidariedade se tornará real.<sup>214</sup>

O número 7 do decreto 12 expressa no seguinte sentido:

O fim da reforma abaixo indicada é, numa palavra, “corresponder às exigências desta pobreza real e não fictícia<sup>215</sup>”. Neste nosso mundo em que tantas pessoas morrem de fome, ninguém pode assumir de ânimo leve o título de pobre. É pena que não haja outro nome para designar esta característica da vida religiosa, uma vez que com o nome de pobreza se designam realidades muito diversas. A pobreza religiosa deve esforçar-se por limitar ao mínimo o consumo de bens materiais, de preferência

---

<sup>214</sup> XXXII Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1975. Decreto 4, Parágrafo 49, p. 55.

<sup>215</sup> C.G. XXXI, decreto 18, nº 7; AR XIV, 913.

a aumenta-lo. Será impossível amar a pobreza e sentir suas consolações escondidas, sem experimentar alguns dos seus efeitos atuais. O teor de vida das nossas comunidades não deve exceder o de uma família de condições modestas, cujos trabalhadores se têm de esforçar para a conseguirem sustentar. As comunidades devem discernir em deliberação sincera com os Superiores quais sejam as exigências concretas daquela regra. Sujeitem-se, pois, a diligente exame a alimentação, as bebidas, as roupas, as habitações, e em especial as viagens, as recreações, o uso dos automóveis e das casas de campo, as férias, etc. Pondere-se também o descanso de alguns, que é tal que quase nem o desfrutam os ricos. É de tal maneira evidente a renovação deste ponto, pedida, aliás, por muitas Congregações Provinciais, que ninguém nem Comunidade alguma se pode furtar a esse discernimento.<sup>216</sup>

Desse modo, o projeto trata da constituição de grupos de jesuítas vinculados às obras educacionais, que se dispusessem a morar nalgum bairro modesto, onde pudessem, compartilhando a vida de pobreza, dar continuidade em seu trabalho. Esse projeto foi o que repercutiu mais no plenário, tendo em vista o grande número de considerações sobre ele. Algumas dessas considerações apresentaram razões a favor ou contra a consecução do projeto, outras, condições para sua implementação. Pode-se destacar os seguintes pontos apresentados pelo plenário quanto a proposta:

- Deve-se realizar um trabalho nas comunidades para que a inserção não se de num clima de guerra e ruptura;
- Os integrantes da nova modalidade de vida deveriam optar muito livre e espontaneamente;
- O projeto atende a recomendação da distinção entre obra e comunidade;
- Credenciaria um anúncio mais eficaz da fé e da justiça através do testemunho e do conhecimento mais vivido, para que, ao trabalhar na obra educacional, pudesse ocorrer a transformação a partir da ótica do pobre;
- É um projeto que nos levará a uma nova linha de solidariedade com o pobre, e predileção por ele;
- Existem os dois pólos: fé e justiça. Que não desapareça o elemento da fé. Estará presente, se o projeto se desenvolver com a vivência em decorrência da fé, no seguimento de Cristo que assumiu a experiência do homem marginalizado, pobre;
- Estudar as implicações que o projeto traria para a obra; isto deveria ser refletido na comunidade apostólica;
- A ideia é simpática, mas ainda não suficientemente madura para uma decisão;
- Analisar o contraste entre os que morariam fora e os que ficariam dentro das atuais residências. Os que ficassem, também deveriam dar testemunho de solidariedade e desfrutar da experiência dos outros;
- Não se trata tanto do testemunho, mas de uma vivência que um grupo faria e que mudasse a nossa mentalidade sobre a nossa forma de educar.
- Uma vez aprovada a ideia do projeto, as pessoas e comunidades nele envolvidos, juntamente com os superiores, deveriam entrar em discernimento.
- Que fosse *ad experimentum*, com tempo determinado de realização, para não se tomarem decisões irreversíveis.<sup>217</sup>

---

<sup>216</sup> XXXII Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1975. Decreto 12, Parágrafo 7, p. 147.

<sup>217</sup> Ata da reunião dos superiores de 13-14/09/1978. Cúria Provincial, C. P. 2446, p. 2.

Postas essas questões em votação, o projeto foi aprovado por unanimidade.

9. *Assembleia ampla de revisão das linhas de formação.* Nesse projeto chamou-se a atenção para o exemplo de atividades de outras Congregações religiosas como “acampamento de esteira” dos capuchinhos, e “Jornadas Educativas” dos Irmãos. Maristas. O intuito, com isso, era de promover uma “abertura dos canais de comunicação e diálogo entre as diversas faixas de idade, formados e formadores”.
10. *Linhas básicas de formação.* O objetivo aí foi à elaboração de políticas e estratégias de formação, em nível provincial, fundadas nas diretrizes mais gerais da formação na Companhia.
11. *Pré-noviciado.* A única informação quanto a esse projeto é que ele foi apresentado pelo mestre de noviços.
12. *Transferência do noviciado.* Nesse caso as razões para a transferência foram expostas pelo próprio Provincial. Este tema será discutido amplamente na sequência deste capítulo.
13. *Centro de espiritualidade inaciana.*
14. *Projeto global de Formação no Brasil.* Assim está declarado na ata: “Problema afeto a conferência dos Provinciais do Brasil (CPJB)”.

Os temas apresentados como projetos na reunião dos superiores demonstram a preocupação da Companhia de Jesus na Província do Brasil Meridional em adaptar-se ao Decreto 4 da CG 32. Nesse sentido, a própria transferência do noviciado representou um dos projetos que poderiam contribuir com o intuito de adaptação. Além disso, pelo menos quatro dos projetos apresentados faziam referência à formação, o que demonstra a essencialidade dessa questão nesse processo de adaptação.

No que se refere à adaptação, a questão da pobreza também é levada em conta, no projeto intitulado *Consecução do nº 49 do Decreto 4º e do nº 7 do Decreto 12.* Esses decretos definem a ação concreta de estar entre os pobres, experimentado um cotidiano de vida modesta. O projeto de transferência do noviciado se liga a esse, tendo em vista que um de seus objetivos é de “criar em Cascavel um Noviciado que se distinga por estilo de vida simples, pobre, fraterna, e alegre e solidária com a condição do povo do bairro”.<sup>218</sup>

O quarto projeto, apresentado na reunião dos superiores, que trata das paróquias de periferia, tem seu correspondente na transferência, já que, os noviços poderiam participar “no planejamento, organização, atividades e avaliação da Pastoral da paróquia Brazmadeira

---

<sup>218</sup> Projeto de Noviciado. Escrito por Albano Trinks, Pe. Mestre de Noviços. Visto na Reunião de superiores da Província do Brasil Meridional a 19/06/1979.

entregue a Companhia”. A paróquia Braz Madeira, que recebeu o nome de Santo Inácio de Loyola, é uma das paróquias de periferia assumidas pela Companhia após a reunião de Setembro de 1978.

O décimo projeto, referente às *Linhas básicas de formação* na Companhia, aparece como parte do *Projeto de Noviciado*, elaborado pelo Pe. Albano Trinks, mestre de noviços no período que se discutia a transferência do noviciado. O item 5 do projeto, intitulado *Linhas de formação*, apresenta a conceituação da vocação do Jesuíta apontando que:

A vocação do Jesuíta consiste na chamada a entregar-se a Cristo e à obra dEle, entrega de amor agradecido, em Companhia de Cristo, à sua obra de redenção, em fraternidade, e sempre, sempre com esta particularidade: o maior serviço, a maior glória, com tudo que isto supõe de liberdade interior, fidelidade ao Espírito, completa disponibilidade e perfeita mobilidade.<sup>219</sup>

Apresenta ainda aspectos gerais da formação na Companhia de Jesus demonstrando que tal formação deve ser compreendida e promovida como um processo de integração gradativa ao corpo apostólico da Companhia. Assim, Trinks aponta que: “Reinterpretando a Companhia a sua identidade a partir da missão, é óbvio que o serviço da fé com o conseqüente combate pela justiça seja o fator integrador da vida do jesuíta em todas as suas dimensões, inclusive na formação”.<sup>220</sup>

Por último, o Projeto do Noviciado apresenta os aspectos da formação no Noviciado. Vale a pena apresentar e analisar aqui, as argumentações do Mestre de Noviços Albano Trinks, quanto essa etapa da formação, tendo em vista que ele estabelece uma ponte ligando as diretrizes mais gerais da Companhia para a formação no período do Noviciado com a realidade particular da Província do Brasil Meridional.

Outro motivo fundamental para analisar as diretrizes da formação propostas no projeto de noviciado está no fato de que elas representam um esforço em sanar os problemas da formação que os jesuítas da Província do Brasil Meridional detectaram estar enfrentando. A ideia de que a formação passava por problemas expressa-se, por exemplo, na carta enviada ao Pe. Geral da Companhia aos 26 de agosto de 1978, na qual o Pe. Paulo Englert, provincial da BRM, inicia o diálogo sobre a mudança de localidade do Noviciado, apontando que já vinha pensando, juntamente com o Delegado de Formação, o Mestre de Noviços e com o Pe. Assistente Laércio sobre a melhor forma de fazer um estudo sobre a formação. Nesse sentido, o Provincial nomeou uma comissão para realização de tal estudo que deveria levar em

---

<sup>219</sup> Projeto de Noviciado. Escrito por Albano Trinks, Pe. Mestre de Noviços. Visto na Reunião de superiores da Província do Brasil Meridional a 19/06/1979, item 5.1, p. 4.

<sup>220</sup> Idem.

consideração o objetivo da formação no noviciado segundo as exigências da Companhia; os melhores meios para conseguir essa formação e, por último, onde seria possível desenvolvê-la de maneira mais eficiente. A partir disso, o Pe. Provincial Paulo Englert aponta que “o estudo em pauta deverá afetar todo o contexto da formação na Província. Proximamente, vou enviar a V. Rev. um relatório, informando mais concretamente sobre os problemas que enfrentamos no campo da Formação”. Em outro momento na carta aponta que: “conversei com o Pe. Laércio sobre os problemas reais na Formação”. Por último faz o pedido “que, se possível, o Pe. Cecil Mc Garry, Conselheiro Geral em questão de formação dos Nossos, venha fazer uma visita à nossa Província. Ele poderia ver e sentir *in loco* o problema”.<sup>221</sup> A noção de que a formação na Província passava por problemas é visível.

O estudo encomendado pelo Pe. Provincial à citada comissão foi inserido no *Projeto de noviciado* redigido por Trinks. Nesse sentido, o mestre Albano fundamenta suas explicações na CG 31 e na carta do Pe. Arrupe, Geral da Companhia, intitulada “Formação Espiritual do Jesuíta” que, segundo o mestre de noviços, apresentam “quatro dimensões principais na formação que correspondem às relações da pessoa com Deus, consigo mesma, com seus irmãos na Companhia e com os homens”.<sup>222</sup>

Pensando nessas dimensões por ele consideradas primordiais, Albano Trinks inicia sua argumentação apresentando a importância do conhecimento de si mesmo, que segundo o autor do projeto, “implica em educar-se para a liberdade responsável, comprometida e criadora”,<sup>223</sup> sem o que seria impossível identificar-se com a personalidade apostólica da Companhia. Tendo em vista a educação para a liberdade, Albano constrói e apresenta a realidade do candidato a Companhia da Província do Brasil Meridional, a fim de demonstrar como tal realidade implica negativamente na formação para a liberdade do noviço.

Os candidatos ao noviciado provêm na sua quase totalidade de famílias de pequenos camponeses. São famílias de boa tradição e cultura religiosas. Os candidatos geralmente provêm de famílias bem modestas, quando não bem pobres. Ao ingressarem dispõem de, incomparavelmente mais recursos do que em casa de seus pais. O ingresso no noviciado constitui-se, com relação à vida em casa, promoção social.<sup>224</sup>

Essa realidade é considerada um problema que, segundo o Mestre Albano, vem acompanhado de uma educação severa, repressiva e moralista empregada nas famílias rurais.

---

<sup>221</sup> Carta enviada ao Padre Geral Pedro Arrupe aos 26 de Agosto de 1978 pelo Pe. Paulo Englert. Arquivo da Cúria Provincial S. J. Porto Alegre, RS, nº do documento 4699.

<sup>222</sup> Projeto de Noviciado. Escrito por Albano Trinks, Pe. Mestre de Noviços. Visto na Reunião de superiores da Província do Brasil Meridional a 19/06/1979, item 5.2.1, p. 5.

<sup>223</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>224</sup> Idem, *ibidem*.

Albano Trinks aponta que as raras manifestações de carinho dos pais para com os filhos, bem como o autoritarismo deles deixariam marcas nos jovens candidatos a Companhia. Essas marcas seriam:

insegurança, carência afetiva, afetividade reprimida, falta de criatividade, medo da autoridade, dependência do grupo social e da autoridade, agressividade reprimida, auto-imagem muito negativa com a conseqüente falta de confiança em si mesmos, com a inaceitação de si mesmos, com a inibição social.<sup>225</sup>

O autor do projeto de noviciado aponta que estas marcas provocariam uma motivação vocacional ambígua no jovem candidato, já que tais jovens, “premidos por superego muito exigente sentem-se compelidos a comprar o agrado e amor dos pais e o de Deus” pela opção por vocação sacerdotal ou religiosa. Nesse mesmo sentido surge a ideia de promoção social, a entrada no noviciado representaria um salto na qualidade de vida não só material, mas intelectual dos jovens e, durante algum tempo, a única forma de avançar nos estudos seria ingressando na formação religiosa. Com isso, algumas famílias de prole numerosa impeliam um ou dois filhos a vida sacerdotal ou religiosa. Pode-se dizer, inclusive, que ter na família filho padre era certo sinal de distinção. Outra questão fundamental apontada pelo mestre Albano e que está diretamente ligada à característica do candidato à Companhia seria a insegurança e receio quanto à incapacidade de mudar sua própria condição de existência. Por fim, Albano Trinks aponta que a inexperiência de uma vida independente do sustento e posse dos pais provocaria uma dificuldade na renúncia à posse e ao amor à mulher, sendo uma atitude mais teórica do que existencial.

As características do candidato ao noviciado, apresentadas pelo redator do projeto de noviciado, seriam bastante negativas, essa visão, fora criticada na Consulta de 06/06/1979:

A análise da realidade do nosso candidato insiste quase tão somente em aspectos negativos. Esta análise não faz falta no Projeto, e melhor seria excluí-la. Estes pontos, no entanto, devem ser tomados em conta pelo Mestre e formadores. Como está no Projeto, cria um clima deprimente.<sup>226</sup>

Essa análise poderia levar à ideia de que os candidatos provenientes da tradição familiar rural seriam inapropriados para o ingresso na Companhia, além disso, poder-se-ia entender que a transferência do Noviciado para Cascavel representaria o encontro de vocações mais adequadas, mas não se trata disso. Trata-se, em outro sentido, do expresso no parágrafo 23 do decreto sobre a formação espiritual na CG 31:

---

<sup>225</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>226</sup> Consulta de 06/06/1979. Sobre o Projeto de Noviciado. Nº 1624.

Requerendo-se para o progresso do espírito condições de vida que não oprimam mas alimente as virtudes, deve-se com diligência evitar que o Noviciado esteja tão afastado da realidade, que as dificuldades dos noviços, em vez de se resolveres, se omitam. Quanto mais os noviços, com prudente e discreta caridade, forem estimulados a arcar com responsabilidades, tanto mais felizmente chegarão à maturidade espiritual e com mais liberdade se apegarão à sua vocação.<sup>227</sup>

A transferência do noviciado para Cascavel caracteriza-se como uma tentativa de encontrar um lugar que tivesse uma proximidade maior com a realidade vivida pelos noviços antes de ingressar na Companhia e uma realidade social mais condizente com a observada, de forma geral no Brasil. Além disso, como será exposto adiante, os noviços puderam assumir uma série de responsabilidades na paróquia que a Companhia passou a administrar em Cascavel, o que contribuiria para o desenvolvimento de sua maturidade espiritual. Por fim, o Decreto acima citado explica como o lugar pode influenciar na formação espiritual dos noviços da Companhia.

Ao apontar para as características negativas do candidato ao noviciado, Albano Trinks o fez, contudo, a fim de justificar a estratégia de formação fortemente voltada para a integração pessoal da personalidade do noviço, ou seja, para a integração do noviço à Companhia, num processo em que ele deixaria de ser quem era antes do ingresso na Ordem passando a ser expressão dela. Assim, o Pe. Albano apresenta os problemas pessoais que os candidatos têm, não com a simples intenção de desqualificá-los, mas com o intuito de, a partir do conhecimento deles, produzir as melhores ferramentas para a formação dos jovens. No estudo sobre a formação expresso no projeto de noviciado, tendo em vista a integração pessoal da personalidade, o mestre Albano destaca que:

O conhecimento de si para a integração afetiva implica em que o candidato tenha suficiente liberdade interior e segurança pessoal para admitir de ver, refletir, analisar, relativizar e falar de sua realidade pessoal. Quanto menos tiver sido amado na infância menos condições oferece para confrontar-se. Após acompanhamento longo e paciente ele chega a esta liberdade.<sup>228</sup>

A liberdade em questão é muito específica e sua realização, segundo ele, depende do candidato “encarar sua verdade pessoal”, a libertação só ocorreria a partir do desprendimento “de seus condicionantes, falsas motivações, dependências, racionalizações e compensações”,

---

<sup>227</sup> XXXI Congregação Geral da Companhia de Jesus. 1965. Decreto 8, parágrafo 23, p. 65.

<sup>228</sup> Projeto de Noviciado. Escrito por Albano Trinks, Pe. Mestre de Noviços. Visto na Reunião de superiores da Província do Brasil Meridional a 19/06/1979, item 5.2.1, p. 5.

bem como “para a disponibilidade, para as responsabilidades próprias da vocação, para dispor de si e dar-se totalmente”.<sup>229</sup>

Numa tentativa de deixar mais evidente do que se trata a integração pessoal da personalidade, O Pe. Albano aponta:

Em suma, trata-se, neste processo, de o noviço chegar a gostar tanto de si, invertendo sua imagem negativa de si para positiva, que possa psicologicamente e afetivamente descentrar-se de si e centrar sua vida em Cristo como o primeiro amado. Esta é a dimensão da conversão do homem velho ao homem novo em Jesus Cristo, para cujo acontecimento a experiência de Deus nos EE é fundamental, porque a experiência de amor de Deus vivenciado até as raízes do ser é que vai permitir o redimensionamento das relações consigo mesmo, com os outros, com as coisas e com Deus, de modo a acontecer profunda reconciliação em todas estas dimensões. É nesta experiência do amor de Deus que o homem se descentra do seu eu para que Cristo se torne o único Senhor e o primeiro amado. A partir desta vivência, o candidato tem os elementos básicos para construir a identidade jesuítica com a dimensão apostólica que é peculiar à Companhia.<sup>230</sup>

O Pe. Albano Trinks, apresenta ainda outros três pontos sobre a formação do noviço no projeto de noviciado, trata-se primeiro, do *estudo na familiaridade com Deus e cultivo da oração apostólica*. O Mestre de noviços destaca o caráter basilar da construção de uma familiaridade com Deus no período do noviciado, pois, segundo ele “quanto mais unido a Cristo tanto mais eficaz instrumento será daquele que é o único que salva”. Segundo, da *integração de uma comunidade de “amigos do senhor”*, por meio da qual:

A comunidade constitui-se, renova-se e dinamiza-se pelo conhecimento íntimo e pessoal de Jesus, no amor pessoal a Ele, no seguimento da em pobreza e humildade de Cristo por parte dos membros da comunidade e na assunção responsável da missão apostólica [do serviço da fé e promoção da justiça] como objetivo e elemento integrador.<sup>231</sup>

Em terceiro, a *Integração apostólica ou introdução à inserção apostólica no mundo*. Nesse ponto, o autor do projeto salienta que para a integração apostólica, é importante entender-se como enviado de Cristo com a mesma missão dele, com o enfoque inaciano, porém, de serviço da fé e promoção da justiça, no qual deve-se ter sempre “que a luta pela justiça brota de um imperativo de fé pessoal em Jesus Cristo”.<sup>232</sup>

Depois de apresentar, contudo, a linha de formação a ser adotada no Noviciado em Cascavel, Albano Trinks aponta que: “Em Cascavel não se prevêem mudanças substanciais em matéria de linhas de formação”. Mas o que muda então? Hipoteticamente pode-se

---

<sup>229</sup> Idem, item 5.2.1, p. 6.

<sup>230</sup> Idem, item 5.2.1, p. 6.

<sup>231</sup> Idem.

<sup>232</sup> Idem.

entender que apesar de não ocorrer mudanças na linha formação as estratégias de formação podem ter mudado. Para analisar essa questão, será produzida a comparação entre as estratégias traçadas por Albano Trinks no Projeto, a descrição das atividades realizadas no diário do Noviciado, e os objetivos específicos apresentados, também no projeto.

O primeiro objetivo específico quanto ao trabalho a ser empreendido no Noviciado em Cascavel propõe “proporcionar elementos para a integração e amadurecimento da personalidade apostólica do candidato na Companhia”. O segundo, que está relacionado ao primeiro, busca “desencadear o processo de autoconhecimento do noviço para a integração afetiva de sua personalidade”.<sup>233</sup> Para a consecução desses objetivos se propôs a realização de:

- Curso sobre mecanismos de defesa e motivações inconscientes.
- Revisão de vida.
- Abertura com o Mestre.
- Os Exercícios Espirituais de 30 dias.
- O exame de consciência diário.
- O relacionamento com os companheiros na comunidade e com o povo nas atividades pastorais.
- Participação na organização da vida do noviciado.
- Avaliação da vida do noviciado.
- A distribuição de lideranças e responsabilidade na comunidade.
- O discernimento pessoal e comunitário.
- Confrontação de suas atitudes com as de Cristo contemplado no Evangelho.
- O espaço deixado à iniciativa pessoal.
- O diálogo com os pais para uma reconciliação profunda consigo e com os pais.
- A revisão das atividades pastorais, dos estágios sob o prisma das motivações, interesses, atitudes e capacidades que se manifestam.
- Toda a vida de comunidade, de estudo e oração são meios para o conhecimento de si e a integração da personalidade.<sup>234</sup>

Dessas estratégias para a integração da personalidade, se percebe em poucas a necessidade de um lugar diferente de Porto Alegre para sua realização, pois dependem mais de estudo, de reflexão e até mesmo de uma postura diante da vida do que do contexto econômico, social, religioso ou cultural específico onde se realiza. Mas, é possível destacar a estratégia referente ao *relacionamento com os companheiros na comunidade*<sup>235</sup> e *com o povo nas atividades apostólica* como aquela que depende de fatores externos para se realizar, já que, basta apontar que na cidade de Porto Alegre, os noviços ficavam muito afastados do contato com jesuítas em atividade pastoral em paróquia administradas pela Companhia em toda a Província do Brasil Meridional. Outra questão que, em certa medida, não favorecia a

---

<sup>233</sup> Idem, item, 4.2-1, p. 4.

<sup>234</sup> Idem, item 6.1, p. 9.

<sup>235</sup> Quando o documento se refere à noção de comunidade não se menciona a comunidade cristã em torno do noviciado, mas a comunidade dos membros da Companhia de Jesus.

formação dos noviços na cidade de Porto Alegre, liga-se ao fato deles desempenharem seu apostolado desvinculados da ação pastoral de uma paróquia, assim suas atividades apostólicas tinham pouco significado prático para a Igreja rio-grandense, enquanto que em Cascavel, devido a escassez de Padres e religiosos, suas atividades entre os marginalizados da periferia norte da cidade representaria uma contribuição para com a Igreja. Além disso, como apontou Pe. Albano Trinks, os moradores de Cascavel conservavam imagem muito mais positiva do sacerdote do que moradores em bairro de Porto Alegre.

O terceiro objetivo específico, apresentado pelo Mestre Albano em seu projeto, pretende “dar elementos para o conhecimento teórico e vivencial de Jesus Cristo, mediante ao cultivo da familiaridade com Deus, e o discernimento da vontade de Deus em sua vida e da consciência de envio”.<sup>236</sup> As estratégias para o desenvolvimento desse objetivo não representam nenhuma inovação com relação às atividades desenvolvidas na formação dos noviços em Porto Alegre ou, por exemplo, no encontro dos Noviciados em Salvador, como se pode notar nos meios para cultivar a oração apostólica e a familiaridade com Deus:

- Os EE.
- A oração pessoal e comunitária diárias.
- A celebração da Eucaristia.
- O exame de consciência.
- A meditação bíblica.
- A revisão semanal de vida em grupo.
- O relacionamento fraterno na comunidade.
- As atividades apostólicas, rezados e avaliados comunitariamente.
- O recolhimento bimensal de uma tarde.
- O acompanhamento pessoal.
- O incentivo ao cultivo da familiaridade com Deus no decurso do dia a dia.
- O estudo e reflexão sobre a oração.
- A fundamentação doutrinária, teológica da espiritualidade.
- O estudo e leitura da Eucaristia, sacramentos e cristologia.<sup>237</sup>

O terceiro ponto das estratégias traçadas pelo mestre de noviços procura apresentar meios para o conhecimento da Companhia a fim de promover a integração dos noviços na comunidade jesuítica. Esse é inclusive o sexto objetivo específico do projeto de Noviciado: “Incentivar ao conhecimento da Companhia de Jesus, mediante o estudo e a experiência de vida comunitária da Companhia, para a integração efetiva e afetiva em seu corpo apostólico”.<sup>238</sup> Para esse fim propôs-se as seguintes estratégias:

- Os Exercícios Espirituais.

---

<sup>236</sup> Idem, item 4.2, p. 4.

<sup>237</sup> Idem, item 6.2, p. 10.

<sup>238</sup> Idem, item 4.2, p. 4.

- Dinâmicas de integração e entrosamento.
- A revisão comunitária com correção fraterna.
- Lazer, a recreação, o esporte.
- A oração comunitária.
- Os serviços de limpeza de casa.
- O estudo das Constituições, das Congregações Gerais e Documentos do Pe. Geral.
- As atividades e estágios pastorais.
- O convívio comunitário amigo e fraterno.
- As atividades apostólicas dos Padres e Irmãos que pertencem à comunidade do noviciado.
- Os grandes desafios históricos de hoje, ante cujo posicionamento evangélico, vários jesuítas foram ultimamente martirizados.
- A celebração eucarística.<sup>239</sup>

Desse ponto, chama a atenção como elemento que, de fato, depende do lugar para sua realização: “as atividades apostólicas dos Padres e Irmãos que pertencem à comunidade do noviciado”. A viagem que se descreveu no primeiro e segundo capítulos desse trabalho, mostra que de fato é uma preocupação e até mesmo uma exigência da formação, que o noviço entre em contato e conheça as diversas frentes de apostolado que a Companhia desenvolve. Com a instalação do noviciado em Cascavel, os noviços estariam submetidos a um contato maior com jesuítas dedicados a administração de paróquias, envolvidos em pastorais diversas. Realidade diversa da observada em Porto Alegre, onde os noviços tinham maior contato com jesuítas envolvidos no apostolado científico e educacional. Nesse sentido, com a transferência do Noviciado para Cascavel, a formação apostólica dos noviços voltou-se mais para o social.

Por último, estão apresentados os meios para se atingir a Integração apostólica, ou seja, as estratégias para que aqueles que estão em formação, possam personificar as características apostólicas da Companhia, agindo no mundo a partir delas.

- Os Exercícios Espirituais de Santo Inácio.
- O estudo de Cristologia, Igreja e Sacramentos.
- O conhecimento da Companhia em sua espiritualidade e missão.
- O estudo da história da Companhia.
- O estudo e análise da realidade sócio-econômica, político, religiosa do Brasil.
- A oração e contemplação do mundo dos homens.
- O cultivo da consciência de missão recebida de Cristo para a salvação dos homens.
- O cultivo do amor pessoal a Jesus Cristo.
- O relacionamento comunitário.
- Palestras de leigos sobre a vida familiar e profissional e social dos homens na sociedade urbana.
- Os estágios de hospital, bairro e emprego, devidamente preparados e avaliados.
- As atividades apostólicas de fins de semana, também rezados e avaliados.
- O estudo da formação espiritual na Companhia.
- As leituras, estudos, pesquisas orientada sobre diversos aspectos da espiritualidade inaciana.

---

<sup>239</sup> Idem, item 6.3, p. 10

- O testemunho de Jesuítas apostolicamente comprometidos com Cristo e seu povo, dentro da linha de fé e justiça.<sup>240</sup>

Esses pontos representam elementos fundamentais, como apontamos nos capítulos anteriores, da formação do noviço na Companhia de Jesus, e são uma exigência expressa nas Constituições da Companhia e nas Congregações Gerais em especial 31 e 32, por isso, não representam nenhuma inovação na formação do noviço da Companhia, pelo contrário, demonstram uma continuidade com poucas adaptações. Nesse sentido, comparando as orientações para a formação na Companhia expressa na documentação oficial da Ordem, com as estratégias observadas na análise do diário do Noviciado, com as descritas no projeto, é possível entender que tais estratégias, assim como a linha de formação, não sofreram mudanças consideráveis com a transferência do noviciado para Cascavel. Assim, se pode observar, inclusive, uma contradição no projeto do Pe. Trinks, já que, os objetivos específicos 1, 2, 3 e 6 do projeto de Noviciado em Cascavel que foram apresentados acima, podem justificar apenas parcialmente a transferência do Noviciado, pois, em sua maior parte, independem do lugar a ser posto em prática, por serem estritamente teóricos e pessoais, bem como por não serem representativos de qualquer mudança quanto à maneira de conduzir a formação dos noviços. Outra contradição está expressa no fato de que o Geral da Companhia havia apontado que o estudo realizado pelo grupo de trabalho por ele nomeado, teria o potencial de afetar todo o contexto da formação na Província, mas não é o que se expressa na estratégia de formação descrita pelo Padre no projeto de noviciado e em sua conclusão sobre o assunto.

Se esses elementos da formação não representam o motivo para a transferência, quais representariam? Qual a relação entre a mudança do noviciado com a solução dos problemas enfrentados na formação? De que forma a transferência do noviciado poderia resolver os problemas enfrentados na formação?

A CG 32 no Decreto 11 aponta que, sob a orientação do Superior, os exames devem ser realizados periodicamente, levando em conta se o estilo de vida de determinada comunidade favorece suficientemente a missão apostólica e se elas dão testemunho de simplicidade, justiça e pobreza.<sup>241</sup> Assim, entende-se que a decisão pela transferência do noviciado é fruto de uma dessas análises quanto ao estilo de vida empreendido na comunidade do noviciado de Porto Alegre. Como já apontado, tal noviciado, pelas condições materiais de vida que oferecia, não dava, exatamente, um testemunho de simplicidade e pobreza. Também,

---

<sup>240</sup> Idem, item 6.4, p. 11.

<sup>241</sup> XXXII Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1975. Decreto 11, Parágrafo 48, p. 136.

o bairro onde estava instalado o noviciado não poderia favorecer a formação dos noviços para a missão apostólica, por ser considerado socialmente rico. Nesse sentido, têm-se os elementos que provocaram a perda de sentido da formação no ambiente descrito. A CG 32 no decreto 12 enfatiza que:

A nossa Companhia não pode corresponder às necessidades do apostolado atual a não ser que reforme a prática de sua pobreza. Os companheiros de Jesus não lograrão ouvir o clamor dos pobres, se não adquirirem maior experiência pessoal da miséria e angústia dos necessitados. Será muito difícil que a Companhia promova efetivamente por toda a parte a justiça e a dignidade humana, se a principal parte de seu apostolado a identificar com os ricos e poderosos, ou se fundar na segurança do possuir do saber e do poder. De modo nenhum a nossa vida será testemunho da vida nova e eterna, adquirida com a redenção de Cristo, e pronunciará a ressurreição futura e a glória do Rei celeste, se os jesuítas, quer individualmente, quer como corpo, se aperfeiçoarem demasiado às coisas terrestres, sem excetuarem as instituições apostólicas, e delas pareçam depender. As nossas comunidades só apresentarão o sentido e o valor de sinal para os nossos tempos, se pela comunicação de si mesmas e do que é seu, se vir claramente que são de fato comunidades de caridade e de participação.<sup>242</sup>

Aproxima-se muito dessas prerrogativas, inclusive, o 5º objetivo específico expresso no projeto de noviciado que pretendia “criar condições para o conhecimento teórico e empírico dos homens, mediante estudo e reflexão sobre a realidade e mediante participação solidária de suas angústias e esperança”.<sup>243</sup> Com isso, entende-se que a transferência do noviciado era fundamental à adaptação da Companhia ao novo estilo de vida proposto pela CG 32. Que se evidencie: a transferência era fundamental, e não a transferência para Cascavel, ou seja, o lugar para onde seria transferido o noviciado é secundário à necessidade de transferir. Assim, tem-se em primeiro lugar a decisão de transferir, a decisão de para onde transferir é decidida num segundo momento. Nesse sentido, a escolha do lugar foi realizada segundo critérios específicos, guiados pela necessidade de adaptação da comunidade do noviciado à missão do serviço da fé e proclamação da justiça e as novas diretrizes da formação dos membros da Companhia.

Dessa forma, torna-se importante ressaltar que a transferência, segundo se compreende, está intimamente ligada ao objetivo geral do *Projeto de Noviciado em Cascavel*, item 4.1 do documento, de “oferecer condições favoráveis à iniciação do Noviço na vida religiosa da Companhia de Jesus”. Assim apresentar-se-á as características d  
a cidade de Cascavel que garantiria essas condições favoráveis.

---

<sup>242</sup> Idem, parágrafo 5, p. 146.

<sup>243</sup> Projeto de Noviciado. Escrito por Albano Trinks, Pe. Mestre de Noviços. Visto na Reunião de superiores da Província do Brasil Meridional a 19/06/1979, item 4.2, p. 4

O Pe. Provincial Paulo Englert nomeou uma comissão de quatro jesuítas sendo eles, o Mestre de Noviços Albano Trinks, o Delegado de Formação, Pe, Quirino Weber, um irmão e o Pe. Laércio, para “refletir e elaborar as condições de formação do Noviço Jesuíta hoje, e os critérios para a escolha do melhor local para se atingir esta formação, de acordo com a mente da Companhia hoje”.<sup>244</sup> A partir do estudo desse grupo de trabalho, estabeleceram-se os seguintes critérios para a escolha do local onde se instalaria o noviciado:

- a) Descentralização da grande Porto Alegre, onde a Companhia concentra boa parte de suas obras mais expressivas e maior contingentes de Jesuítas. Além disto, a Igreja está super bem servida de clero e religiosos nesta área.
- b) As necessidades reais da Igreja.
- c) A proximidade de Jesuítas para não isolar o noviciado do contato dos Noviços com Jesuítas entregues à ação apostólica.
- d) Bons recursos culturais e possibilidade de contato intercongregacional.
- e) Um Bispo que afine com a orientação da Companhia relativa à sua missão de combate pela fé e pela Justiça.<sup>245</sup>

É importante analisar cada um desses critérios levando em conta as circunstâncias da transferência. O primeiro critério que faz referência a uma descentralização religiosa da Grande Porto Alegre parece ser um dos argumentos mais sólidos para justificar a transferência, já que a SJ concentrava grande parte de suas forças na região. Segundo Ernesto Seidl “já desde 1965 a província eclesiástica de Porto Alegre já possuía a maior proporção de sacerdotes por habitantes de todo o país”.<sup>246</sup>

Historicamente, os estados do Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, foram o foco da ação dos Jesuítas. O trabalho dos jesuítas no Rio Grande do Sul, após a restauração da Companhia no Brasil, começou em 1842, quando alguns padres espanhóis expulsos da Argentina pelo então presidente Juan Manuel Rosas chegara à região. Já em 1843, os jesuítas realizavam trabalhos apostólicos também em Santa Catarina, em específico na cidade de Florianópolis. “As atividades dos jesuítas espanhóis começaram, tanto no Rio Grande do Sul, quanto em Santa Catarina, com as pregações de missões populares”.<sup>247</sup>

Apesar dos jesuítas espanhóis terem desenvolvido alguns apostolados junto aos imigrantes alemães, seu trabalho ficava muito limitado pela questão da língua, pela distância entre Porto alegre e São Leopoldo e principalmente pelo pequeno número de sacerdotes que

---

<sup>244</sup> Idem, item 3, p. 3.

<sup>245</sup> Idem.

<sup>246</sup> SEIDL, Ernesto. A elite eclesiástica no Rio Grande do Sul. Tese. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de pós-graduação em Ciência Política. Porto Alegre, Dezembro de 2003, p. 134

<sup>247</sup> Vários autores. Conferência dos religiosos do Brasil, Regional Sul – RS. História da vida religiosa no Rio Grande do Sul. Celebrando o Jubileu, 1957-2007. Suliani Editografia Ltda. P.38

se via impossibilitado de atender a demanda de fiéis. Essa necessidade de mais religiosos para os trabalhos pastorais tornou-se mais eminente frente o fim da revolta farroupilha em 1845, quando chegaram à região de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, centenas de imigrantes da Renânia, do Palatinado e de Hassem.<sup>248</sup>

Assim, a fim de transpor o problema do idioma, o Prepósito Geral da Companhia pediu à Província da Galícia, na Áustria, atual Polônia, que enviasse alguns padres. Três foram os enviados, os padres Agostinho Lipinski, polonês, João Sedacle, tcheco, e o irmão Antônio Sonntag, silesiano.<sup>249</sup> Com a expansão da área ocupada pelos imigrantes alemães frente às sucessivas imigrações, viu-se novamente a necessidade de envio de mais sacerdotes e irmãos para o trabalho junto aos colonos. Em 1858, os religiosos receberam reforço de jesuítas vindos da Província Alemã. Na década de 1870, em decorrência da expulsão da Companhia da Alemanha, cresceu ainda mais o número de jesuítas em atividade no Rio Grande do Sul.<sup>250</sup>

Nesse contexto, os jesuítas desenvolveram trabalhos a fim de moldar as práticas religiosas dos imigrantes alemães que segundo Werle, analisando as descrições do missionário jesuíta Burnichon dão conta da imagem que se tinha das práticas religiosas em voga no Brasil.

As manifestações religiosas lhes pareciam muito pomposas e festivas, mas pouco sérias e compenetradas. Benzeduras e a relação que os fiéis estabeleciam com os Santos eram qualificadas de supersticiosas. Tudo muito distante do que consideravam o verdadeiro catolicismo, em sintonia com os dogmas e preceitos da Igreja.<sup>251</sup>

Entre os motivos que promoveram esses desvios nas práticas religiosas dos imigrantes alemães está: a ausência prolongada de sacerdotes católicos para uma orientação espiritual efetiva. A falta de educação escolar era entendida como causa para o surgimento e manutenção dessa religiosidade. Outra explicação para os desvios religiosos dos católicos brasileiros faz referência a pouca quantidade e a má formação do clero nacional.

A imigração de Jesuítas, assim como de outras Ordens religiosas, se apresentava como importante elemento para enquadrar o catolicismo brasileiro nos moldes

---

<sup>248</sup> LUTTERBECH, Jorge Alfredo. Jesuítas no Sul do Brasil, Capítulos de história da missão e Província Sul - brasileira da Companhia de Jesus. Publicações avulsas, nº3. 1977. Instituto Anchieta de Pesquisas. São Leopoldo, RS, Brasil. P. 36.

<sup>249</sup> Idem.

<sup>250</sup> Idem, p. 113.

<sup>251</sup> WERLE, André Carlos. A revista de tropas do exército católico alemão. Congressos católicos na Alemanha e Sul do Brasil. Tese. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de pós-graduação em História. Florianópolis, 2006, p. 116.

oficiais da Igreja. Isto lhes conferiu um forte caráter reformador, denominado processo de romanização.<sup>252</sup>

No ensejo de promover e qualificar as vocações sul brasileiras, os jesuítas assumiram a direção de uma série de seminários menores e maiores no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Por exemplo, em 1961, Dom Laranjeira, Bispo da diocese de São Pedro do Rio Grande, solicitou aos jesuítas italianos presentes na região para tratar do desmembramento do Rio Grande em relação à Província da Argentina, que assumissem a formação no Seminário Episcopal em Porto Alegre, onde exerceram sua atividade até 1864. Mais tarde, no ano de 1891, os jesuítas de língua alemã foram convidados a tomar a direção do Seminário Episcopal de Porto Alegre. “Aceitaram eles, de bom grado, o convite de seu Bispo [Dom Claudio José Gonçalves Ponce de Leão], pois formar um bom clero nativo ou nacional parecia-lhes a melhor contribuição que poderiam dar à Igreja no Sul do Brasil”.<sup>253</sup> A atuação desses jesuítas manteve-se até 1899, quando a formação passou a mão de lazaristas espanhóis, depois de capuchinhos de origem francesa até 1912. Nesse mesmo ano o sucessor de Dom Claudio, Dom João Becker, preocupado com a formação do clero, planejou a fundação de um novo Seminário Episcopal, já que o Seminário de Porto Alegre não tinha a infra-estrutura necessária para as necessidades do período, além disso, a localização, no centro da capital, não fora considerada adequada. Nesse contexto, o Bispo decidiu confiar a Companhia de Jesus a formação dos seminaristas. O Seminário fora transferido para a também gaúcha cidade de São Leopoldo, onde se instalou, com algumas adaptações no prédio do antigo Colégio Conceição, onde o Seminário Menor (onde se tem o curso ginasial e colegial) se manteve até 1937 e o Seminário Maior (que destina-se aos estudantes de filosofia e teologia) até 1957, quando o seminário foi transferido para Viamão. A partir daí, a Companhia de Jesus deixou de ser a responsável pelo seminário. É importante apontar que o Seminário Central de São Leopoldo deixou de oferecer os cursos ginasial e colegial por uma questão de espaço e também porque, cada Bispo, gradativamente, passou a formar em sua diocese os seminaristas menores. “O mesmo sucedeu com as Ordens e Congregações religiosas. Os superiores foram abrindo seus próprios Seminários Menores e, mais tarde, filosofados e teologados”.<sup>254</sup>

Em 1926, foi aberto o seminário menor de Santa Maria, confiado aos jesuítas, em 1927, em Brusque, Santa Catarina, estava concluído mais um Seminário. (...) Em 1937, começaram a funcionar o Seminário de Cerro Largo e a Escola Apostólica da Estação São Salvador, hoje município de Salvador do Sul. (...) Em 1938, enceta sua

---

<sup>252</sup> Idem, p.120.

<sup>253</sup> LUTTERBEBECH, Jorge Alfredo. Op. Cit. 1977, p. 86.

<sup>254</sup> BOHNEN; ULLMANN. A atividade dos jesuítas de São Leopoldo. São Leopoldo: Unisinos, 1989, p. 243.

atividade o Seminário Menor de Gravataí. Em 1939 são inaugurados os de Pelotas e o de Caxias.<sup>255</sup>

A Companhia também fundou uma casa de formação exclusiva para seus escolásticos, filósofos e teólogos. “A teologia e a Filosofia instalaram-se no Cristo Rei, somente para os Jesuítas, em 1943. A primeira funcionou com pleno vigor tendo quatro anos de duração, até 1980”,<sup>256</sup> quando iniciou o processo de transição para o Colégio Anchieta na Cidade de Porto Alegre. Mas, antes do filosofado e teologado próprios, a Companhia, já em 1920 havia fundado seu noviciado na cidade de Pareci, no Rio Grande do Sul.

Esses elementos da história da Companhia no Brasil após sua restauração, apresentam aspectos relevantes que permitem observar como o Estado do Rio Grande do Sul se torna o que Ernesto Seidl chama de “celeiro vocacional”,<sup>257</sup> referindo-se às condições próprias ao surgimento de pretendentes à vida religiosa e sacerdotal, criadas a partir dos trabalhos apostólicos junto aos imigrantes alemães e italianos por diversas Ordens e Congregações religiosas na região Sul do Brasil. Todo empenho dedicado ao desenvolvimento do clero nacional promoveu, no caso da Companhia, uma centralização das ações da Ordem no Estado do Rio Grande do Sul.

A discussão quanto à descentralização ganha relevância já nos primeiros passos para a transferência do noviciado. Em fins de agosto de 1978 o Pe. Provincial Paulo Englert aponta as razões para a mudança do noviciado em carta ao Pe. Geral Pedro Arrupe: “Há mais anos, volta em toda a Província o desejo de descentralizar geograficamente as forças e a formação na província”.<sup>258</sup> Outro motivo apresentado pelo Provincial é:

Os nossos jovens escolásticos, com a concentração da força em Porto Alegre, criam uma impressão negativa da inserção apostólica dos jesuítas, pois só conhecem o pessoal do Colégio Anchieta, da UNISINOS, do Cristo Rei, desconhecendo muitos outros trabalhos e iniciativas apostólicas da Província do Brasil Meridional.<sup>259</sup>

Nesse sentido, quando se apresenta a ideia de que a transferência poderia contribuir com uma descentralização da Companhia da cidade de Porto Alegre, aponta-se mais para uma descentralização com relação à formação que, segundo o apresentado sobre a história da Ordem da Província Sul brasileira, se dedicou, quase que exclusivamente, aos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com ênfase no primeiro.

---

<sup>255</sup> Idem, p, 243-244.

<sup>256</sup> Idem, p. 246.

<sup>257</sup> SEIDL, Ernesto. Op. Cit. 2003.

<sup>258</sup> Carta enviada ao Padre Geral Pedro Arrupe aos 26 de Agosto de 1978 pelo Pe. Paulo Englert. Arquivo da Cúria Provincial S. J. Porto Alegre, RS, nº do documento 4699.

<sup>259</sup> Idem.

Muito representativo dessa centralidade é a distribuição geográfica dos jesuítas e suas obras na Província BRM. Segundo o índice de 1977, o Estado do Rio Grande do Sul contava com o número de 298 jesuítas, distribuídos em sete cidades. Em Santa Catarina o número era de 52, divididos em três cidades e no Paraná, um total de 39 espalhados por nove cidades diferentes. Na “Missão Anchieta” no Estado de Mato Grosso, a Companhia contava com 36 jesuítas em atividade, desempenhando papéis em nove paróquias, uma residência e três Estações Missionárias, distribuídas em nove cidades diferentes. A explicação para o fato de existir no Paraná um maior número de cidades, contando com a presença de jesuítas, se deve ao fato de que aí a Companhia administrava nove paróquias. Nesse setor não se faz necessário um número expressivo de jesuítas, nas cidades em que a Companhia tem apenas Paróquia o número de jesuítas oscila entre 1 e 3. Nas cidades onde a Companhia tem colégios ou universidades o número cresce muito, como é o caso de São Leopoldo que contava com 160 jesuítas, distribuídos nas atividades do Colégio Máximo Cristo Rei, na UNISINOS, no Seminário Menor da Companhia e em 3 paróquias. A cidade do Paraná, por exemplo, que a Companhia contava com um número mais expressivo de sócios é Curitiba, somando um total de 21 jesuítas em atividade no Colégio Medianeira e numa Paróquia.

De fato existia uma diferença numérica bastante evidente de jesuítas em atividade nos diferentes Estados da Província Sul brasileira. Assim, quantitativamente, a transferência do Noviciado para Cascavel não representa uma descentralização expressiva das forças, já que, em 1977 o Noviciado em Porto Alegre contava com 29 integrantes, o que não seria suficiente para equiparar o número de jesuítas de uma região e outra. Com isso, entende-se que a questão aqui é qualitativa, ou seja, independentemente do número de jesuítas que passariam a viver em Cascavel, o que representa a descentralização é a transferência do Noviciado, não entendido enquanto uma casa, mas como uma etapa da formação, ou seja, um elemento fundamental e distintivo da Companhia que é movido do centro administrativo da Província para uma região em que se concentra grande número de jesuítas trabalhando em paróquias. O que se observa com a transferência, também, é uma diversificação da atuação da Companhia no Paraná, não que essa fosse uma preocupação da Companhia, mas, acaba sendo resultado da transferência.

O segundo critério para a escolha da cidade onde se instalaria o noviciado, aponta para que se observassem as necessidades reais da Igreja, o que parece muito representativo do exposto na CG 32 quanto à inserção do jesuíta no contexto do documento.

Para a maior glória de Deus e para a salvação dos homens, queria Inácio que os seus companheiros fossem para onde se esperasse um bem mais universal e para onde vivessem aquelas pessoas que, cotadas ao abandono, se encontrassem em maior necessidade. Mas onde se encontra hoje a necessidade maior? Onde se encontra a esperança dum bem mais universal?<sup>260</sup>

Levando-se em conta a realidade vivida pelas pessoas que moravam no bairro Brazmadeira, bem como em bairros próximos, alguns ainda em formação no período da transferência, pode-se considerar que a instalação do noviciado da Companhia em tal localidade representaria um serviço mais útil a Igreja do que a permanência em Porto Alegre. Tem-se essa ideia já que, até a criação da paróquia Santo Inácio no ano de 1980, o bairro Brazmadeira, o único da região que contava com terreno que acomodava uma pequena e modesta capela de madeira, a capela Nossa Senhora da Salette, que pertencia a paróquia São Cristóvão, administrada pelos missionários de São Carlos, recebia celebrações de missas apenas uma vez por mês. Assim, a necessidade de clero para atender os bairros que estavam sendo formados na região periférica norte da cidade, pode ser compreendida como um dos elementos que favoreceram a instalação do noviciado nessa região da cidade de Cascavel. Assim, a percepção dos jesuítas do excedente de sacerdotes em Porto Alegre, contrário à escassez deles na cidade de Cascavel, contribuiu para a decisão de transferir o noviciado para lá.

A Paróquia Santo Inácio foi apenas a sétima criada na cidade de Cascavel e passou a existir quando os jesuítas decidiram instalar o noviciado da Província Meridional na cidade. Segundo o Padre Inácio Spohr, na *História Domus* da paróquia Santo Inácio do ano de 1980, instalar o noviciado junto a uma paróquia administrada por jesuítas “era uma experiência nova, pois incluía a união entre a casa de formação [o noviciado] e a paróquia, numa mútua cooperação que resultasse em benefício tanto da formação dos noviços quanto do trabalho paroquial junto aos fiéis paroquianos”.<sup>261</sup>

Essa união referida por Inácio Spohr fora considerada no Projeto de Noviciado uma das razões favoráveis a escolha da cidade de Cascavel como sede futura do noviciado: “A participação dos noviços no planejamento, organização, atividade e avaliação da Pastoral da paróquia Braz-madeira entregue a Companhia”.<sup>262</sup> Além disso, está representada no 4º objetivo específico do projeto de Trinks que pretende na formação dos noviços, levá-los a

---

<sup>260</sup> XXXII Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1975. Decreto 4, parágrafo 39, p. 52.

<sup>261</sup> História Domus de 1980 da Paróquia Santo Inácio, Cascavel – PR. Escrita pelo Pe. Inácio Spohr, SJ em 07 de Fevereiro de 1989.

<sup>262</sup> Projeto de Noviciado. Escrito por Albano Trinks, Pe. Mestre de Noviços. Visto na Reunião de superiores da Província do Brasil Meridional a 19/06/1979, item 3, p. 3.

“conhecer a Igreja por estudo e reflexão e por participação ativa, em nome de Cristo, da animação da fé, esperança e caridade da comunidade eclesial”.<sup>263</sup>

Assim, a participação efetiva dos noviços nesse aspecto pode ser observada na história Domus de 1981 em que o Pe. Spohr aponta que “os noviços assumiram diversas funções na paróquia, sempre nos fins de semana: catequese, liturgia, grupos de reflexão, jovens, etc.”.<sup>264</sup> Com relação às atividades dos noviços no ano de 1982 a história Domus referente a esse ano aponta que:

Os noviços realizaram seu estágio de pastoral na paróquia, fazendo o levantamento de dados religiosos das famílias nos bairros, eles também deram reforço na catequese de primeira Eucaristia nos bairros. Nos finais de semana, os noviços e o IR. Costa também ajudaram bastante na organização da capelinha de Nossa Senhora, nos grupos de reflexão, na catequese etc.<sup>265</sup>

É possível observar essa participação em diversos momentos, também no diário do noviciado. Exemplo disso é a participação dos noviços na organização das encenações do nascimento de Jesus no Natal e de sua morte e ressurreição na Páscoa. Essa atividade esteve ligada ao trabalho junto dos jovens da paróquia, como o expresso no registro de Domingo, dia 28/03/1982 no diário do Noviciado.

De tarde, os quatro grupos de jovens dos bairros da Paróquia fizeram seu segundo ensaio da via-sacra ao vivo. O padre Inácio esteve presente no início. O Lauro Eidt e o Paulo Finkler estão liderando a via-sacra. Além destes, estiveram também outros noviços no ensaio.<sup>266</sup>

É importante ressaltar, contudo, que a falta da presença constante da Igreja Católica durante mais de uma década nos bairros da periferia norte da cidade, proporcionou certo afastamento dos católicos da Igreja, o que exigiu dos Padres e noviços um empenho na reaproximação das pessoas com a Igreja. Isso se evidencia no apontado na História Domus de 1980:

nos bairros só na matriz havia capela. Nos outros bairros não haviam igrejas e as missas foram celebradas ou nas casas de família ou nas escolas. No começo bem poucas pessoas vinham participar das missas de domingo, nos bairros. Através dos contatos dos noviços com as famílias, as visitas dos padres na comunidades e nas famílias, etc. tudo isso ajudou para que as pessoas se aproximassem mais da Igreja e participassem mais das missas, dos grupos de

---

<sup>263</sup> Idem, item 4.2, p. 4.

<sup>264</sup> História Domus de 1981 da Paróquia Santo Inácio, Cascavel – PR. Escrita pelo Pe. Inácio Spohr, SJ em 08 de Fevereiro de 1989.

<sup>265</sup> Idem.

<sup>266</sup> Diário do Noviciado Paulo Apostolo da Companhia de Jesus nº 18. 27 de Setembro de 1978 a 23 de Agosto de 1982. Dia 28/03/1982.

reflexão, dos grupos de jovens, etc. Os jovens e os noviços fizeram encenações da Via-sacra, do Natal, o que foi muito valorizado pelo povo.<sup>267</sup>

Além do que se tem apresentado até aqui com relação à necessidade de clero na cidade de Cascavel, é fundamental apontar que no ano da instalação do Noviciado Paulo Apóstolo na cidade, há apenas dois anos Cascavel fora elevada à categoria de diocese. Nesse sentido, ainda no contexto da transferência, a arquidiocese estava em vias de organização e estruturação. Nesse processo, a paróquia administrada pelos jesuítas proporcionou a possibilidade de um redimensionamento administrativo das paróquias da diocese metropolitana de Cascavel.

Antes da criação da paróquia administrada pelos jesuítas, as capelas da zona rural - Vista Alegre, Placa Lindóia, Espigão Azul, Santa Catarina e Colônia Melissa - estavam vinculadas à paróquia Nossa Senhora Aparecida que, com a criação da diocese, passou a ser a matriz. As capelas urbanas - Brazmadeira, Interlagos, Consolata e Clarito – faziam parte da paróquia São Cristóvão. Com a criação da paróquia Santo Inácio de Loyola todas elas passaram a fazer parte do território de ação dos jesuítas. Segundo dados oferecidos na documentação, essas localidades representavam um total aproximado de 15 mil pessoas. Assim, de fato era aberto um grande campo de atuação para a Companhia de Jesus e o mais fundamental, um campo que segundo a Ordem era o ideal para a atuação dos jovens que iniciavam sua formação. Mas o que fazia de Cascavel e, em específico, o bairro Brazmadeira esse lugar ideal?

Segundo informação do projeto de noviciado, foi a partir dos critérios acima citados que se excluíram os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina como sede futura do noviciado, prevalecendo como possibilidade, as cidades de Cascavel e Londrina no Paraná e Cuiabá no Mato Grosso. A primeira consulta, que levou em conta o tema da transferência, realizada no dia 28/09/1978, aponta para a formação de uma equipe responsável por estudar a escolha de um lugar. Na Consulta seguinte, de 23/11/1978, a transferência do noviciado já estava aprovada, tanto pela consulta, quanto pelo Pe. Geral. Nela levantaram-se as alternativas quanto ao lugar onde deveria se instalar o Noviciado. Discutiram-se as vantagens e desvantagens de cada um dos lugares, tendo como referência os critérios estabelecidos na consulta anterior:

em paróquia de bairro; com trabalho dos noviços; vários campos de apostolado; um padre sociólogo; um ou dois Irmãos, contato com outros religiosos; acompanhar o

---

<sup>267</sup> História Domus de 1980 da Paróquia Santo Inácio, Cascavel – PR. Escrita pelo Pe. Inácio Spohr, SJ em 07 de Fevereiro de 1989.

fluxo migratório para o oeste brasileiro; para região onde já tenha casa da S. J. ; necessidade da Igreja local; residência simples; proximidade de um centro cultural.<sup>268</sup>

A partir da discussão, três consultores mostraram-se propensos por Londrina e dois por Cascavel. Contudo, o Pe. Provincial pediu um estudo mais profundo quanto à questão, mas ponderou que a tarefa não levasse muito tempo, pois ao visitar os Jesuítas que viviam no Paraná gostaria de estar próximo de uma definição. Após a visita do Provincial ao Paraná, os jesuítas alocados no estado interessaram-se pela instalação na cidade de Cascavel, devido sua proximidade com relação às paróquias administradas pela Companhia naquele espaço. No dia 04/01/1979 ocorrera a terceira consulta, quando ficou decidido que a sede do noviciado seria Cascavel.

No terceiro critério de escolha do lugar para a mudança do Noviciado, figura a exigência de um lugar que não afastasse os noviços do contato de jesuítas entregues à ação apostólica. Esse critério entra em concordância, ainda, com outra razão favorável à escolha de Cascavel como sede do Noviciado, trata-se da centralidade geográfica com relação à Província Sul Brasileira, o que facilitaria a comunicação, além do “fácil contato com os padres da Companhia que trabalham na pastoral paroquial”. Segundo o projeto do Pe. Albano, “os Párcos Jesuítas das cidades bastante próximas a Cascavel, pesou bastante para que prevalecesse a preferência por Cascavel”.<sup>269</sup> Esse critério é bastante representativo para justificar a escolha de Cascavel, porém, deixa espaço para contradição, já que também em Porto Alegre, os Padres da Companhia estavam entregues à ação apostólica, mas predominantemente ao apostolado científico. Nesse sentido, entende-se que o referido critério, estabelece a exigência de aproximar os noviços de jesuítas que desenvolvem um tipo específico de apostolado: o social. Dessa forma, é possível entender, a partir da seleção desse critério e das discussões sobre o caráter da formação na Companhia no contexto em questão, que a escolha por Cascavel é representativa de uma mudança mais ampla na SJ que está ligada à opção pela promoção da justiça e na ênfase dada pelo Concílio Vaticano II à pastoralidade.

A Companhia de Jesus, no período da transferência, administrava nove paróquias no Paraná, localizadas nas cidades de Campina da Lagoa, Missal, Curitiba, Entre Rios Juranda, Londrina, Mamborê, Maringá e Ubiratã. Com exceção da cidade de Maringá e Mamborê todas são mais próximas de Cascavel que de Londrina. Curitiba fica consideravelmente

---

<sup>268</sup> Consulta de 06/06/1979. Transferência do Noviciado. Nº 1588.

<sup>269</sup> Projeto de Noviciado. Escrito por Albano Trinks, Pe. Mestre de Noviços. Visto na Reunião de superiores da Província do Brasil Meridional a 19/06/1979, item 3, p. 3.

distante das duas cidades, é um grande centro urbano, o trabalho apostólico na cidade, no campo educacional, não destoa daquele realizado em Porto Alegre, com isso, a proximidade em relação a Curitiba não parece ser um critério levado em consideração na escolha do lugar para instalar o noviciado.

Algo destacado reiteradamente no projeto de noviciado do Pe Trinks é a religiosidade das pessoas da cidade de Cascavel: “o povo em geral é bom, simples, receptivo e desejoso de alimento espiritual”.<sup>270</sup> Nesse sentido, o Mestre Albano ressalta:

O povo do bairro é simples, religioso, receptivo e acolhedor. Aguarda com grande esperança a transferência do Noviciado para lá. Sua mentalidade é mais rural do que urbana. Na sua maioria são imigrantes do sul e conservam imagem muito mais positiva do sacerdote do que moradores em bairro de Porto Alegre.<sup>271</sup>

Essa análise que o Pe. Albano Trinks realizou quanto ao local não deve ser concebida de maneira ingênua, a final, tal discurso tinha a função de informar quanto às características de Cascavel para ser a futura sede do noviciado. Nesse sentido, observa-se que Trinks procura qualificar Cascavel e desqualificar Porto Alegre num processo de convencimento. De qualquer maneira, salientar a importância de transferir o noviciado para um local onde o povo tivesse como características a pobreza e a simplicidade é representativo das características que a Companhia ia tomando após a 31ª e 32ª CG. Colocar o noviço num contexto de pobreza e de injustiça seja na esfera econômica, social ou política, torna-se indispensável para a formação apostólica deles.

Quanto às características da religiosidade na fé católica, o acolhimento e a positividade em relação ao sacerdote, parecem ser mais importantes quanto à receptividade das pessoas para com os noviços em suas atividades apostólicas e da própria aceitação da comunidade religiosa local em participar do processo de formação dos jovens. Não que a referida comunidade tivesse um conhecimento no que refere ao processo de formação na Companhia, certamente, a grande maioria das pessoas do bairro Brazmadeira e dos bairros vizinhos não sabiam o que era a Companhia ou os jesuítas. Nesse sentido, o que se tem no discurso do Pe. Albano é um sentido muito particular, quanto às impressões que ele teve nos dias em que passou em Cascavel, definindo o bairro que sediaria o noviciado e a futura matriz da paróquia Santo Inácio. Na ocasião, o Pe. Albano Trinks passou alguns dias na casa da família Kops, celebrando missas na capela do bairro e na Escola do Jardim Interlagos, mantendo-se em contato com as pessoas de forma geral e com a diretoria da então Capela

---

<sup>270</sup> Idem, item 1.4, p. 2.

<sup>271</sup> Idem, item 2, p. 2.

Nossa Senhora da Salete. É a partir desse contato de alguns dias, com pessoas envolvidas na vida religiosa da localidade, que o Pe. Albano produz suas impressões.

O Mestre Albano, em seu projeto de noviciado, descreve a cidade de Cascavel, levando em conta a situação econômica, social, cultural e religiosa. Com relação à economia, salienta que a produção agrícola, com ênfase no soja, arroz e trigo, representava o grosso da produção no Estado. Segundo Schreiner, o I e II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), desenvolvidos entre 1972 e 1978, procuravam construir as condições necessárias para o desenvolvimento do País, produzindo uma economia moderna e dinâmica. Nesses planos, o setor energético se tornou preocupação central, acompanhado da indústria de base, bem como dos produtos agrícolas de exportação, como o soja e o trigo que ganharam incentivos por meio de políticas que promoveram a expansão da área de cultivo, assim como a mecanização do campo. Nesse contexto, ocorre “um crescimento vertiginoso da concentração de terra. De um lado, embora o número de propriedades com mais de mil hectares tenha aumentado minimamente, a área ocupada por estas unidades aumentou substancialmente. De outro lado, diminuiu o número e a área ocupada pelas propriedades com menos de cem hectares”.<sup>272</sup>

Com relação ao setor industrial, o Mestre Albano aponta que a cidade está em processo de industrialização, com uma área reservada para a implantação de mais de 60 indústrias “que já acederam ao convite de lá se estabelecerem”. A indústria no Oeste paranaense no ano de 1970 representava 4% da produção total no estado, em 1979 3.5%, contudo, isso não representa um retrocesso na indústria do Oeste, pois o que se observa é um crescimento do setor industrial em todo estado, mas principalmente na cidade de Curitiba que em 1975 era responsável por 32% e em 1979 por 52.7% da produção no Paraná<sup>273</sup>. Nesse sentido, a porcentagem da produção industrial da região Oeste diminui em relação ao total produzido no Estado, mas isso não significa que, evidentemente que ela tenha retrocedido. Segundo Antônio de Pádua Bosi, a maior parte dos frigoríficos e fábricas de alimentos, localizadas na região Oeste, começou a funcionar a partir da década de 1980. Parte desse processo é resultante de uma desconcentração territorial da indústria no cenário nacional, ocasionada pela busca de vantagens fiscais e de uma força de trabalho mais barata. Bosi

---

<sup>272</sup> SCHREINER, Davi Felix, *Entre a exclusão e a utopia – um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (região sudoeste/oeste do Paraná)*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2002. p. 92.

<sup>273</sup> BRAGUETO, Claudio Roberto, *o processo de industrialização do Paraná até a década de 1970*. Geografia, Londrina, v. 8, n. 2, p. 149-160, jul./dez. 1999. p. 156-158.

aponta ainda que a indústria do Oeste especializou-se na produção de alimentos ao longo dos anos 1980, com significativa concentração nas cidades de Cascavel e Toledo.<sup>274</sup>

Apesar do Pe. Albano Trinks considerar a cidade de Cascavel “o centro de maior explosão demográfica e o maior pólo de desenvolvimento da região, seu prognóstico quanto à condição social não é positivo. Aponta que “a concentração de terras em mãos de poucos provocou o êxodo rural”,<sup>275</sup> o que considerou a principal razão para o crescimento demográfico da cidade. Relata que, nos bairros, muitos são os “bóias-frias” que só conseguem trabalho em períodos de plantio e colheita, passando a maior parte do ano desempregados. Segundo Trinks, nos períodos de desemprego, alguns vivem da realização de serviços diários, outros, por sua vez, sentem-se “na contingência de roubar para viver”. Destaca que os moradores dos bairros são mais pobres “que suas moradias deixam suspeitar”.<sup>276</sup>

Nilceu Jacob Deitos, em sua tese *A presença da Igreja no Oeste paranaense: a construção do imaginário católico (1930-1990)*, ao discutir a ação da Igreja Católica frente o processo de modernização do Campo, aponta que no Oeste paranaense, na década de 1970, ocorreu um processo de modernização da agricultura e ampliação dos espaços urbanos, cujo resultado era a expulsão de pequenos agricultores de suas propriedades e o inchaço das periferias das cidades com a presença de bóias-frias e de outras pessoas que não tinham mais perspectiva de vida no campo. Nesse sentido, Deitos aponta que:

A modernização do campo e o crescimento das cidades tiveram um impacto social de empobrecimento de pessoas, e, paradoxalmente, o enriquecimento de um grupo econômico que obteve a ampliação de seus negócios, (...). Num contexto de redefinição das relações sociais, redefinição que ocorre num campo conflituoso, a Igreja Católica se articulou, de forma parcial, numa ação voltada aos grupos sociais que sofreram as conseqüências desta nova conjuntura socioeconômica, seja pela situação de empobrecimento, pela expulsão dos pequenos proprietários, do crescimento da mão-de-obra disponível no campo, bem como da presença cada vez maior de famílias na cidade, sem poder usufruir de condições dignas de vida no espaço urbano.<sup>277</sup>

Compreende-se que os jesuítas fizeram parte dessa articulação da Igreja, em específico na cidade de Cascavel, já que é justamente voltada as pessoas desse contexto que se encontra a atuação da Companhia nos bairros da periferia Norte da cidade. No período da transferência,

---

<sup>274</sup> BOSI, Antônio de Pádua, Juventude e trabalho no Oeste paranaense: o futuro que não se realiza. Dossiê: Relações campo cidade – notas de pesquisa. Temas & Matizes, nº 16, segundo semestre de 2009. pp. 172-183. p. 173.

<sup>275</sup> Projeto de Noviciado. Escrito por Albano Trinks, Pe. Mestre de Noviços. Visto na Reunião de superiores da Província do Brasil Meridional a 19/06/1979, item 1.2, p. 1.

<sup>276</sup> Idem.

<sup>277</sup> DEITOS, Nilceu Jacob. *A presença da Igreja no Oeste paranaense: a construção do imaginário católico (1930-1990)*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de pós-graduação em História. Porto Alegre, 2004. P. 193.

os conflitos pela terra eram constantes, o que gerava, segundo Deitos, ao analisar o depoimento de dom Armando Círio, o caos e a insegurança no campo, que apesar de ter ocorrido por pouco tempo, deixou marcas profundas.

O litígio era completo e de difícil solução. A confusão era geral e o confronto entre os colonos, posseiros, grileiros, companhias, pequenos e grandes latifundiários era sempre mais visível. No fundo, as dificuldades provinham do egoísmo de que queria garantir interesses e privilégios, mesmo à custa do sofrimento dos outros. Não menos confiável era também a ação pouco clara do governo, que continuava a expandir títulos de propriedades. Assim apareciam títulos de posse da União, do Governo do Estado, títulos provisórios, títulos falsos.<sup>278</sup>

Para Deitos, essa situação de conflito era um desafio para a Igreja local. Já que, limitava sua ação pastoral, pois, numa área de conflito agrário, um discurso voltado a construção de uma comunidade solidária e socialmente justa, exigiria a superação dos problemas relativos à posse da terra. Deitos entendeu que a posição da Igreja teria sido um tanto quanto tímida, pois, naquele momento, pronunciou-se apenas por meio de cartas a autoridades argumentando quanto à necessidade de equacionar os conflitos locais.

Essa problemática das terras desafiava a Igreja, que tem o dever de estar ao lado dos injustiçados. [...] Os princípios que animavam a Igreja nas suas opções em favor de quem sofre são sempre os mesmos: caridade, espírito de serviço, ânsia de justiça. Todo o sistema que é contra o homem não pode ser aprovado. O bem comum, para a Igreja, compreende o conjunto das condições de vida social, que permitam aos indivíduos e às famílias alcançar mais facilmente o seu desenvolvimento e bem-estar.<sup>279</sup>

Não se pode deixar de notar, a partir do exposto por Dom Armando Círio, sua proximidade de ideias com relação ao que a Companhia de Jesus entende como sua missão. Esse, diga-se de passagem, é um dos critérios estabelecidos para a escolha de um lugar que garantisse boas condições para a formação dos noviços: “Um Bispo que afine com a orientação da Companhia relativa à sua missão de combate pela fé e pela Justiça”. Assim, a postura religiosa de Dom Armando Círio em consonância com os propósitos da Companhia, representa um ponto favorável à escolha de Cascavel como sede do noviciado. Além disso, a instalação do noviciado na cidade, bem como a criação da Paróquia Santo Inácio dependia da aprovação do Bispo que, segundo o Mestre de noviços os acolheu “de braços abertos”.

---

<sup>278</sup> Depoimento de dom Armando Círio. SCHERER, dom Irineu Roque. História da Igreja – Dos conflitos pela terra ao êxodo e ao fim da alegria e do espírito comunitário. *Apud*: Diocese de Toledo. Revista Cristo Rei. Ano III, nº 26. Toledo: março/99, p. 23. *Apud*: DEITOS, Nilceu Jacob. *Op. Cit.*, 2004. P. 197.

<sup>279</sup> DEITOS, Nilceu Jacob. *Op. Cit.*, 2004. P. 198.

Deitos aponta que a articulação da Igreja em nível pastoral na Diocese de Cascavel, para atuar diante de uma nova realidade urbana foi bastante precária, pois o clero na região não apresentava uma postura coesa nas concepções sociais de atuação junto ao povo, em especial entre os marginalizados.<sup>280</sup> Segundo relato do primeiro coordenador da pastoral diocesana, Lázaro Bruning, a Igreja não conseguiu implementar uma ação pastoral voltada para as demandas sociais vindas com a urbanização, consequência de uma formação muito heterogênea do clero, diferente da perspectiva do Bispo dom Armando Círio.<sup>281</sup>

Uma parcela significativa do clero da diocese de Cascavel acreditava que as iniciativas deveriam surgir entre os leigos, eximindo sua responsabilidade sobre a organização pastoral. Contudo, a falta de articulação da Igreja para capacitar e preparar os leigos, para que pudessem assumir uma atuação que desse resultados acabou inviabilizando o trabalho deles.<sup>282</sup> Segundo Jacob Deitos,

No contexto da urbanização do oeste do Paraná, Igreja a nível regional não conseguiu consolidar uma pastoral urbana que fosse ao encontro de um projeto de sociedade que atendesse às camadas mais carentes e marginalizadas nas cidades que cresciam vertiginosamente. Entre elas merece destaque a cidade de Cascavel, que registrou o maior crescimento da região oeste. Esta mesma cidade contava, em sua sede diocesana, com a presença de um bispo que, conforme a própria coordenação de pastoral diocesana, tinha uma grande sensibilidade para as questões sociais. O coordenador também uma preparação teórica e pastoral que poderiam dar passos significativos para o avanço das pastorais nas áreas urbanas.<sup>283</sup>

Contudo, o autor aponta que, mesmo com todas estas condições, não se desenvolveu uma ação pastoral voltada para as cidades nos anos de 1980. Os motivos ligam-se a escassez do número de Padres, postura demais formalista e tradicional de parte do clero e a formação intelectual precária de muitos deles.<sup>284</sup> Nesse sentido, a presença da Igreja nas cidades representou uma crescente ocupação dos espaços, por meio da criação de novas pastorais, novas paróquias e da reivindicação por mais padres.<sup>285</sup> Essa ideia é, contudo, passível de discussão, pois analisando o livro tombo da Paróquia Santo Inácio, observa-se o esforço empreendido pelos jesuítas da cidade em desenvolver uma pastoral urbana, outro elemento que pode, em certa medida, contrariar a conclusão de Deitos diz respeito à alta qualidade da

---

<sup>280</sup> DEITOS, Nilceu Jacob. *Op. cit.* 2004. P. 207, Sobre o context religioso no Oeste paranaense ver: MEZZOMO, Frank Antonio. **Religião, nomos e utopia. O catolicismo na região de Toledo (Paraná 1940-1970)**. Cascavel, Edunioeste, 2001.

<sup>281</sup> Idem, p. 206.

<sup>282</sup> Idem, p. 207.

<sup>283</sup> Idem, p. 208-209.

<sup>284</sup> Idem, p. 209.

<sup>285</sup> Idem, p. 205

formação dos padres jesuítas que atuaram na cidade de Cascavel ao longo dos anos da década de 1980.

Referenciou-se anteriormente que o Provincial da BRM pedira, em carta, que o Pe. Cecil Mc Garry, Conselheiro Geral de formação da Companhia, fizesse uma visita a Porto Alegre para que pudesse analisar a situação da formação na Província. Mc. Garry fora a Porto Alegre e esteve, inclusive, no encontro interprovincial dos noviciados em Salvador. O Conselheiro Geral fez algumas observações a respeito da formação no noviciado apontando para a falta de maturidade em muitos noviços e de problemas pessoais mal resolvidos como a questão da castidade. Criticou a linha de formação, considerando-a demais questionadora, apontou para o que considerou certa insegurança do Mestre de noviços. Nesse sentido, propôs que seria conveniente uma caminhada mais lenta, buscando mais uma linha de evangelização do que de luta e contestação, já que segundo Mc. Garry a linha depende da maturidade espiritual e, sem maturidade, com problemas pessoais graves não se pode resolver os problemas de justiça. Quanto à transferência, aponta que o Noviciado seria colocado com mais vantagens num ambiente de menos questionamento social, além disso, seria importante tomar a decisão de transferir “num momento mais calmo sem o perigo de choques sociais”.<sup>286</sup>

Dessa forma, entende-se que o Pe. Mc. Garry não recomendaria a transferência do Noviciado para Cascavel, tendo em vista o conflito pela terra observado na cidade. Se a linha de formação fora considerada muito questionadora na cidade de Porto Alegre, Cascavel apresentava um contexto social que poderia aprofundar os questionamentos sociais, o que iria contra o conselho de Garry de que os noviços deveriam “engajar-se mais na evangelização do que na conscientização do mundo”.<sup>287</sup> Porém, apesar de estarem inseridos num ambiente de conflito, não necessariamente os jesuítas em Cascavel deveriam se envolver nessa questão. Do ponto de vista do Pe. Mc Garry não, mas visivelmente suas concepções não eram as mesmas que a do Pe. Albano que trabalhou, por exemplo, com o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) no ano de 1981. Contudo, observando os registros do diário do Noviciado, o trabalho dos noviços esteve desvinculado da área rural, concentrando-se mais nos bairros que compunham a paróquia Santo Inácio. Contudo, os questionamentos quanto à linha de formação adotada pelo Mestre Albano, parecem ter repercutido em Roma. Em 25 de Setembro de 1979, o Geral da Companhia, em resposta aos pedidos de autorização para a transferência, se pronuncia da seguinte maneira:

---

<sup>286</sup> Consulta de 23/11/1979. Transferência do Noviciado. Nº 1596.

<sup>287</sup> Consulta de 06/06/1979. Transferência do Noviciado. Nº 1625.

A esse respeito [transferência] tivemos ocasião de falar aqui em Roma, quando da sua presença para o Encontro dos Presidentes das Conferências de Provinciais S. J. neste mês de Setembro; por isso, agora limitar-me-ei brevemente a pôr por escrito nesta a resposta a esse seu pedido, que se resume na necessidade urgente de, antes da aprovação da transferência de local e do projeto de formação, nomear um novo Mestre de Noviços, seja por tempo provisório, seja definitivo. Só depois dessa nomeação poderemos discutir para uma aprovação definitiva a conveniência da transferência para Cascavel e o projeto de formação dos Noviços. Fico, pois, à espera da indicação, para aprovação, do nome para o novo Mestre de Noviços que substitua o P. Albano Trinks.<sup>288</sup>

A questão central, nesse sentido, volta-se ao Pe. Albano, já que para o Geral Pedro Arrupe, mais urgente que transferir ou repensar a linha de formação dos Noviços, era substituir o Mestre de Noviços. Os motivos para essa substituição são, em certa medida, uma incógnita. É possível, nesse sentido, produzir apenas respostas hipotéticas, levando-se em conta as críticas que o Conselheiro Geral para assuntos de formação havia feito à formação na Província do BRM e ao próprio Pe. Albano. A primeira se refere a “certa insegurança do Mestre de Noviços” em seguida, para a existência de problemas pessoais não resolvidos e entre parênteses a palavra castidade: “falta maturidade em muitos; linha demais questionadora; certa insegurança do Mestre de Noviços; problemas pessoais não resolvidos (castidade e etc.)” Observando a descrição é difícil determinar se os problemas pessoais são dos noviços a quem faltaria maturidade, ou do Mestre que seria inseguro. Essa dificuldade decorre da parte final das observações de Mc Garry: “deve-se buscar mais uma linha de evangelização do que de luta e contestação; a linha depende da maturidade espiritual, pois sem maturidade e com problemas pessoais graves não se pode resolver os problemas de justiça”. Na primeira parte das observações do Pe. Mc. Garry, a escrita leva à compreensão de que os problemas pessoais fazem referência ao Mestre Albano, na segunda parte, a questão é deslocada da figura dos atores em questão e apresentada de forma geral, o que não possibilita uma resposta concreta. Com relação à linha de formação, ela se volta para uma perspectiva de crítica às estruturas sociais que geram a desigualdade, como o apontado no capítulo anterior.

Em resposta à carta de Pedro Arrupe, Paulo Englert, considerando aconselhável a substituição do Mestre, indicou o nome do Pe. Lino Carrera Gómez que na ocasião se encontrava na Espanha, onde ficaria em “período de descanso” até Janeiro de 1980. Com isso, para que a questão da transferência não ficasse parada, o Provincial pediu que: “caso aprovado o novo Mestre, se passe logo para a transferência do Noviciado, ainda mesmo com o

---

<sup>288</sup> Carta enviada ao Padre Geral Pedro Arrupe aos 25 de Setembro de 1979 pelo Pe. Paulo Englert. Arquivo da Cúria Provincial S. J. Porto Alegre, RS, nº do documento 2978.

atual Mestre no cargo”.<sup>289</sup> Nesta carta, o motivo para a substituição do Pe. Albano não é explicada, parece ser em certa medida, um assunto confidencial. “Falando agora do pedido de V. Rev. em sua carta mencionada, de fato eu já tinha abordado o assunto do novo Mestre na Consulta, antes de receber sua Carta, baseado no que tratamos em Roma a esse respeito”.<sup>290</sup> De qualquer maneira, por algum motivo fora exigida a substituição do Mestre de Noviços antes mesmo da transferência do Noviciado para Cascavel. Contudo, Albano Trinks, não só manteve-se com um dos protagonistas no processo de transferência, mas também como Mestre de Noviços até o dia 12/02/1982, quando assume o Pe. Quirino Weber, que no contexto das discussões sobre a transferência, ocupava o cargo de Delegado de Formação e Sócio do Provincial. O Pe. Lima Carrera, segundo o livro-tombo da Paróquia Santo Inácio, no primeiro dia do mês de março de 1980 esteve na cidade de Cascavel, mas por motivos de saúde não pode assumir o cargo de Mestre de noviços. “Esteve, também, conosco o Rev. Sr. Pe. Lima Carrera, o qual deveria assumir o Noviciado S. J. e cooperar pastoralmente em nossa Paróquia. Mas teve que retornar à sua Província (Centro-Leste), por motivo de saúde, podendo, posteriormente, vir a colaborar conosco”.<sup>291</sup>

O quarto critério para a escolha da cidade onde se instalaria o Noviciado Paulo Apóstolo considera a necessidade de “bons recursos culturais e possibilidade de contato intercongregacional”,<sup>292</sup> o que caracterizaria a cidade de Londrina como melhor opção, devido à relativa proximidade com o Noviciado da Província Centro-Leste, localizado na cidade de Campinas, estado de São Paulo, o que contribuiria com o intercâmbio entre os noviciados. Além disso, o Pe. Albano entendeu que Londrina representaria um centro maior com mais recursos culturais o que tendeu alguns consultores para a escolha de Londrina e não de Cascavel.

Manifestando-se em relação à situação cultural da cidade de Cascavel, o autor do Projeto de Noviciado, apontou que a cidade contava com poucos recursos culturais: “os universitários e cursilhistas são os únicos que lêem algo de mais formativo”.<sup>293</sup> O Mestre de noviços refere-se, nesse sentido, à cultura letrada da cidade que certamente era compartilhada apenas pela elite econômica, já que, com raras exceções, os moradores da periferia da cidade, com todos os problemas que enfrentavam em seu cotidiano, poderiam frequentar uma escola,

---

<sup>289</sup> Carta enviada ao Padre Geral Pedro Arrupe aos 16 de Outubro de 1979 pelo Pe. Paulo Englert Porto Alegre, RS, nº do documento 4750.

<sup>290</sup> Idem.

<sup>291</sup> Livro Tombo da Paróquia Santo Inácio da Arquidiocese de Cascavel. Registro de 1980 a 1989. Registro do dia 01/03/1980, p. 3.

<sup>292</sup> Projeto de Noviciado. Escrito por Albano Trinks, Pe. Mestre de Noviços. Visto na Reunião de superiores da Província do Brasil Meridional a 19/06/1979, item 3, p. 3.

<sup>293</sup> Idem, item 1.3, p. 1.

quicá uma universidade. Apesar dos pontos favoráveis a Londrina, Cascavel se tornou sede do Noviciado, pois os consultores consideraram mais importante a proximidade em relação às paróquias administradas pela Companhia no estado do que com o Noviciado de Campinas.

Com relação à transferência, se observa que ela não aconteceu por meio de um processo simples, pelo contrário, muitos foram os estudos, consultas e cartas, até que se aprovasse a ideia de mudar o noviciado de Porto Alegre. É perceptível, em certa medida, até mesmo uma tensão no processo, tendo em vista as divergências que se apresentaram. Até aqui, fez-se alguns apontamentos levando-se em conta os critérios para a escolha da cidade sede do noviciado, o que representa ao mesmo tempo as exigências da Companhia para uma inserção que tenha sentido com suas prerrogativas no tempo em questão.

A partir daqui, serão apresentados mais algumas discussões sobre questões que fizeram parte do processo de transferência, a primeira diz respeito a um dos objetivos específicos do noviciado. “Criar em Cascavel um Noviciado que se distinga por estilo de vida simples, pobre, fraterna e alegre e solidária com a condição do povo dos bairros”,<sup>294</sup> em oposição ao que se observa em Porto Alegre, onde o bairro onde se localizava o Noviciado era considerado rico. Segundo relato do Pe. Albano Trinks.

As casas dos bairros são quase na totalidade de madeira e, muitas delas, bem pobres. As duas casas do Noviciado, interligadas por área coberta, não destoam do estilo das demais casas e, contudo, oferecem condições boas para a finalidade em vista. As duas casas tem uns dez quartos, cozinha, duas sanitárias, luz elétrica, e diante dos quartos de uma e outra residência, ampla área ou sala de estar. O terreno, em parte já arborizado, oferece ótimo espaço para uma horta e, eventualmente para construir alguma peça a mais, se for necessário.<sup>295</sup>

Na consulta do dia 26 de março de 1979, tem-se algumas informações a respeito da compra das casas. As condições apresentadas pela Companhia para a concretização do negócio são as de que as inquilinas deixassem as casas antes de se fechar o negócio e que na vizinhança não houvesse prostíbulos. Nas casas que a Companhia comprou para instalar o Noviciado, funcionava um bordel. Aparentemente essa informação poderia ser considerada desnecessária, contudo, ela é representativa dos processos de mudança que vinha ocorrendo no bairro Brazmadeira. Em meados dos anos de 1960, se instalou na região aonde viria a ser o bairro Brazmadeira uma pequena serraria, o que atraiu algumas famílias que passaram a morar nas proximidades da empresa. Mais tarde, instalou-se no bairro outra empresa dessa especialidade, só que de grande porte. Devido à falta de trabalhadores qualificados para

---

<sup>294</sup> Projeto de Noviciado. Escrito por Albano Trinks, Pe. Mestre de Noviços. Visto na Reunião de superiores da Província do Brasil Meridional a 19/06/1979, item 4.2, p. 4.

<sup>295</sup> Idem, item 2, p. 2.

trabalhar nestas serrarias, foi necessário importar mão de obra de outras regiões, o que contribuiu para o crescimento do bairro, já que, foram construídas várias casas no entorno das empresas. No trabalho com a madeira, a maior parte eram homens, que vinham, por vezes, de longe para realizar serviços temporários, o que oportunizou o desenvolvimento de prostíbulos na região. A partir da década de 1970 a atividade madeireira encontrava-se em acentuado declínio, junto com ele veio à estagnação do bairro Brazmadeira e muitos trabalhadores deixaram o bairro. Mesmo com o fechamento das serrarias, o bordel se manteve, devido ao constante fluxo vindo da rodovia BR 467 que liga as cidades de Cascavel e Toledo. A casa comprada pela Companhia fica às margens dessa rodovia e se encontrava a menos de 100 metros da antiga capela.

De qualquer maneira, a questão do imóvel fora resolvida nos dias seguintes à referida Consulta. O que intriga, contudo, é o fato do Provincial, bem como os consultores da Província Sul – brasileira terem promovido toda a transferência sem a permissão definitiva do Pe. Geral da Companhia, já que, em outubro de 1979 ele ainda não havia dado sua aprovação definitiva e, mesmo assim, as casas já haviam sido compradas. Depois da compra, foram enviados a Cascavel os Irmãos Coadjuutores Leonardo Steffen e Selário Seewald que realizaram a reforma do imóvel.

Além do apontado, o objetivo de se formar um noviciado em Cascavel com estilo de vida simples e pobre, liga-se a ideia expressa no projeto assinalado no início deste capítulo, intitulado *Consecução do nº 49 do Decreto 4º e do nº 7 do Decreto 12*, que traz a ideia de que “será impossível amar a pobreza e sentir suas consolações escondidas, sem experimentar alguns dos seus efeitos atuais. O teor de vida das nossas comunidades não deve exceder o de uma família de condições modestas, cujos trabalhadores se têm de esforçar para a conseguirem sustentar”.<sup>296</sup> Assim:

Será, portanto necessário que um maior número dos Nossos partilhe, mais de perto, a sorte das famílias de rendimento modesto: daqueles que, em todos os países, constituem a maioria, muitas vezes pobre e oprimida. E será necessário que, (...) nos tornemos todos sensíveis às dificuldades e às aspirações dos mais desprotegidos por meio daqueles dos Nossos que as vivem mais de perto.<sup>297</sup>

O objetivo de criar um noviciado em Cascavel que se distingue por um estilo de vida simples e pobre, faz referência, também, à adaptação a outros decretos da Congregação Geral

---

<sup>296</sup> XXXII Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1975. Decreto 12, Parágrafo 7, p. 147.

<sup>297</sup> Idem, decreto 4, parágrafo 50, p. 55-56.

32. No Decreto 4, apresenta-se um capítulo intitulado A solidariedade com os pobres, onde o parágrafo 48 determina:

Do mesmo modo, a solidariedade com os homens, que levam uma vida difícil e estão, coletivamente, oprimidos, não pode ser assunto de alguns jesuítas apenas. É solidariedade que deve marcar a vida de todos, tanto no plano pessoal como no comunitário e até institucional. Impor-se-ão mudanças nas nossas formas e estilos de vida, a fim de que a pobreza, de que fizemos voto nos identifique com Cristo pobre que se identificou a si mesmo com os mais desprovidos. Serão também necessárias revisões e opções quanto a nossa inserção institucional e aos empreendimentos apostólicos.<sup>298</sup>

Nesse mesmo sentido, o decreto 4 parágrafo 50, que trata do caráter fundamental de estar junto aos pobres, entendendo seus anseios para poder ajudá-los, contribuindo, dessa forma, com a promoção da Justiça, representa as mudanças na Companhia de Jesus para a adaptação de suas ações aos novos desafios que se abrem na década 1970.

Caminhando nós, paciente e humildemente ao lado dos pobres, ficaremos a saber qual o auxílio que lhes poderemos levar, depois de termos primeiro aceitado receber muito deles. Sem este caminhar lento ao lado deles, a ação a favor dos pobres e oprimidos estaria em contradição com as nossas intenções e impediria esses mesmos, que nós desejamos ajudar, de tomarem sobre si os meios eficazes para atingir seu destino pessoal e coletivo.<sup>299</sup>

Também o Decreto 12 da CG 32, no parágrafo 11 reafirma essa opção pela pobreza e pela ação entre os pobres:

A Igreja considera hoje tal ministério em favor da justiça como prática atual da pobreza. Esta atuação é necessária em todas as partes, mas em muitas regiões torna-se condição de credibilidade, quer para a Companhia quer para a Igreja. A inserção de comunidades entre os pobres, de modo que os Nossos trabalhem por eles e entre eles, ou pelo menos adquiram alguma experiência da sua condição, é um testemunho de amor dos pobres e da pobreza, a que a Igreja nos incita. A execução, porém, deste propósito variará segundo as circunstâncias. Por tal motivo, a não ser que uma razão evidente aconselhe o contrário, o provincial anime as comunidades que, mantendo-se em união e caridade com o resto da província, escolham uma prática mais estreita da pobreza ou vivam entre os pobres, servindo-os e participando da sua experiência.<sup>300</sup>

De fato a transferência do noviciado para Cascavel representa a inserção de uma comunidade jesuítica entre os pobres que é uma exigência da própria Igreja e sinal de credibilidade perante ela. Portando, essa mobilidade é representativa de um esforço de adaptação à prerrogativa de preferência pelos pobres do Concílio Vaticano II e da Conferência

<sup>298</sup> Idem, Decreto 4, Parágrafo, 48, p. 55.

<sup>299</sup> Idem, Parágrafo 50, p. 56.

<sup>300</sup> Idem. Decreto 12, parágrafo 10, p. 149-150.

de Medellín. Contudo, não se pode considerar a ideia de que o noviciado seria transferido para Cascavel para que os noviços pudessem conviver num ambiente de pobreza e injustiças. Se o caso fosse esse, bastaria que a Companhia alocasse seu noviciado num bairro da periferia de Porto Alegre. Porém, a inserção num espaço, onde os jovens da Companhia pudessem experimentar o contato com as famílias de rendimento modesto não se caracteriza como o motivo para a transferência, mas como uma exigência dela. Contudo, não é apenas o contexto de pobreza material que se levou em consideração na transferência, mas como já destacado, é o cenário de completa marginalização, econômica, social, cultural e religiosa que se apresentava na cidade de Cascavel, com o progressivo processo de êxodo rural e o crescente número de famílias vivendo na periferia da cidade favorece a escolha de Cascavel como sede do Noviciado Paulo Apóstolo. Nesse sentido, as normativas para a Companhia Universal, expressas nos decretos da CG 32, legitimam a escolha de Cascavel, bem como do bairro Brazmadeira, central em relação aos outros bairros da periferia Norte da cidade como sede do Noviciado da Província Sul - brasileira. Tendo em vista os mesmos decretos, destaca-se a modéstia na escolha da casa do noviciado, que depois de comprada passou por reformas apenas de adaptação. A própria organização e distribuição das tarefas da casa entre os noviços são representativos dessa opção pela simplicidade e pobreza. Certamente, a casa do noviciado na cidade de Cascavel não representaria uma promoção social para o candidato a Companhia, já que, era tão humilde quanto às casas da vizinhança bastante pobre.

Outro elemento fundamental que se deve discutir em relação à transferência é a questão das vocações. É evidente que o estado do Rio Grande do Sul já não apresentava a mesma abundância vocacional que a observada na primeira metade do século XX. Em reunião no mês de Setembro de 1978, os Superiores foram lembrados pelo Pe. Provincial Paulo Englert que um dos objetivos específicos do Plano de Governo daquele ano, era “a mentalização e trabalho por vocações”. Nas palavras do Provincial:

Deus nos dará vocações quando perceber que nós queremos mesmo. Será que nossa oração por vocações parte mesmo dum desejo profundo? Se as pedirmos sinceramente para a Igreja e a Cia., então nos atenderá. É preciso fazer um trabalho positivo nesse sentido. Rezar e ser sinal-modelo de vida religiosa e da Companhia para os outros, a fim de atrair vocações.<sup>301</sup>

Concluiu pedindo aos superiores que não perdessem a paz e a calma frente aos problemas, mas que procurassem desenvolver um trabalho sobre a problemática das vocações. Implementar as vocações na cidade de Porto Alegre seria difícil, tendo em vista que, segundo

---

<sup>301</sup> Ata da reunião dos superiores de 13-14/09/1978. Cúria Provincial, C. P. 2446, p. 3.

Mestre Albano, a visão dos moradores de determinado bairro de Porto Alegre, não especificado por ele, não tinham uma visão muito positiva do clero e certamente nem da vida sacerdotal ou religiosa, nesse sentido, a área urbana da cidade representava um campo pouco expressivo para vocações.

Apesar da instalação do noviciado ter ocorrida na área urbana de Cascavel, no contexto da transferência, era observado um intenso processo de êxodo rural e conseqüente inchaço dos bairros periféricos, nesse sentido, os moradores do bairro, segundo o autor do projeto, eram na sua maioria imigrantes do Sul do Brasil, descendentes de Alemães e Italianos, que mantinham uma “mentalidade mais rural do que urbana”.<sup>302</sup> Para desenvolver vocações para a Companhia, a cidade de Cascavel, parecia apresentar condições favoráveis que interessaram o Pe. Albano, pois apontara que existiam “boas perspectivas de despertar vocações”. Contudo, a compreensão do Mestre Albano não se mostrou profícua, tendo em vista que não se observou o ingresso de noviços cascavelenses ou mesmo da região onde a Companhia atuava nas paróquias próximas a Cascavel. Os noviços em formação na cidade de Cascavel continuaram a provir de cidades do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com ênfase no primeiro estado. Isso é reflexo, primeiro, da baixa escolaridade dos jovens de Cascavel que poderiam se interessar pela vida na Companhia.<sup>303</sup> Segundo, a Companhia mantivera na Província do Brasil Meridional todo seu apostolado educacional e intelectual concentrado em grandes centros dos estados do Sul do Brasil, onde, por conseqüência, tinham maior condições de atingir indivíduos para “alistarem-se sob o estandarte da Cruz” (despertar vocações). Terceiro, o pré-noviciado, reformulou-se e manteve-se no Rio Grande do Sul. Nesse sentido, os jesuítas de Cascavel ficaram sem muitos instrumentos para atrair candidatos ao Noviciado.

Antes de encerrar, resta apontar que a Companhia de Jesus não foi a única Ordem religiosa presente na cidade de Cascavel no início da década de 1980. Já atuavam na recém-criada arquidiocese: Instituto Missionário da Consolata, Ordem dos Frades Menores Conventuais, Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, Sociedade do Verbo Divino, Pia sociedade de São Carlos, Sociedade Vicente Palotti, Passionistas e Oblatos de São José. Sendo que muitas delas se instalaram na região da arquidiocese a partir de meados da década de 1960, ou seja, acompanharam o crescimento populacional da região Oeste do Paraná ocasionada pela intensa migração de pessoas vindas dos estados mais ao Sul.

---

<sup>302</sup> Mentalidade é a forma que o autor do projeto de noviciado para Cascavel, encontrou de falar da constituição cultural daquela gente.

<sup>303</sup> É requisito para o ingresso na Companhia ter o ensino médio concluído.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo dessa pesquisa, enunciado no anteprojeto, apresentado ao programa de pós-graduação como requisito de seleção do mestrado em história, visava abordar a história recente da Companhia de Jesus nos anos da década de 1970, a partir da mudança de localidade do Noviciado Paulo Apóstolo de Porto Alegre para Cascavel em 1980. Para tal abordagem, fez-se a opção metodológica da variação de escala, característica de uma modelo de análise chamado micro história, desenvolvido ao longo das décadas de 1970 e 1980, em especial nas publicações no *Quaderni Storici* e na organização da coleção intitulada *Micro História*. Os principais expoentes dessa corrente historiográfica e que estiveram envolvidos no processo de constituição dessa maneira de pensar a história, são os historiadores Carlo Ginzburg e Giovanni Levi.

A partir de tal objetivo e metodologia, estabeleceram-se os objetivos específicos, compreendendo-se como importante desvendar o contexto mais amplo em que se inseria o processo de transferência do noviciado. Nesse sentido, a hipótese inicial foi a de que o fato estudado não estivesse desconexo com os acontecimentos observados na Igreja e na Companhia, como o Concílio Vaticano II, que esteve em sessão entre 1962 e 1965, e a Conferência do Episcopado Latino-Americano, realizado na cidade de Medellín, Colômbia no ano de 1968 e, principalmente, as 31ª e 32ª Congregações Gerais da Companhia. Outro objetivo específico era o de compreender a política de inserção da Companhia, ou seja, a partir de que critérios a Ordem define sua colocação no espaço e a análise da transferência permitiu essa compreensão, como se apontará a seguir.

Outra opção que marcou essa pesquisa foi a de realizar o estudo referente à formação do noviço a partir de suas experiências cotidianas. Por meio dessa análise, se pode observar a forma como as normativas da Companhia, produzidas na CG 32 se expressam numa realidade particular como é o caso da formação dos noviços da Província do Brasil Meridional no ano de 1978.

Considerou-se importante apontar, nesse sentido, a complexidade do processo de formação dos sacerdotes e irmãos religiosos na Companhia de Jesus. O foco dessa pesquisa se deu no período do noviciado, momento em que os jesuítas passam por um processo de formação e provação de sua vocação. Desse modo, observou-se que toda a formação do jesuíta tem fim apostólico, ou seja, de serviço, que segundo o definido na Congregação Geral 32, deveria contribuir com a missão de propagação da fé e promoção da justiça. Além disso, a formação na Companhia tem fim sacerdotal para os escolásticos e de irmãos religiosos para os

chamados coadjutores, e, cada um de maneira específica desenvolve trabalhos apostólicos de acordo com a finalidade de sua formação.

O serviço da fé e a proclamação da justiça foram definidos como missão da Companhia de Jesus a partir da CG 32 de 1975, a fim de responder aos desafios da época. A redefinição da missão da Companhia vem acompanhada da necessidade de adaptação das práticas apostólicas dos jesuítas que deveriam moldar-se às rápidas e constantes transformações sociais e culturais observadas naquele contexto. Pensar o processo de adaptação em torno da redefinição da missão da Companhia foi um dos principais objetivos desse trabalho.

Nesse sentido, compreendeu-se que as mudanças observadas desde a CG 31, produzida em 1965, fora resultado de transformações observadas no interior da Igreja com o Concílio Vaticano II. Assim, a adaptação que a Companhia exigia de seus membros por meio das prerrogativas expostas pelas CGs 31 e 32, representavam, também, uma exigência da Igreja para com a Ordem. Essas exigências dizem respeito a algumas dimensões fundamentais que a Igreja vai assumir a partir das mudanças requeridas com o Concílio Vaticano II, sendo a dimensão fundamental o diálogo com o mundo moderno. Esse processo de adaptação não ocorreu, porém, de maneira uniforme ou sem conflitos. As intervenções do Papa Paulo VI na CG 32, são muito representativas desse conflito, que tinha como principal causa, as tendências de caráter progressista observadas em alguns setores da Companhia que levaram, em algumas ocasiões, a opção pela justiça, a um patamar de luta política contra as estruturas sociais responsáveis pela produção das desigualdades. Quando se concluiu a 32ª reunião dos Padres congregados em Roma, Paulo VI já havia determinado que antes dos Decretos serem publicados e colocados em prática, deveriam passar por seu crivo, o que remete ao voto de obediência ao Sumo Pontífice que é o quarto e último voto que o sacerdote jesuíta realiza. Mais tarde, os Decretos da CG foram devolvidos a Companhia, mas com a advertência de que eles não haviam atingido o resultado esperado pelo Papa.

No contexto de mudanças, observou-se que a formação dos noviços da Província do Brasil Meridional também passava por uma adaptação. O processo de formação dos noviços da Província Sul brasileira, descrito a partir das experiências cotidianas dos noviços em formação, expressas nos registros produzidos por Pedro Canísio no diário do noviciado, mostrou que havia um conhecimento por parte deles da necessidade de adaptar sua vida e seu apostolado às diretrizes do Decreto 4 da CG 32, no qual se definiu a missão da Companhia de serviço da fé e promoção da justiça. Da opção pela promoção da justiça decorre a preferência por uma vida simples e pobre, mas principalmente entre os pobres. Tendo isso em vista, Pedro

Canísio em suas descrições, deu provas da importância do apostolado social junto dos pobres, pois sempre que se deparava com experiências apostólicas junto a eles, mostrava-se muito entusiasmado.

É importante salientar que um dos elementos importantes que compõe a formação na SJ e que contribui com o compromisso de adaptação observado nos noviços, é a integração deles ao corpo apostólico da Companhia, que constitui a personificação da Ordem em seus membros, assim, o jesuíta passa por um processo de formação que o torna a expressão da Companhia. Se os noviços compartilhavam da ideia de adaptação, entendendo-a como uma necessidade, isso seria reflexo do trabalho de integração de suas personalidades à Companhia. Ao analisar as atividades de formação dos noviços jesuítas, observou-se como Pedro Canísio, redator do diário, destacava como elemento positivo toda atividade apostólica voltada aos pobres, mas, enfatizava especialmente experiências de jesuítas vivendo entre eles. A própria atividade de escrita no diário e sua realização dedicada, expressa a integração da personalidade, pois, como o demonstrado, a escrita ocupa um papel fundamental na Companhia, sendo elemento constitutivo na formação do jesuíta.

Quanto à viagem de Porto Alegre até Salvador, entende-se que seja um esforço de integrar os noviços ao corpo apostólico da Companhia, já que, eles estiveram em contato, com muitos membros da Ordem que desenvolviam trabalhos nos mais diversos apostolados e viviam em condições materiais de existência bastante plurais. Além disso, a viagem possibilitou, por meio das inúmeras visitas aos pontos turísticos das cidades de Curitiba, Rio de Janeiro, Salvador e Belo Horizonte que os noviços experimentassem momentos de lazer, o que é também, uma exigência na formação. Conhecer novos lugares colocou os noviços em contato com diferentes culturas e estilos de vida, o que contribui certamente para sua formação cultural. Além disso, colocar o noviço em contato com a diversidade permitiu que os formadores os conhecessem melhor, ao passo que suas atitudes, diante do novo, os levaram a agir com maior espontaneidade, o que abriria espaço para que os noviços se mostrassem como realmente são. Por fim a viagem foi uma boa oportunidade para que os superiores observassem os noviços quanto à prática da liberdade responsável, que se constitui como importante elemento da formação.

Apontou-se anteriormente que a formação dos integrantes, em especial dos escolásticos da SJ é um processo complexo, isso porque deve haver uma organicidade entre as esferas espiritual, intelectual e apostólica que compõem o processo de formação na Companhia, ou seja, cada um desses elementos da formação não pode ser praticado individualmente, eles devem unir-se no cotidiano de estudos, orações e atividades apostólicas.

O objetivo é que haja uma integralidade na formação, onde todos esses elementos fossem observados harmonicamente.

Tendo em mente a descrição do cotidiano dos noviços em formação na Companhia, produzida nos capítulos 1 e 2 dessa dissertação, é importante destacar que a primeira parte da viagem, marcada pelo trajeto até Salvador, tenha apresentado certo *déficit* de elementos que compõe a integralidade da formação do jovem jesuíta, porém, deve-se ponderar que provavelmente não era o objetivo dos formadores proporcionar essa experiência integradora já no primeiro momento da viagem. Deve-se ter em conta, nesse sentido, que os elementos espiritual, intelectual e apostólico foram desenvolvidos no segundo momento da viagem, quando os noviciados das três Províncias do Brasil achavam-se reunidos na Ilha de Itaparica. Nessa etapa da viagem, a formação se deu de maneira mais ordinária, ou seja, sem grandes diferenças daquela realizada no cotidiano de cada noviciado. Assim, observou-se o empreendimento de diversas atividades que contemplaram a formação espiritual, intelectual e apostólica.

Merecem destaque, contudo, as atividades apostólicas que os noviços realizaram na Ilha de Itaparica. O apostolado desenvolvido durante o encontro foi exclusivamente social, no qual se produziu uma coleta de dados nas visitas às famílias. Os dados foram analisados, produzindo um quadro comparativo entre a realidade social e econômica vivenciada na Ilha de Itaparica e a realidade brasileira. Os noviços ainda organizaram celebrações de missas e procissões, colaboraram na catequese de crianças, reuniram-se com os jovens. Apesar do apostolado realizado no período do noviciado estar voltado a objetivos de formação, observou-se que as atividades apostólicas desenvolvidas pelos noviços eram por eles compreendidas como uma missão que contribuiu com a Igreja local.

Tendo em vista as adaptações exigidas pela Igreja para a Companhia, considerou-se que a transferência do noviciado de Porto Alegre para Cascavel, numa escala reduzida, representa tal esforço de adaptação. É importante ressaltar, porém, que a Companhia sistematizou toda sua adaptação as Encíclicas do Concílio Vaticano nos Decretos das Congregações Gerais 31 e 32. Nesse sentido, a referida transferência representa mais o esforço em adaptar a vida e formação dos jesuítas da Província BRM aos Decretos, em especial aos da CG 32, o que numa escala ampla representa a adaptação ao referido Concílio.

Apresentadas as justificativas para a transferência, pode-se observar que ela, de fato, está vinculada a necessidade de oferecer as melhores condições para a iniciação do Noviço na Companhia. Nesse sentido, chegou-se à compreensão de que Porto Alegre não favorecia tal iniciação, em especial por ser um grande centro urbano, pelo fato da casa do noviciado estar

localizada em um bairro socialmente rico, por afastar os noviços do contato com jesuítas que desenvolviam atividades de apostolado social, por não garantir que os noviços pudessem assumir responsabilidades no trabalho junto a uma paróquia, por exemplo, por afastar o noviço de sua realidade original, por o ingresso do candidato no noviciado caracterizar-se como uma promoção social. A transferência do noviciado colaboraria com a superação dessas questões.

A escolha da cidade de Cascavel, feita a partir de alguns critérios estabelecidos previamente, representa o que a Companhia pretendia quanto à formação de seus membros. Cascavel, por suas características históricas específicas, ofereceria, segundo a análise do *corpus* documental, boas condições para o empreendimento de formar os futuros sacerdotes e irmãos da Ordem. Tais condições estão ligadas ao processo de êxodo rural com o conseqüente crescimento da região periférica da cidade, a escassez de clero da Igreja local, as características da população do bairro onde se instalou o noviciado, a possibilidade dos noviços participarem ativamente na paróquia Santo Inácio, a proximidade de Cascavel em relação a outras paróquias administradas pela Companhia no estado do Paraná e a possibilidade de produzir na cidade um noviciado que se distinguísse pela simplicidade e pobreza. Por fim, a Companhia sentia a necessidade de descentralizar suas atividades na Província BRM, já que concentrava boa parte de seu efetivo no estado do Rio Grande do Sul, acompanhando o processo migratório para o Oeste do Brasil.

## FONTES

**Alocução do Papa Paulo VI na abertura da 32ª Congregação Geral da Companhia em 03 de Dezembro de 1974.** Documento anexo a quinta parte da CG 32, intitulada. Documentos da Santa Sé relativos à Congregação Geral XXXII. pp. 197-218.

**Ata da reunião dos superiores de 13-14/09/1978.** Documento arquivado na Cúria da Província do Brasil Merdional, Porto Alegre, RS, nº do documento 2446.

**Carta enviada ao Padre Geral Pedro Arrupe aos 26 de Agosto de 1978 pelo Pe. Paulo Englert.** Documento arquivado na Cúria da Província do Brasil Merdional, Porto Alegre, RS, nº do documento 4699.

**Carta enviada ao Padre Geral Pedro Arrupe aos 25 de Setembro de 1979 pelo Pe. Paulo Englert.** Documento arquivado na Cúria da Província do Brasil Merdional, Porto Alegre, RS, nº do documento 2978.

**Carta enviada ao Prepósito Geral da Companhia de Jesus pelo Papa Paulo VI à 15 de Setembro de 1973.** Documento anexo a quinta parte da CG 32, intitulada *Documentos da Santa Sé relativos à Congregação Geral XXXII*. pp. 189-196.

**Carta enviada ao Padre Geral Pedro Arrupe aos 16 de Outubro de 1979 pelo Pe. Paulo Englert.** Documento arquivado na Cúria da Província do Brasil Merdional, Porto Alegre, RS, nº do documento 4750.

**Carta do Cardeal Secretário de Estado enviada ao Padre Geral a 02 de Maio de 1975.** Documento anexo a quinta parte da CG 32, intitulada *Documentos da Santa Sé relativos à Congregação Geral XXXII*. pp. 219-220.

**Consulta de 06/06/1979 sobre o Projeto de Noviciado.** Documento arquivado na Cúria da Província do Brasil Merdional, Porto Alegre, RS, nº do documento 1624.

**Consulta de 23/11/1979 sobre a transferência do Noviciado.** Documento arquivado na Cúria da Província do Brasil Merdional, Porto Alegre, RS, nº do documento 1596. Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares. Edições Loyola, São Paulo, 1997.

**Decretos da XXXI Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1965-66.**

**Decretos da XXXII Congregação Geral da Companhia de Jesus, 1975.**

**Diário do Noviciado Paulo Apóstolo da Companhia de Jesus de 27 de Setembro de 1978 a 23 de Agosto de 1982.** Arquivado no noviciado Paulo Aposto na cidade de Cascavel, PR, documento nº 18.

**Exercícios espirituais de Inácio de Loyola, 1491 – 1556.** Arquivo em pdf disponível no endereço eletrônico: [www.museudohomemdosambaqui.com.br/ex\\_esp\\_si.pdf](http://www.museudohomemdosambaqui.com.br/ex_esp_si.pdf)

**Fórmula do Instituto da Companhia de Jesus**, aprovada e confirmada pelo Sumo Pontífice Júlio III na Carta Apostólica *Exposcit debitum*, de 21 de julho de 1550. O Documento compõe o livro das Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares. pp. 21-31.

**História Domus de 1980 da Paróquia Santo Inácio, Cascavel – PR.** Escrita pelo Pe. Inácio Spohr, SJ em 07 de Fevereiro de 1989. Arquivado na casa paroquial da Paróquia Santo Inácio na cidade de Cascavel, PR.

**História Domus de 1981 da Paróquia Santo Inácio, Cascavel – PR.** Escrita pelo Pe. Inácio Spohr, SJ em 08 de Fevereiro de 1989. Arquivado na casa paroquial da Paróquia Santo Inácio na cidade de Cascavel, PR.

**Livro Tombo da Paróquia Santo Inácio da Arquidiocese de Cascavel.** Registro de 1980 a 1989. Arquivado na casa paroquial da Paróquia Santo Inácio na cidade de Cascavel, PR.

**Presença da Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II.** Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, Medellín, Colômbia, 1968, documento 14. *A pobreza da Igreja.*

**Projeto de Noviciado. Escrito por Albano Trinks, Pe. Mestre de Noviços.** Visto na Reunião de superiores da Província do Brasil Meridional a 19/06/1979. Arquivado no noviciado Paulo Aposto na cidade de Cascavel, PR.

Site da Comunidade Vocacional jesuítica anchietanum. Rua Ricardo Tim, 183 - Ponte Preta 13041-460 – Campinas/ SP. Link visto em Julho de 2012: <http://www.anchietanum.com.br/site/vocacoes02.phpo>

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERIGO, Giuseppe (coord.) **História do Concílio Vaticano II**, Vol. I., tr. J. R. Costa. Petrópolis: Vozes, 1995.

ALMEIDA, J.C. **Teologia da Solidariedade: uma Abordagem da Obra de Gustavo Gutiérrez**, São Paulo: Edições Loyola, 2005.

ALVES, Luis Flávio. **A eclesiologia Latino-americana como acolhimento criativo do Vaticano II: Um caminho par uma nova recepção da herança conciliar**. Departamento de Teologia da PUC - Rio, 2011.

ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro de. **Fé e eficácia: o uso da sociologia na teologia da libertação**. Loyola, São Paulo, 1991.

AZEVEDO, Marcelo de Carvalho. **Comunidades Eclesiais de Base e a inculturação da fé: a realidade das CEBs e sua tematização teórica na perspectiva de uma evangelização incultrada**. São Paulo: Loyola, 1986.

\_\_\_\_\_. **Modernidade e Cristianismo: o desafio da inculturação em enfoque antropológico cultural**. São Paulo: Loyola, 1981.

BANGERT S.J, William. **História da Companhia de Jesus**. Livraria A. I. – Porto e Edições Loyola, São Paulo, 1985.

BOFF, Leonardo. **E a Igreja se fez povo. Eclesiologia: a Igreja que nasce da Fé do Povo**. Vozes, Petrópolis, 1985.

\_\_\_\_\_. **Igreja, carisma e poder. Ensaios de eclesiologia militante**. Petrópolis: Vozes, 1981.

BOHNEN; ULLMANN. **A atividade dos jesuítas de São Leopoldo**. São Leopoldo: Unisinos, 1989.

BOLADO, Afonso Alvarez SJ. **La Compañía de Jesús: Misión abierta al futuro**. Editorial Sal Terrae. España, 1991.

BRAGUETO, Claudio Roberto, **o processo de industrialização do Paraná até a década de 1970**. Geografia, Londrina, V. 8, n. 2, p. 149-160, jul./dez. 1999.

BOSI, Antônio de Pádua, **Juventude e trabalho no Oeste paranaense: o futuro que não se realiza**. Dossiê: Relações campo cidade – notas de pesquisa. Temas & Matizes, nº 16, segundo semestre de 2009. pp. 172-183.

BURKE, Peter (org), **A Escrita da história: novas perspectivas**, tradução de Magda Lopes. São Paulo. Universidade Federal Paulista, 1992.

DUSSEL, Enrique. **De Medellin a Puebla: uma Década de Sangue**. São Paulo: Loyola 1982.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. **Nas franjas do texto e do tempo: sensibilidades no espaço das experiências reducionistas.** Revista de História 156. UNISINOS, São Leopoldo RS. 2007.

GINZBUR, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição.** 6ª edição. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. **Mitos, emblemas e sinais.** São Paulo: Companhia das letras, 1990.

JURADO, Manuel Ruiz. **Orígenes Del noviciado em La Compañía de Jesus.** Bibliotheca Institutum Historicum S. I. volume XLII. Roma, 1980.

KLAIBER, Jeffrey. **Los Jesuitas en América Latina, 1549-2000: 450 años de inculturación, defensa de los derechos humanos y testimonio profético.** Lima: Universidad Antonio Ruiz de Montoya, p. 364-415, 2007.

KLEIN, Luiz Fernando. **Companhia de Jesus - 450 anos a serviço do povo brasileiro.** São Paulo: edições Loyola, 1999.

LEITE, José Vieira. O sentido do trabalho a luz dos exercícios espirituais de Santo Inácio de Loyola. In: BIENGEMER, M. C., MAC DOWELL, J. A., NEUTZLING, I. (org). **A Globalização e os Jesuítas, Origens, Histórias e Impactos.** Vol. II, São Paulo, Edições Loyola, 2007.

LEVI, Giovanni. **Sobre a micro-história.** In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

\_\_\_\_\_. **A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIBANIO, J. B. **O Concílio Vaticano II, em busca de uma primeira compreensão.** Edições Loyola, São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Gustavo Gutiérrez,** São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades.** Civilização brasileira, 2006.

LONDOÑO, Fernando Torres. **Escrevendo Cartas. Jesuítas Escrita e Missão no Século XVI.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 22, nº 43, pp. 11-32, 2002.

LUTTERBECH, Jorge Alfredo. **Jesuítas no Sul do Brasil, Capítulos de história da missão e Província Sul - brasileira da Companhia de Jesus.** Publicações avulsas, nº3. 1977. Instituto Anchieta de Pesquisas. São Leopoldo, RS, Brasil.

MASSIMI, Marina. **Imagens e imaginação nos saberes do Ocidente na Idade Moderna.** Circumscribere 11, 2012, pp. 33-47.

MEZZOMO, Frank Antonio. **Religião, nomos e utopia. O catolicismo na região de Toledo (Paraná 1940-1970)**. Cascavel, Edunioeste, 2001.

OLIVEIRA, Monica Ribeiro de e ALMEIDA Carla Maria Carvalho de (orgs.). **Exercícios de micro-história**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

PADBERG, Pe. Jhon. **As Congregações Gerais da 1º a 33º**. Boletins de informação SJ, Madri, março-abril de 1993, julho-agosto/1994, novembro-dezembro/1994, janeiro-fevereiro/1995 e março-abril/1995. Traduzido do espanhol na Cúria Provincial, BRM – Porto Alegre, RS, Brasil por Pe. Ivo Bersch, SJ.

PINSK, Carla Bassanezi e LUCA, Tânia Regina de, (orgs.) **O historiador e suas fontes**, São Paulo, Contexto, 2009.

PRIORE, Mary Del, Fazer história, interrogar documentos e fundar a memória: a importância dos arquivos no cotidiano do historiador. **Territórios e Fronteiras**, Programa de pós-graduação em História, UFMT, v.3, n.1, Janeiro/ Junho, 2002.

RASCHIETTI, Estevão. **O CONCÍLIO VATICANO II COMO EVENTO UNIVERSAL E MISSIONÁRIO Memória histórica e considerações teológicas a 40 anos de sua abertura**. RELAMI Rede Ecumênica Latino-Americana de Missiolog@s, [s.d.]

REVEL, J. **Microanálise e construção do social**. In: J. REVEL (Org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

SCHREINER, Davi Felix, *Entre a exclusão e a utopia – um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (região sudoeste/oeste do Paraná)*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2002.

SEIDL, Ernesto. **A elite eclesiástica no Rio Grande do Sul**. Tese. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de pós-graduação em Ciência Política. Porto Alegre, Dezembro de 2003.

SILVA, Bruno Marques. **Fé, razão e conflito: A trajetória intelectual de Leonardo Boff**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da História: micro-história**. Campus, 2002.

Vários autores. **Conferência dos religiosos do Brasil, Regional Sul – RS. História da vida religiosa no Rio Grande do Sul. Celebrando o Jubileu, 1957-2007**. Suliani Editografia Ltda. 2007.

WERLE, André Carlos. **A revista de tropas do exército católico alemão. Congressos católicos na Alemanha e Sul do Brasil**. Tese. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de pós-graduação em História. Florianópolis, 2006.